



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ - REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ELISETE LEMOS MACHADO

**PRÁTICA EDUCATIVA LIBERTADORA: HISTORICIDADE E BASES
FUNDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
MUTIRÃO – LAGES (SC) - 1981-1996**

LAGES

2014

ELISETE LEMOS MACHADO

**PRÁTICA EDUCATIVA LIBERTADORA: HISTORICIDADE E BASES
FUNDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
MUTIRÃO – LAGES (SC) - 1981-1996**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), na Linha de Pesquisa II – Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

Orientadora: Professora. Dra. Marilu Diez Lisboa

Co-orientadora: Professora. Dra. Marina Patrício de Arruda

LAGES

2014



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO - MESTRADO ACADÊMICO

ATA DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO

Aos doze dias do mês de março de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta minutos, na Sala 3312 do CCJ/UNIPLAC, reuniram-se os professores: Profa. Dra. Marilu Diez Lisboa (Orientadora); Profa. Dra. Marina Patrício de Arruda (Coorientadora); Profa. Dra. Monica Piccione Gomes Rios (Examinadora Externa - PUC); Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks (Examinador PPGE/UNIPLAC) e Profa. Dra. Carmen Lúcia Fornari Diez (Examinador PPGE/UNIPLAC-Suplente), com a finalidade de argüírem a mestranda ELISETE LÊMOS MACHADO sobre sua Dissertação intitulada: "PRÁTICA EDUCATIVA LIBERTADORA: HISTORICIDADE E BASES FUNDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUTIRÃO - LAGES (SC) - 1981-1996". Aberta a sessão foi passada a palavra à mestranda, para que na forma regimental procedesse a apresentação de seu tema de dissertação. Após foi argüida pelos membros da Comissão, tendo sido ouvidas as explicações da mestranda, a Comissão Examinadora emitiu os seguintes pareceres: Profa. Dra. Marilu Diez Lisboa Aprovada; Profa. Dra. Marina Patrício de Arruda Aprovada; Profa. Dra. Monica Piccione Gomes Rios Aprovada; Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks Aprovada e Profa. Dra. Carmen Lúcia Fornari Diez Aprovada. Assim a dissertação foi considerada Aprovada conforme o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPLAC. Fica a mestranda alertada para que dentro de um mês apresente as correções finais e dentro do prazo regimental de 60 dias, a partir desta data, segundo o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação, apresente as cópias da versão definitiva à UNIPLAC. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e tendo lida e aprovada, foi a presente assinada pelos membros da Comissão e mestranda. Comentários da Banca:

O trabalho atende as exigências acadêmicas e recomenda sua publicação em meio de artigos científicos, em revistas especializadas e eventos científicos.

Mestranda: Elisete Lemos Machado

Profa. Dra. Marilu Diez Lisboa (Orientadora)

Profa. Dra. Marina Patrício de Arruda (Coorientadora)

Profa. Dra. Monica Piccione Gomes Rios (Examinadora Externa - PUC)

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks (Examinador PPGE/UNIPLAC)

Profa. Dra. Carmen Lúcia Fornari Diez (Examinador PPGE/UNIPLAC-Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde, pela vida e pela força que me deu nos momentos difíceis desta caminhada, me inspirando para que eu crescesse em conhecimento e sabedoria.

A minha família por terem entendido meu isolamento para a produção desta dissertação.

Ao professor Nilson Thomé que encorajou e ajudou a me localizar no tempo, quanto ao período histórico desta pesquisa.

A minha orientadora professora Marilu Diez Lisboa que aceitou o desafio de assumir minha orientação, acreditando no meu potencial, que com sua calma incentivou-me para que eu não desistisse no meio da caminhada, passando incansáveis horas comigo para a conclusão desta pesquisa.

A minha co-orientadora professora Marina Patrício de Arruda por estar junto, encorajando-me e orientando-me no final desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora por prestigiarem este estudo, contribuindo com suas leituras e considerações para a concretização desta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação pelo crescimento intelectual e humano que me possibilitaram, propiciando um espaço de transposição do senso comum ao conhecimento científico.

Aos colegas da turma de 2012, pela convivência, pelos cafés, pelos momentos compartilhados de aprendizagens intensas, especialmente as minhas amigas Shana Siquiera e Vera Lúcia, pelas constantes trocas de aprendizagens.

Aos docentes da EMEB Mutirão por colaborarem abrindo espaço para que eu estivesse acesso aos arquivos e documentos necessários para a realização desta pesquisa.

A Ana Carneiro e Daniella Carneiro por abrirem as portas do Instituto Dirceu Carneiro, para que eu pudesse estar fundamentando a pesquisa documental.

À prefeitura do Município de Lages, e a Secretária da Educação por financiarem parte desta pesquisa, concedendo-me licença de trabalho para dedicação exclusiva à pesquisa.

Enfim a todos que de uma forma ou outra contribuíram para que eu chegasse até aqui.

OBRIGADA!

Aos meus amores, meu esposo João,
minha filha Danielle e meu genro André.

RESUMO

O presente estudo justificou-se pelo desejo da pesquisadora de refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas desde a criação da Escola Municipal de Educação Básica Mutirão (EMEB), em 1981 que se estenderam, mesmo que incluindo mudanças, até 1996. O Bairro Habitação e a EMEB Mutirão encontram-se articulados à vida pessoal da autora, nos âmbitos profissional e social: como moradora do bairro desde a sua constituição, quando em família participou da construção, em regime de mutirão, da casa que seria sua residência e, posteriormente, como professora alfabetizadora por 14 anos na referida escola. Outro fato determinante se deve ao momento histórico estudado, ligado a movimentos sociais que ocorreram na cidade de Lages – SC, no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Este período histórico se caracterizou como o início de um momento em que a população se mobilizou, com o apoio de lideranças políticas inconformadas com o regime de governo vigente, buscando a autoria do processo de construção de suas vidas com base em relações democráticas, mesmo em anos em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar que perdurou por 20 anos. O estudo teve como objetivo geral resgatar as práticas pedagógicas desenvolvidas entre 1981 e 1996 na EMEB Mutirão, fundadas na prática educativa libertadora de Paulo Freire, de forma cientificamente organizada e comprobatória. E como objetivos específicos: investigar qual(is) a(s) origem(ens) determinante(s) para a implantação das práticas pedagógicas na escola Mutirão; resgatar a possível relação entre as práticas pedagógicas adotadas pela EMEB Mutirão e as práticas de participação comunitária, ambas exercidas pela população de moradores do Bairro Habitação, no período entre 1981 e 1996; e levantar se houve e quais foram os referenciais teóricos e legais que serviram como base para as práticas pedagógicas instituídas no período estudado. Foi utilizada a análise documental, tendo como método de interpretação a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. Foi possível constatar, não obstante demonstrando algumas controvérsias, que os achados vem ao encontro do que está no imaginário e na voz dos relatos históricos presentes no cotidiano sobre a EMEB Mutirão. Especificidades foram encontradas e, a partir de agora, o resgate e a análise documental comprovam cientificamente o que os objetivos se propuseram, ficando demonstradas as origens determinantes para a implantação das práticas pedagógicas, intrínsecas ao clamor da população quando da relação destas e as práticas de participação comunitária adotadas no Bairro Habitação, bem como a confirmação e os fundamentos de que a base teórica foi constituída como uma intencionalidade e a opção pelas práticas educativas libertadoras, tendo o educador Paulo Freire como fundante.

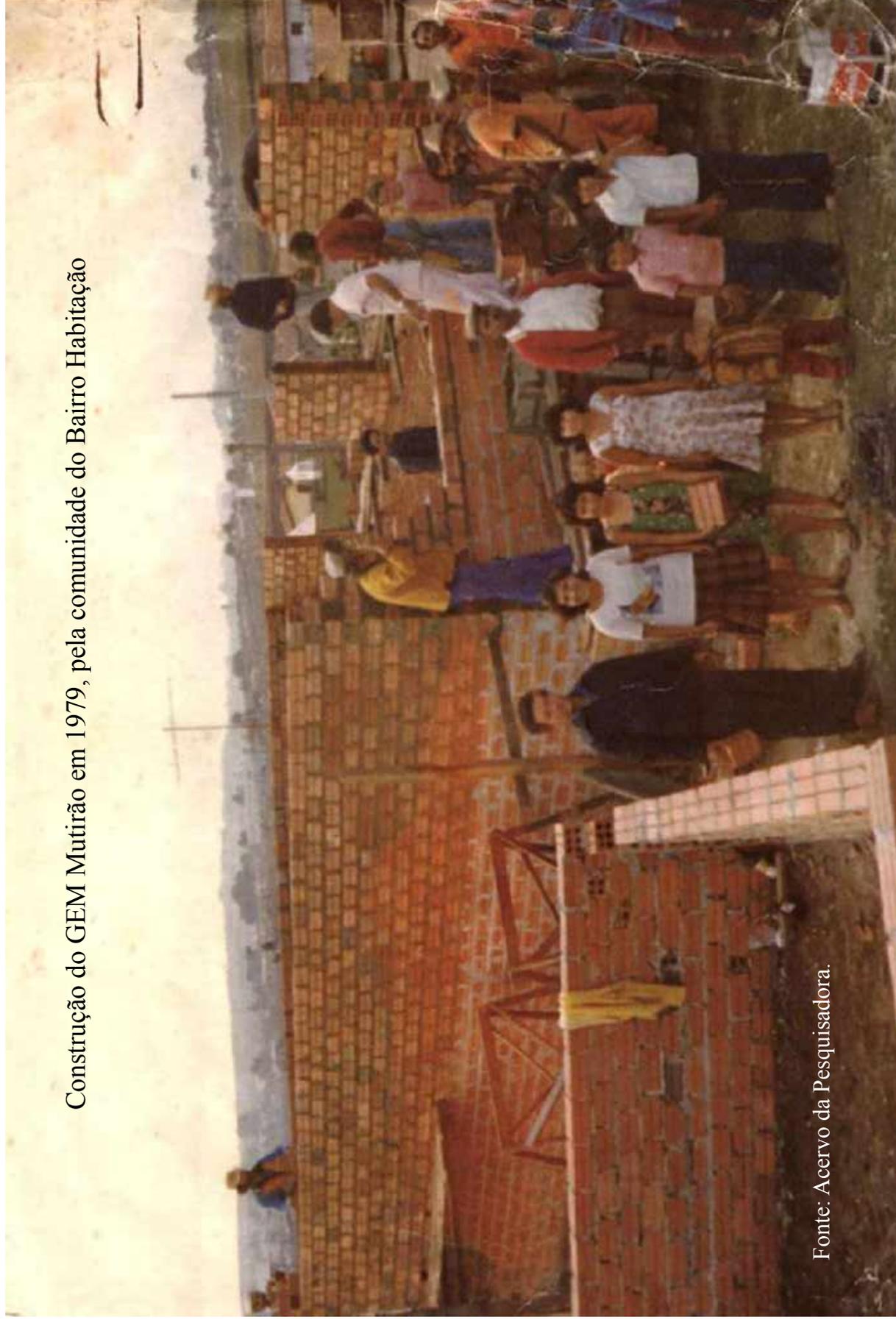
Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Participação comunitária. História.

ABSTRACT

This study was justified by the desire of the researcher to reflect on the pedagogical practices adopted since the creation of the Municipal School of Basic Education Mutirão (EMEB) in 1981, which extended, even including changes until 1996. The Housing and Neighborhood Mutirão EMEB are articulated to the personal life of the author, in professional and social contexts: as a resident of the neighborhood since its inception, when the family participated in the construction, under a joint effort, the house would be his residence and later as a literacy teacher for 14 years at the school. Another determining factor is due to the historical moment studied on the social movements that occurred in the city of Lages - SC, in the late 1970s and early 1980s. This historical period was characterized as the beginning of a time when the population was mobilized, with the support of recalcitrant political leadership with the scheme established government, seeking the authorship of the construction process of their lives based on democratic relationships, even in years when Brazil was under a military dictatorship that lasted 20 years. The study had as general purpose rescue teaching practices developed between 1981 and 1996 in EMEB Mutirão, founded in liberating educational practice of Paulo Freire, and proving scientifically organized manner. And specific objectives: to investigate which one(s) to(s) Origin(ens) determinant(s) for the implementation of teaching practices in Mutirão school; rescue the possible relationship between the pedagogical practices adopted by EMEB Mutirão and practices of community participation, both performed by the population of residents of Neighborhood Housing, in the period between 1981 and 1996 , and was getting up and what were the theoretical and legal frameworks that served as the basis for pedagogical practices instituted during the study period. Documentary analysis was used, and the method of interpreting the content analysis proposed by Laurence Bardin. It was established, despite showing some controversy, that the findings come back to what is in the minds and voices of the historical accounts in the daily routine on the EMEB Mutirão. Specificities were found and, from now on, rescue and document analysis prove scientifically what goals they set, getting shown the determinants for the implementation of teaching practices that are intrinsic to the cry of the population when the relationship between these origins and practices of participation Community adopted the Neighborhood Housing and the confirmation and the foundations of the theoretical basis was established as an option for the intentionality and liberating educational practices, and educator Paulo Freire as founding.

Keywords: Pedagogical Practices. Community Participation. History.

Construção do GEM Mutirão em 1979, pela comunidade do Bairro Habitação



Fonte: Acervo da Pesquisadora.

A Escola

"Escola é...
o lugar onde se faz amigos
não se trata só de prédios, salas, quadros,
programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente,
O coordenador é gente, o professor é gente,
o aluno é gente,
cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão.
Nada de 'ilha cercada de gente por todos os lados',
Nada de conviver com as pessoas e
depois descobrir
que não tem amizade a ninguém
nada de ser como o tijolo que forma a
parede,
indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só
estudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se 'amarrar nela'!
Ora, é lógico...
numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se,
ser feliz."



de Paulo Freire

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	- Alcoólicos Anônimos
BNH	- Banco Nacional Habitacional
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CEIM	- Centro de Educação Infantil Municipal
CF	- Constituição Federal
CNHTC	- <i>China National Heavy Duty Truck Group Corporation</i>
COHAB	- Companhia de Habitação.
CPP	- Conselho de Pais e Professores
DNER	- Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
EBM	- Escola Básica Municipal
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EMEB	- Escola Municipal de Educação Básica
GEM	- Grupo Escolar Municipal
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	- Lei de Diretrizes de Bases da Educação
LDBN	- Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
PA	- Pará
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PIPA	- Programa Infantil Popular de Assistência
PISC	- Parque da Inovação da Serra Catarinense
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PPPEC	- Projeto Político Pedagógico Escolar Coletivo
PUCSP	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SCIELO	- <i>Scientific Electronic Libraly Online</i>
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
UNIPLAC	- Universidade do Planalto Catarinense
USP	- Universidade Estadual de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Santa Catarina	38
Figura 2: Mapa da cidade de Lages via satélite	38
Figura 3 – Vista aérea total do Bairro Habitação	41
Figura 4 – Construção das casas do Bairro Habitação	47
Figura 5 - Bairro Habitação em 1983	48
Figura 6: Escola Municipal de Educação Básica Mutirão foto via satélite	53
Figura 7 – Construção do GEM Mutirão	55
Figura 8 - Primeira planta baixa do Grupo Escola Mutirão	57
Figura 9: (A, B, C) - Mobiliário diferenciado	58
Figura 10 – Escola sem muros	59
Figura 11 - Dirceu Carneiro com Paulo Freire	63
Figura 12 – Primeiros alunos da creche do GEM Mutirão	65
Figura 13 (A, B, C) - Creche do GEM Mutirão e CEIM Mutirão em 2008	66
Figura 14 (A, B) - Projeto PIPA alunos nas oficinas	71
Figura 15 (A, B) - Práticas pedagógicas alternativas; festival de talentos e concurso de poesia	73
Figura 16 – Desfile da EMEB Mutirão – Escola Ciclada	74
Figura 17 – Formatura do 9º Ano da EMEB Mutirão	75
Figura 18 - Foto construção do muro acervo da EMEB Mutirão	81
Figura 19 - Planta baixa das três salas construídas pelo prefeito Raimundo Colombo	83
Figura 20 (A, B) - Fotos construção da EMEB Mutirão	84
Figura 21 - Planta baixa da EMEB Mutirão	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA	18
1.1 ESTADO DA ARTE	18
1.2 MÉTODO	24
1.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	28
2 CONTEXTUALIZANDO: O BAIRRO HABITAÇÃO COMO <i>LOCUS</i> DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA MUTIRÃO	30
2.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE LAGES	32
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE LAGES	37
2.3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO HABITAÇÃO	41
2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUTIRÃO	46
3 ESCOLA MUTIRÃO	52
3.1 GÊNESE, HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO	55
3.1.1 O projeto original e as formas geométricas	57
3.2 <i>LOCUS</i> PEDAGÓGICO	60
3.2.1 O Centro de Educação Infantil Municipal Mutirão em 2008	65
3.2.2 Panorama pedagógico	67
3.2.3 Projeto Escola Aberta (1981-1982)	68
3.2.4 Projeto PIPA – Programa Infantil Popular de Assistência (1896-1993)	69
3.2.5 Novo Projeto de 06 horas (1994-1996)	71
3.2.6 Práticas Pedagógicas Extracurriculares	72
4. ANALISANDO OS DADOS DE PESQUISA	76
4.1 ORIGENS E DETERMINANTES PARA A IMPLANTAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FUNDANTES DA EMEB MUTIRÃO	76
4.1.1 A Implantação do ensino fundamental	81

4.2 PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA ADOTADAS PELOS MORADORES DO BAIRRO HABITAÇÃO JUNTO À EMEB MUTIRÃO – ENTRE 1981 E 1996	85
4.3 REFERENCIAIS TEÓRICOS FUNDANTES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INSTITUÍDAS NA EMEB MUTIRÃO - ENTRE 1981 E 1996.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	109
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

O interesse que gerou a realização da presente pesquisa surgiu do desejo em refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas desde a criação da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Mutirão, fundada em 1981, que se estenderam, mesmo que incluindo mudanças, até 1996.

O Bairro Habitação e a EMEB Mutirão encontram-se articulados à minha vida pessoal, profissional e social. Guardo na memória fatos e lembranças, como a de ver meu pai junto com os demais moradores do bairro construírem nossa casa. Esse período está ligado aos movimentos sociais que ocorreram na cidade de Lages no final da década de 1970 e início de 1980.

Na época da construção da escola, não imaginava que num curto período de tempo eu faria parte de seu corpo docente. Esse espaço pedagógico faz parte da minha vida profissional, pois as experiências vividas e adquiridas, tanto no bairro como na escola, têm para mim valor ímpar, por estarem diretamente ligadas com minha história de vida.

Trabalho como professora há 28 anos, no Sistema Municipal de Educação, antiga Rede Municipal de Ensino. Todas as experiências acumuladas e adquiridas por mim se deram nesse espaço, onde trabalhei como professora alfabetizadora por 14 anos consecutivos. Após esse período passei a exercer, até 2008, funções administrativas na escola como: secretária, diretora auxiliar e gestora do Centro de Educação Infantil Municipal Mutirão (CEIM), que fez parte da escola até 2008, sendo desmembrado após esta data.

Em 2000, fiz um pedido à Secretária da Educação para conhecer a realidade de outras escolas do município de Lages, uma vez que já havia trabalhado 14 anos, como professora e um ano exercendo outros cargos na EMEB Mutirão. Ao ser atendida, pude ampliar minha perspectiva, pois, em face do convívio frequente com docentes de diferentes escolas, passei a ter a noção e a compreensão sobre as diferenças entre as comunidades das quais essas escolas faziam parte.

Durante os quatro anos que permaneci fora da EMEB Mutirão, trabalhei em várias comunidades, desempenhando funções diversas, por vontade própria: sendo professora orientadora, bibliotecária de escola, professora do laboratório de aprendizagem, diretora auxiliar e secretária escolar. Desempenhei essas atividades em outras Unidades de Ensino. Saí da EMEB Mutirão em 2000 e retornei em 2004, para assumir a gestão do CEIM Mutirão, que ainda pertencia à escola.

Em 2010 mudei para o Bairro Petrópolis, já convidada para inaugurar e gerir o CEIM Judite Terezinha Dias, cujas obras estavam em fase de conclusão. Junto com os professores que foram encaminhados para trabalharem nesse local, fizemos a cerimônia de inauguração. Geri esse CEIM, juntamente com os professores e a comunidade até o final de 2010.

No início do ano 2011 fui trabalhar no Ponto de Leitura Rita Proença, situado no Terminal Urbano de Lages, trabalho que foi muito gratificante por eu estar naquele momento fora do ambiente escolar, mas em contato direto com a comunidade lageana como um todo. Nessa altura de minha carreira profissional, senti necessidade de buscar novos conhecimentos, ao perceber que minhas concepções sobre educação não estavam mais alinhadas às dos meus superiores. Assim, concluí que precisava me atualizar e aprofundar conhecimentos, pois as formações continuadas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, até o momento, não eram suficientes para sanar minhas necessidades de aprendizado.

Ao me retirar do espaço da escola formal decidi aprofundar meus conhecimentos e entendi que, em 28 anos de trabalho na área da Educação, muito pouco sabia. Então me candidatei ao processo de seleção para ingressar no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

Sou lotada e efetiva como professora na EMEB Mutirão, razão pela qual estou desenvolvendo a presente pesquisa nesta instituição de ensino, pois sinto-me como protagonista e sujeito participante e ativo, tanto no bairro como na escola. A insistência em trazer e focar a discussão a partir das vivências neste educandário se deve ao fato de sua origem coincidir com um período em que os moradores do Bairro Habitação tinham um forte envolvimento com práticas de participação comunitária.

Para Freire, o educador precisa falar a linguagem do aluno e entendê-lo como sujeito, dentro da sua vivência, pois se isso não ocorrer não haverá troca de saberes. Ao falar de experiências vividas as diz o autor:

Os momentos que vivemos ou são instantes de um processo anteriormente iniciado ou inauguram um novo processo de qualquer forma referido a algo passado. Daí que eu tenha falado antes no “parentesco” entre os tempos vividos que nem sempre percebemos, deixando assim de desvelar a razão de ser fundamental do modo como nos experimentamos em cada minuto (FREIRE, 1997, p. 10).

Minha vivência como moradora do Bairro Habitação e como professora na EMEB Mutirão traz marcas dos tempos vividos nesses dois contextos sociais, na conjugação da vida: bairro e escola.

O valor que a escola tinha para a comunidade era incomum, possivelmente devido aos fortes vínculos entre comunidade e escola, pela forma como foi construída. Os pais de alunos em geral não mediam esforços e, junto com a diretora e o corpo docente, colaboravam e tomavam decisões no que dizia respeito à melhoria da qualidade do ensino e ao patrimônio da escola, por entenderem que esta pertencia à comunidade. “A participação na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade em geral” (GOHN, 2011, p. 347). Neste sentido, encontramos uma ação mais efetiva da sociedade na luta por espaços de participações nas decisões do bairro e da escola, vinculada a um movimento que ocorria na comunidade lageana, propiciadas por iniciativa do governo municipal da época.

Esta concepção se aplica igualmente à justificativa da presente pesquisa, por ter participado juntamente com minha família da construção do Bairro Habitação e pelo trabalho que desempenhei na escola desde que iniciei minha carreira no magistério como professora. E, de forma mais ampla, como uma pesquisa que encerra um valor social e cultural, sinto-me colaborando na preservação da memória do povo lageano e da história da educação da cidade.

Também é significativa esta investigação por entender o processo de participação e pertencimento da comunidade, sabendo que a EMEB Mutirão foi criada para atender a sua demanda educacional, e que essa população no início da caminhada esteve presente, ajudando e colaborando com o processo administrativo da escola.

A escola foi instituída na comunidade a partir de práticas pedagógicas inovadoras, com a participação e colaboração da população do bairro, tendo em vista o sentimento de pertencimento da comunidade que à época lá vivia.

Enquanto moradora do bairro desde a infância, eu poderia conformar-me com o fenômeno social de empobrecimento da população, vítima de um modelo de sociedade desigual e injusta. No entanto, tratava-se também de uma população movida pelo desejo de ter melhores condições financeiras e sociais e igualmente eu me identificava com esta ideologia. Assim, nunca desisti deste ideal, mesmo diante de muitas dificuldades, por acreditar que somos capazes de mudar nossa realidade. Freire (1986, p.4) afirma que “O papel do trabalhador professor/cidadão se dá no processo de mudança em si, mas num domínio mais amplo. Domínio do qual a mudança é uma das dimensões”.

Para Freire não podemos ficar na ignorância e no comodismo, pois é necessário sair e mostrar que há condições e força. Se somos marginalizados por um Estado que oprime, há também muitas pessoas dentro deste contexto que pensam e agem, pois “Mudança e estabilidade resultam ambas da ação, do trabalho que o homem/sujeito exerce sobre o mundo

[...] ao responder os desafios [...] cria se mundo: o mundo histórico-cultural” (FREIRE, 1986, p.46).

Acreditando e tendo vivenciado práticas pedagógicas baseadas na pedagogia problematizadora, desejo reavivá-las a partir de discussões fundamentadas cientificamente, visando uma avaliação mais profunda, se possível nas práticas atualmente adotadas no projeto pedagógico da EMEB Mutirão.

Assim, pretendo contribuir com a comunidade do Bairro Habitação e a EMEB Mutirão, no sentido de abrir caminhos para outros pesquisadores que se disponham a investigar o mesmo objeto de estudo, propiciando a possibilidade de renovação das práticas pedagógicas ali desenvolvidas.

A presente pesquisa tem como objetivo geral resgatar as práticas pedagógicas desenvolvidas entre 1981 e 1996 na EMEB Mutirão, fundadas na prática educativa libertadora de Paulo Freire, no sentido de comprovar cientificamente suas bases teóricas e concepção de escola, com base na participação comunitária.

E como objetivos específicos:

1. Investigar qual(is) a(s) origem(ens) determinante(s) para a implantação das práticas pedagógicas na escola Mutirão.
2. Resgatar a possível relação entre as práticas pedagógicas adotadas pela EMEB Mutirão e as práticas de participação comunitária, ambas exercidas pela população de moradores do Bairro Habitação, no período entre 1981 e 1996.
3. Levantar se houve e quais referenciais teóricos e legais que serviram como base para as práticas pedagógicas instituídas no período estudado.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, são expostos os fundamentos teórico-metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa, junto com quadro teórico, estado da arte e a metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo consta a história do o Bairro Habitação, destacando como foi formado, situando o contexto político e histórico em que este processo aconteceu destacando o crescimento dentro do contexto da cidade de Lages. Explicitando ainda, como ocorreu o processo de construção das moradias – optou por fazer esta contextualização por entender que é necessário compreender todo o processo de construção do bairro para a compreensão do objeto de pesquisa.

No terceiro capítulo é explicitada a (re)construção da história da EMEB Mutirão, trazendo à luz a ideologia e os personagens responsáveis pela sua criação e desenvolvimento do projeto de construção da escola. O registro dessa história, rica em experiências, implica na

contribuição para a geração contemporânea e para as pessoas que fizeram parte dessa construção atuarem como autoras da sua própria história.

No quarto capítulo, após a análise documental, trazer a luz da teoria quais os referencias teóricos que embasaram as práticas pedagógicas da criação da EMEB Mutirão até 1996.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

A finalidade deste capítulo é de apresentar os fundamentos teóricos do estudo, abordar as estratégias metodológicas da pesquisa documental necessárias para desenvolvê-la. Foi a partir da vivência diária que minhas inquietações, como pesquisadora foram tomando proporção até me tirarem de uma posição cômoda, ativando desde a ideia da pesquisa até seu desenvolvimento, conforme relato na Introdução. Enquanto alienados, seguimos obedecendo as regras impostas pelo Estado, mesmo que não concordando, invariavelmente sem condições de travarmos diálogos. No entanto, apropriados do conhecimento teórico, nos instrumentalizamos para argumentar e podemos evitar nos tornarmos massa de manobra frente a interesses que não os legítimos – no presente caso, os da educação – e, assim, atuarmos na direção da transformação.

Realizar uma pesquisa exige embasamento teórico e apresentação de encaminhamentos metodológicos, visando à elaboração de uma estrutura sólida e comprobatória. Desta forma, a questão metodológica faz-se presente em todo o caminho percorrido durante a elaboração da mesma.

1.1 ESTADO DA ARTE

Ao recorrer aos bancos de dados virtuais, oferecidos para a realização de pesquisa científica, bem como levando em conta a literatura disponível, foi possível constatar que existem muitas publicações sobre o tema em questão. Assim, foi pesquisado com fundamento sólido o “estado da arte” ou “estado do conhecimento” sobre a temática abordada, ora descrito.

[...] essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; [...] as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores (ROMANOWSKI, 2006, p. 39).

É na análise de propostas de pesquisadores que encontramos sugestões e contribuições para a inovação das práticas pedagógicas, essas que também se fazem fundamentais para a formação de docentes nas instituições escolares ou centros de formação de professores.

A propósito, de uma maneira geral, Ferreira pontua sobre a produção de conhecimento no correr da história:

Nesse esforço de ordenação de uma certa produção, de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se e transformam-se; desaparecem em algum tempo ou lugar (FERREIRA, 2002, p. 265).

Nas buscas para compor o estado da arte do presente estudo, notei como se faz crescente o número de produções. As aqui citadas constituem-se como base para a construção de outras que poderão vir a ser multiplicadas e transformadas por outros pesquisadores, constituindo um novo conhecimento.

Foi graças à preservação dos arquivos organizados e da Revista comemorativa do Jubileu, ponto de partida de nossa pesquisa, que foi possível recuperar os sentidos e o papel atribuído a esta escola há 50 anos, como “templo de saber”, onde o sujeito para se integrar na vida urbana, no mundo do trabalho industrial, era compelido a frequentar a escola elementar. Sendo assim, este trabalho busca balizar e sistematizar através dos relatos de vida e depoimentos dos alunos/professores egressos os fragmentos desta história, dialogando com as representações construídas do passado e que se relacionam com o tempo presente (GONÇALVES, 2011, p. 33).

Muitas vezes se recorre à história para entender o presente com vistas a mudar o futuro. É muito comum documentos serem perdidos e extraviados, pois muitas vezes são papéis que, no presente, não têm significado, mas que, no decorrer dos anos fazem toda a diferença quando há necessidade de se fazer registros de fatos ocorridos. E, uma vez que integram somente as lembranças das pessoas, podem ser esquecidos.

[...] ao se percorrer o processo de produção das fontes documentais primárias, considerou-se, sobretudo, a constituição dos arquivos históricos e a preservação dos mesmos. Através das escriturações mantidas nas instituições foram realizados levantamentos e inventários dos documentos mapeando as produções documentais. [...] Os arquivos históricos escolares possibilitam e fomentam questionamentos sobre as práticas escolares, trazendo indícios a respeito do cotidiano escolar, da organização político-pedagógica da instituição, da vida de alunos e sua comunidade (GONÇALVES, 2011, p. 33).

Segundo a autora, é por meio da pesquisa documental nos bancos de dados, bem como nas instituições de ensino, que sabemos como são organizados e conservados os documentos, pois eles são necessários para conhecer as produções já existentes. A história não pode se perder no tempo, por isso a necessidade de construir bancos de dados nas instituições escolares, se

estendendo às demais instituições, uma vez que a cultura de um povo é reconhecida por sua história.

Ainda para Gonçalves (2011), como fonte de pesquisa, relatos de vida e memórias têm sido objetos de estudo de muitos pesquisadores da área da Educação, por meio da análise de documentos. Constata-se, portanto, que é na área da Educação que está ocorrendo o resgate da história das instituições, sendo que pela realização de tais pesquisas se pode registrar a história com fidedignidade e reconhecer o valor da memória registrada.

Para Falcon (2006), a história cultural é um campo multi ou interdisciplinar, não apenas um novo espaço ou dimensão do real, havendo necessidade de uma reflexão mais sistemática sobre a educação como um tema/objeto de investigação necessário à compreensão da formação cultural de uma sociedade.

Ao realizar as buscas visando a construir o estado de arte da presente temática, selecionei os bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Universidade Estadual de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). No período entre 23 e 31 de outubro de 2012 foi realizada a pesquisa na internet, em bancos de dados, sobre as seguintes categorias: prática pedagógica / história, instituição escolar / participação comunitária.

Iniciei a pesquisa do estado da arte pelo banco de dados da Capes, buscando dissertações de mestrado e teses de doutorado, usando como categorias os termos: instituição escolar/história. Encontrei 214 trabalhos, sendo que seis abordavam assuntos relativos ao tema do presente estudo. Nesse mesmo banco de dados, utilizando as palavras-chave participação comunitária/prática pedagógica, encontrei 60 teses e dissertações sobre participação comunitária e 38 sobre prática pedagógica, sendo que nenhum desses trabalhos contribuiu com a presente pesquisa.

Na base de dados do Scielo, em artigos e periódicos, foram encontrados 96 artigos referentes à categoria participação comunitária, sendo que apenas um trabalho pode ser considerado de relevância para o presente estudo. Sobre as categorias “história” e “práticas pedagógicas” foram encontrados 120 artigos científicos, não havendo correspondência ao tema estudado.

No banco de dados da USP foi pesquisada a expressão “participação comunitária”, sendo então elencadas 12 teses de doutorado, cinco abordando o tema saúde pública e sete,

saúde ambiental. E como dissertações de mestrado foram elencadas 13, três abordando o tema saúde comunitária; cinco saúde ambiental; e outras cinco, saúde pública. Sobre a categoria “prática pedagógica”, foram encontradas seis dissertações de mestrado, sendo uma relevante para este estudo. E sobre as categorias “história” e “instituições escolares” não foi encontrado nenhum trabalho que contribuísse com este estudo.

Na biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp foi encontrada uma dissertação sobre a categoria “participação comunitária”, e sobre “práticas pedagógicas” não encontrei nenhuma tese ou dissertação. Quanto à categoria “história e instituições escolares”, foram encontrados 115 trabalhos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, sendo que relevantes para a presente pesquisa somente seis. E sobre a categoria “instituição escolar e história” foram encontradas 95 dissertações e teses, sem relevância para o presente estudo. Já sobre a categoria “participação comunitária” foi encontrado um número grande de trabalhos, contendo entre si muitas semelhanças. A maioria fala de um período marcado pela participação do povo, juntamente com seus líderes políticos, e da tomada de decisões junto com os governantes entre os anos de 1970, 1980 e 1990.

No banco de dados da PUCSP encontrei uma dissertação intitulada “Força do Povo” e produzida em Lages, porém não foi possível acesso a esse trabalho. Mas pelo título supõe-se que se refira ao período estudado, referente à mesma administração municipal.

Em busca realizada junto à UFSC, foram encontradas três dissertações tratando sobre o período da administração “A Força do Povo”, com enfoques variados, porém sempre se referindo a esse período histórico. Foram também encontrados nesta busca dois artigos que se referem a esse período da gestão do prefeito Dirceu Carneiro, que marcou a cidade de Lages e sua população, considerando-se a experiência da gestão democrática do município, mesmo durante o período da ditadura militar.

É possível perceber, pelo número de trabalhos encontrado nos bancos de dados e nas universidades, o destaque dado à administração pública municipal nesse período histórico brasileiro – referente às três décadas aqui estudadas– sobre a qual encontrei o maior volume de escritos.

Na UNIPLAC, sobre as palavras-chave “participação comunitária” e “instituição escolar”, foram encontradas três dissertações e três relatos com temas relevantes ao objeto desta pesquisa. E sobre as categorias “prática pedagógica” e “história”, 23 trabalhos foram encontrados, porém nenhum relevante ao presente tema.

Ao final da busca, percebi a importância de entrar em contato com os bancos de dados, ampliando o conhecimento a respeito do objeto de pesquisa, bem como de tantas outras

produções que, de alguma forma, se relacionam ao estudo em questão, e outras ainda que fazem contraponto com este tema de pesquisa.

Ao iniciar o levantamento de documentos para a construção da história da EMEB Mutirão e do Bairro Habitação, senti dificuldade em registrá-la, pois não se sabia da veracidade de determinados fatos, justamente por não estarem documentados em papéis. Por meio de relatos orais, a memória histórica dos fatos fica suscetível a inverdades, podendo apresentar lacunas, inerentes à interpretação valorativa de critérios e mesmo da percepção seletiva de quem relata os fatos.

Recordando, os trabalhos selecionados para o presente estudo no que tange ao estado da arte se situam nas categorias: prática pedagógica/história, instituição escolar/participação comunitária.

Quanto à categoria “instituições escolares e história”, a dissertação de Rosângela Cristina Gonçalves (2011) registra a contribuição dos relatos de vida para a pesquisa histórica, especialmente pela possibilidade de se estabelecer uma interação entre as duas visões: o vivido e o presente.

Outros trabalhos foram encontrados, apresentando semelhança com o presente estudo no que diz respeito à história, visto que outros pesquisadores estão como eu, preocupados em não deixar a memória das instituições de ensino se perder no tempo. Segundo Rogério Xavier Neves (2009), precisamos recorrer ao passado para entender presente. O autor escreveu sobre “As possibilidades educacionais em centros de documentação e memória”. Sua pesquisa refere-se às reflexões sobre o trabalho educacional em instituições não escolares, especialmente em centros de documentação e memória, com ênfase no seu valor e importância: “Na medida que a sociedade necessita delas para legitimação da memória, em forma de preservação documental, promotoras de histórias, permitindo a construção de representações simbólicas mediante ao presente” (NEVES, 2009, p. 10).

Cabe registrar, ainda, os estudos de Francisco José Calazans Falcon: “História cultural e história da educação” (2006); Jose Claudinei Lombardi: “Marxismo e história da educação: Algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente” (2010); Eva Cristina Leite da Silva: “Os registros da Escola Normal, Brasil e Portugal: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX” (2009); Alexandra Vanessa de Moura Baezinski – “A implantação oficial da Pedagogia Histórico Crítica na rede pública do Estado do Paraná” (1983-1994): legitimação, resistências e contradições (2007).

Na pesquisa realizada, também foram encontrados alguns trabalhos relevantes para o presente estudo os quais foram considerados para servir de aporte teórico, como segue.

Em busca realizada junto à Universidade Federal de Santa Catarina encontrei uma dissertação tratando da administração pública de Lages na gestão do prefeito Dirceu Carneiro, de autoria de Antônio Munarin (1990), que escreve sobre o surgimento do populacionismo na década de 1970, período em que se começa a romper com a longa história de dominação e submissão sob as quais o povo da cidade de Lages vivia. Na UFSC, também foi encontrada dissertação de mestrado de Ana Rita de Souza, que escreveu sobre Instituição Escolar em Lages, sob o título “Instituições Escolares na administração pública no período delimitado por ela 1997-1982”. Nessa mesma universidade, Lori Terezinha da Silveira (2004) defendeu a dissertação de mestrado intitulada “Mostras do Campo de Lages, Educação e Cultura na Democracia Participativa (1977-1983)”. Nesse trabalho a autora se restringe a escrever sobre o período da administração “A Força do Povo”, dando enfoque em sua pesquisa para o campo, trabalhando ainda os aspectos geográficos e socioculturais da região dos campos de Lages. Foram também encontrados trabalhos da autora Zilma Izabel Peixer, sendo que dentre eles, a autora publicou um sobre projetos especiais, referentes à administração pública municipal de Lages, especialmente “A Força do Povo”, gestão do prefeito Dirceu Carneiro entre 1977-1983. Ainda, na mesma universidade, Mauricio Tragtenberg escreveu um artigo sobre o mesmo período histórico, descrevendo a experiência da gestão democrática do município quando da organização da administração Carneiro diante do período da ditadura militar.

É possível perceber, pelo número de trabalhos encontrado nos bancos de dados e nas universidades, quanto à categoria “participação comunitária”, o destaque dado à administração pública nesse período histórico brasileiro – décadas de 1970, 1980 e 1990 –, sobre a qual encontrei o maior volume de escritos.

No banco de dados da PUCSP encontrei a dissertação de Jucirema Quinteiro (1991) intitulada ‘A Força do Povo’ em Lages, mas o que foi mesmo esta experiência? Como não foi possível ter acesso a esse trabalho, pelo título pode-se supor que se refira ao período que venho pesquisando, uma vez que assim se denominou em Lages a administração do prefeito Dirceu Carneiro: “A Força do Povo”.

A pesquisa realizada na biblioteca da UNIPLAC centrou-se na categoria “participação comunitária”, onde foram encontrados alguns trabalhos referentes ao objeto do presente estudo.

Encontrei a dissertação de Cristiana Kelly dos Santos (2010), que escreve diretamente sobre o “Projeto Lageano de Habitação: a Força do Povo”. O olhar da pesquisadora está centrado na política vigente da época e no Bairro Habitação, sendo que sem maior aprofundamento a respeito da construção desse bairro.

José Batista Correa Couto (2008) escreve sobre Educação e Participação Popular: A Trajetória da Associação de Moradores do Bairro Habitação (1978-1983) Lages, SC. Trata-se de uma dissertação de relevância no que se refere ao Bairro Habitação. Seu objeto é a Associação de Moradores do Bairro Habitação.

Também foi encontrada uma dissertação de mestrado, de autoria de Rony Petterson (2008), que escreveu sobre “Movimentos, Organizações Sociais e Educação Popular: Uma Educação pra Além da Sala de Aula”. O trabalho deste autor vem ao encontro da pesquisa aqui apresentada, uma vez que contempla também os movimentos sociais ocorridos em Lages. Esse trabalho se destaca por sua relevância em relação com o objeto da presente pesquisa.

Finalizando, cabe observar que não foram encontradas pesquisas com a temática específica da ora desenvolvida, porém algumas contendo semelhanças no que diz respeito à história, à participação da comunidade e aos movimentos sociais. Observa-se que esses movimentos ocorreram em outros municípios brasileiros. Muitas pesquisas falam de mutirões da casa própria e da forma como foram construídas residências com ajuda mútua, pois se tratava de uma política pública que permaneceu entre as décadas de 1970 e 1990. A cidade de Lages, pelo que consta nas pesquisas, pode ter sido pioneira nesse modelo de administração. Diniz (1997, p. 48) refere-se a “um período da história onde o poder público, através da democracia popular, optou por empregar um sistema onde os próprios moradores, através de mutirões, construíam suas casas”.

1.2 MÉTODO

Quando se compreende o caminho a percorrer para a realização de uma pesquisa científica percebe-se que não é necessário um grande esforço para entender como se procede. Para Bagno (2000) “valemo-nos dela o tempo todo, inclusive nos atos corriqueiros como ler um manual de instruções, quando nem imaginamos que estamos fazendo pesquisa”.

Pesquisar é valer-se de um conjunto de técnicas e análises, da comunicação que travamos com o objeto de pesquisa e de como se fará para descrever os conteúdos/ análises, pois estes é que nos darão o resultado da pesquisa.

A pesquisa é uma atividade que, embora não pareça, está presente em diversos momentos do cotidiano, além de ser requisito fundamental [...] Ler a bula de um remédio antes de tomá-lo é pesquisar. Recorrer ao manual de instruções do aparelho de videocassete também (BAGNO, 2000 p. 16).

Já para Demo (1996, p. 44), “Dialogar com a realidade talvez seja a definição mais apropriada de pesquisa”.

Diante dos fatos do passado e do presente, das épocas mais remotas e recentes, é necessário que se criem novas indagações, pois as sociedades não são estáveis, continuam em movimento, mesmo quando pensamos que não há mais como transformá-las. Como seus processos de mudança não são necessariamente manifestos, mas também latentes, seu passado precisa ser considerado e investigado para levantar novos questionamentos e descobertas a respeito da realidade, que se apresenta em sua historicidade.

O contexto da vida em sociedade apresenta-se, na contemporaneidade, como um momento histórico em que as pessoas se preocupam maciçamente com o presente, esquecendo que este, amanhã, já será passado/história. Percebe-se, assim, a necessidade de registrar os fatos que são rotineiros/corriqueiros, porque se constituirão de grande valor para quem precisa se valer deles para a reconstrução da história. Entende-se, também, que a história não pode ser esquecida por ser significativa para as pessoas que a construíram e fundamentais para a construção do presente e do futuro.

A pesquisa histórica investiga fatos que já tenham ocorrido, sobre os quais se desenvolvem estudos visando sua compreensão, o que contribui substantivamente para a reflexão sobre situações do presente e o estado do fenômeno estudado. Como diz Goldenberg (2001, p. 79), “a pesquisa científica requer flexibilidade, capacidade de observação e de interação com os pesquisados”.

O presente estudo parte do levantamento de documentos concernentes à trajetória histórica, desde a construção do prédio da EMEB Mutirão, quando da constituição do Bairro Habitação, buscando nas fontes documentais dados reveladores que legitimam a importância do estudo da História no campo da Educação.

No passado, a linha epistemológica positivista, que dominava as ciências sociais, dividia a teoria da prática, e o sujeito do objeto, para que o pesquisador mantivesse uma neutralidade em relação à pesquisa. No presente, o pesquisador em ciências sociais não mais necessita estar afastado do objeto de pesquisa, pode interagir como sujeito, pois sabe-se que muitas vezes ele é parte integrante do seu objeto, como é o caso do presente estudo.

[...] tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa intervenção articulam pesquisador e campo de pesquisa, porém quer-se apresentar esta última como uma variação significativa, ainda que sutil, do projeto político que ensejou a formulação dessas duas novas estratégias de investigação participativa. E é no contexto do projeto em que se insere a pesquisa-intervenção que a análise de implicação merece ser destacada. [...] (PAULON, 2005, p. 17-18).

Para a autora, o pesquisador pode tomar posse dessas duas estratégias, tanto da pesquisa-ação como da pesquisa-intervenção, sabendo que ele não é neutro, pois está inserido no contexto de sua pesquisa.

Ao realizar a pesquisa no Bairro Habitação e na EMEB Mutirão, coloco-me interagindo como pesquisadora por ser também sujeito integrante e participante.

[...] consideramos que a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual [...] há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; a pesquisa não se limita a uma forma de ação (ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o 'nível de consciência' das pessoas e grupos considerados (THIOLLENT, 1986, p. 16).

Esta pesquisa está centrada na área História e Educação, tendo fundamentos na área da Sociologia, e é restrita a um recorte temporal compreendido entre 1979 e 1996. Parte da análise dos movimentos sociais ocorridos na cidade de Lages, refletidos no Bairro Habitação e na EMEB Mutirão, principalmente no que diz respeito ao início da criação do bairro em que a comunidade era atuante não somente na construção de suas vidas cotidianas, mas, também, nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola.

Embora se trate de pesquisa documental, considero ser importante trazer um breve fundamento da pesquisa-ação e da pesquisa intervenção, visto que a temática pesquisada faz parte de minha vida e, portanto, minha constituição de sujeito. Como foi mencionado na Introdução, participei com minha família da construção do bairro onde passamos a habitar, e também da construção da escola, onde não estudei, mas leciono e estou professora há 28 anos. Assim, estou implicada com sua história desde sua fundação até o presente momento.

Cabe aqui inserir o conceito de implicação, que se expressa como engajamento pessoal e coletivo tendo em vista o contexto, a história familiar, o pertencimento, entre outros fatores. Os processos de implicação envolvem cinco diferentes instâncias: desejo, vontade, decisão, ação e mediação (BARBIER, 1985).

Para desenvolver uma pesquisa faz-se essencial o método que vai norteá-la, pois sem ele não se constitui numa interface entre as hipóteses, o problema de pesquisa, os objetivos, os instrumentos que serão utilizados, entre outros elementos fundamentais que garantirão a qualidade e a fidedignidade da pesquisa. Nesse sentido, valemo-nos de autores para fundamentarem com teorias a atividade investigativa.

Sobre o ato de pesquisar, Demo (1987) aponta para a ideia de que cada objeto de pesquisa tem suas especificidades e exigirá procedimentos próprios nas investigações,

vinculados ao espaço e tempo, às condições para ser investigado, que se apresentam frente à escolha do tema diante da sociedade, da academia e do pesquisador.

É a partir do cuidado metodológico apresentado por Demo (1987) que me proponho realizar a presente pesquisa historiando sobre a realidade vivida pelos moradores do Bairro Habitação, ligados à EMEB Mutirão, desde a sua construção.

[...] é uma preocupação instrumental. Trata das formas de fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos (DEMO 1987, p. 19).

Segundo esse autor, “estuda-se metodologia, em particular técnicas de pesquisa, que ensinam como gerar, manusear e consumir dados, em contato com a realidade” (DEMO, 1996, p. 11). É por meio da metodologia que é descortinando o universo do tema, construindo e estruturando ideias e dando formas científicas para a pesquisa.

A pesquisa em Educação é um ato crítico de diálogo com a realidade, constituindo-se em um meio para exercitar o pensar e o agir. Para Demo (1996, p.10), “Pesquisa é o processo que aparece em todo o trajeto educativo, como princípio educativo que está na base de qualquer proposta emancipatória”. Ainda o mesmo autor afirma que a pesquisa na escola é um meio para exercitar o pensar e o agir (DEMO, 1996).

Pesquisar é se valer de um conjunto de técnicas e análises sobre a comunicação que travamos com o objeto de pesquisa e de que forma se fará para descrever os conteúdos/análises, pois são esses que evidenciarão o resultado da pesquisa.

A pesquisa é um meio pelo qual tratamos a realidade, de maneira teórica e prática. (BARDIN, 2011). Para tanto, ao escolher um caminho metodológico, a partir do problema que gerou inquietações a serem pesquisadas e dos objetivos que se pretende alcançar, o método é fundamental, pois ele é o meio para percorrer o percurso da pesquisa. Para Bardin (2011), a pesquisa é um meio pelo qual tratamos a realidade, de maneira teórica e prática:

A definição de análise de conteúdo [...] há cerca de vinte anos, continua sendo o ponto de partida para as explicações que todos os principiantes reclamam, a qual ele classificou do seguinte modo: “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (BARDIN, 2011 p. 42).

Faz-se necessário pesquisar historicamente o Bairro Habitação e a EMEB Mutirão, efetivando um processo de unir prática com teoria, considerando que o objeto de pesquisa faz

parte da trajetória de uma comunidade contextualizada em um momento histórico, e da história de vida da autora/pesquisadora. Inclui, portanto, um envolvimento genuíno com a temática que poderá se tornar num caminho para ações futuras em prol da comunidade e da escola estudada.

Resultados são esperados, dentro desta perspectiva, e além da escolha do tema a eleição do método a ser utilizado se fez substantiva. Este como levantamento de dados se define como análise bibliográfica e documental e, como análise dos dados, se firma na proposta de análise de conteúdo de Laurence Bardin.

1.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa vem se concretizando por meio de análise documental, utilizando-se para a interpretação dos dados da abordagem de análise de conteúdo.

A pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não foram analisados e que podem embasar o que se vai pesquisar. Centra-se na leitura e análise de documentos sobre fatos históricos, sendo ainda pouco explorada não só na área da Educação como em outras áreas de ação social.

A pesquisa documental é muito semelhante com a bibliográfica. Algumas diferenças, contudo, podem ser assinaladas: a pesquisa bibliográfica costuma ser desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla, visando identificar o conhecimento disponível sobre o assunto [...] Já a pesquisa documental, de modo geral, constitui um fim em si mesma, com objetivos bem específicos, que envolvem muitas vezes testes de hipóteses (GIL, 2002, p. 87-88).

Foram retirados dados, para a reconstrução da história, de fontes documentais; e nas escrituras legais e legitimamente reconhecidas, dados que permitissem reelaborar panoramas socioculturais. A comprovação científica pela pesquisa documental traz indicações de posturas e práticas adotadas, bem como de concepções, reportando ao passado histórico de lutas que se traduziram na luta intelectual e nos movimentos sociais.

São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise (PIMENTEL, 2001, p. 179).

Os dados da pesquisa estão sendo levantados por via de documentos, tais como: fotos, plantas baixas, atas, depoimentos recebidos por correio eletrônico, jornais, editais, portarias, pareceres, bem como outros documentos que venham validar a fala da pesquisadora.

Como análise dos dados, que no presente caso é análise de conteúdo, Bardin (2011) a concebe sobre como uma concepção de ciência, trazendo que se constitui em uma prática que pretende ser neutra quanto ao significado do texto, na busca de alcançar diretamente do que há por trás do que se diz. Ainda, ao referir-se sobre análise de documentos, Bardin (2011, p. 39) afirma que: “o conjunto dos tipos de comunicação, segundo dois critérios: – a quantidade de pessoas implicadas na comunicação e natureza do código e do suporte da mensagem”.

A análise de conteúdo é confrontada (e eventualmente comparada) com uma disciplina solidariamente constituída e metodologicamente confirmada, mas em que a finalidade é diferente. [...] a análise de conteúdo, se multiplica as aplicações, marca um pouco o passo, ao concentrar-se na transposição tecnológica, em matéria de inovação metodológica. Mas observa com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise da conservação, documentação e bases de dados etc. (BARDIN, 2011, p. 30-31).

No sentido de clarear o entendimento sobre os dados levantados em pesquisa documental e trabalhados pelo método de análise de conteúdo, estão sendo elaborados quadros explicativos sobre as categorias de análise encontrada.

2 CONTEXTUALIZANDO: O BAIRRO HABITAÇÃO COMO *LOCUS* DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA MUTIRÃO

Neste capítulo serão historiados alguns aspectos do Bairro Habitação, construído no final da década de 1970, por iniciativa da administração do prefeito Dirceu Carneiro, de Lages. Cabe destacar que as moradias desse bairro foram construídas pelos próprios moradores em sistema de mutirão.

Este sistema consiste em redes formais de sociabilidade formadas pelo envolvimento e participação de indivíduos em associações voluntárias, organizadas formalmente com diretorias, estatutos, reuniões regulares e critérios de afiliação. Dessas associações as pessoas participam por livre e espontânea vontade. O convívio nelas, a exemplo do que acontece em sociedades informais, auxilia no desenvolvimento da solidariedade, na reciprocidade e confiança, da qual se pode obter vantagens tanto privadas como públicas em um esforço de ajuda mútua.

Quando iniciaram as obras do Bairro Habitação, foi notável perceber o despertar da consciência que cada morador (ou novo integrante) desenvolveu, pois colaboravam com os demais moradores na construção das novas casas e também nas áreas comuns para o desenvolvimento do bairro.

A conscientização é, neste sentido, um teste da realidade. Quanto mais conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em ‘estar frente à realidade’ assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1979, p. 26).

Ao falar de conscientização como forma de revelar a realidade, o autor afirma que é preciso estar consciente dessa realidade. Nas décadas de 1970 e 1980, não só em Lages, mas também em outros recantos do país, desencadearam-se grande mobilização e significativo processo de resistência por parte da população, que passou a reivindicar seus direitos de moradia e trabalho como cidadãos.

Gohn refere-se a esse período pós-ditadura e de (re) estruturação do país, pontuando.

Durante os anos de resistência ao regime militar e de transição à democracia, o processo educativo desenvolvido nos movimentos tinha natureza essencialmente

sociopolítica porque ele era um instrumento de mobilização e organização popular. Era um processo permanente de aprendizagem a partir da prática, geradora de processos organizativos e de consciência social nas classes populares (GOHN, 2012, p. 19).

Lages passou por esse período, em que os administradores públicos entenderam que a população poderia protagonizar junto com o governo municipal tomadas de decisão, principalmente em sua execução, ocasião em que surgiu o Bairro Habitação. Este nasceu da necessidade de moradia de parte da população lageana e desenvolveu-se pelo desejo de melhorar aquilo que já tinha conseguido, tornando-se referência para os demais bairros da cidade.

O Bairro Habitação foi instituído no espaço geográfico de Lages, fugindo dos padrões considerados normais, pois o comum era que cada um construísse ou financiasse sua casa própria. Porém a construção das casas do Bairro Habitação ocorreu de forma diferente, por meio de mutirão com a intervenção do poder público.

Ao percorrer o espaço urbano de Lages, historicamente construído por diferentes grupos sociais, podia-se perceber que os moradores da periferia da cidade não tinham fácil acesso à saúde, educação e habitação se comparados com os do centro da cidade. No início da criação do Bairro havia, e ainda há muita discriminação por meio das pessoas, visto que os moradores construíram, à época, suas casas com restos de materiais. No entanto, esse é somente um bairro construído de forma diferente dos demais, onde vive a classe assalariada e trabalhadora, se igualando aos demais bairros da periferia da cidade que também são habitados pela mesma classe, o que dá uma identidade comum a esses locais.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego e mesmo o emprego mal remunerado (CORRÊA, 1993, p. 29).

O Bairro Habitação foi construído devido à demanda de pessoas que vinham do interior do município para a cidade, em busca de melhores condições de vida, sendo instituído para abrigar famílias de baixa ou sem renda. Diante das dificuldades encontradas, por não terem casa própria, trabalho nem educação, a população aprendeu a organizar-se podendo mudar o rumo de sua história de vida. Gohn (2012, p.64), referindo-se à importância da tomada de consciência

preconizada por Freire, afirma que em casos como este “a sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar”.

Como organização comunitária, o Bairro Habitação tomou dimensão e se destacou nacionalmente, pois nele um grupo social aprendeu que tinha direito e dever de organizar-se construindo, se não tudo, quase tudo o que existe em uma comunidade.

O caso do Bairro Habitação demonstra claramente que a história da sociedade humana nunca é espontânea ou natural, precisa de pessoas e ações para que possa existir. Meu anseio de deixar explícita a história é para que as pessoas que não conhecem a cidade de Lages, ao lerem este trabalho, passem a conhecê-la.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE LAGES

A demarcação do território de Lages foi consequência do jogo de interesse das disputas entre as metrópoles Portugal e Espanha.

A região Sul do Brasil constitui-se em cenário de históricas lutas geopolíticas entre impérios coloniais: Espanha e Portugal, desde o tratado sem limite (Tordesilhas de 1494), até o conflito que marcou a conquista definitiva brasileiro-portuguesa dos atuais limites do país (LOCKS, 2006, p. 12).

A fundação, pelos portugueses, da Vila Nossa Senhora dos Prazeres, naquele momento histórico do Brasil, foi estratégico, pois, além de garantir maior segurança diante a possibilidade de expansão territorial espanhola, era caminho de passagem das tropas que saíam do Rio Grande do Sul e seguiam para o mercado emergente de São Paulo e Minas Gerais.

Complementa Alves (1980, p. 21) que “Durante o ciclo do ouro Lages deveu a sua prosperidade a passagens das tropas que se juntavam em Vacaria e iam vender o charque, o gado e o couro nas feiras de Sorocaba.”

A fundação de Lages, pelo bandeirante paulista Antônio Correia Pinto de Macedo tem como marco o dia 22 de novembro de 1766.

Com a incumbência de formar uma vila nessa região, o capitão-mor Antônio Correia Pinto se dirige para os “Campos das Lagens” em meados de agosto de 1766, acompanhado de sua família, empregados, escravos e aproximadamente, oito a nove famílias. Essa região não era desconhecida de Correia Pinto, ao contrário, ele possuía um bom conhecimento desses sertões, pois já tinha sido tropeiro nessa região onde possuía duas fazendas (PEIXER, 2002, p. 41).

A autora relata que esse território já era conhecido pelos paulistas desde os tempos do tropeirismo e que o tropeiro e fazendeiro Correia Pinto apenas foi incumbido de fundar a vila de Lages, no meio do caminho traçado, por já conhecer bem os territórios do Sul na sua época de tropeiro, e uma vez que nele já possuía duas fazendas. Para Silva (1994, p. 28), “assim tiveram origem as grandes fazendas nos campos de Lages, possibilitando o surgimento de relações de trabalho bem diversas das existentes no litoral catarinense”. É importante notar que, junto com os paulistas, vieram seus escravos e empregados e, dessa miscigenação, contando também com a população indígena, surgiu a formação étnica da população serrana de Santa Catarina.

Do ponto de vista histórico, antes do Brasil Colônia essa região era habitada pelos índios (mais conhecidos como bugres) das tribos Xokleng, Guarani ou Carijó e Kaingang. Viviam em tribos e sobreviviam da caça, da pesca, dos frutos do mato e, sobretudo, da colheita do pinhão, permanecendo na região até o início do século XX. Porém toda a tomada de terra ou posse gera atos de violência (SANTOS, 1973, p.56), sendo que cada povo tem sua cultura, o que não é desprezível neste momento de conflito. Nas terras que viriam a ser Lages habitavam os nativos da região, que foram exterminados por quem se apossou das terras, acabando com os seus costumes e tradições.

No início do século XVIII, os tropeiros descobriram um novo caminho entre o Litoral e a Serra, pelo Morro dos Conventos (Serra do Rio do Rastro), pois antes os lagunenses, que prendiam o gado no Rio Grande do Sul e transportavam-no de Laguna até São Vicente (São Paulo) por via marítima. Então o novo trajeto, via terrestre, fez com que o comércio trouxesse às famílias oligárquicas do planalto grandes somas em dinheiro e o status de poder social e político.

“Lages foi formando sua própria atividade econômica calçada na pecuária extensiva, propiciada não só pelo papel de entreposto que lhe fora dado, mas também por ter sua ocupação territorial baseada no regime de concessão de sesmaria” (SILVA, 1994, p. 28).

A economia, nesse período, era voltada principalmente para a pecuária extensiva, latifundiária e o tropeirismo. A política cultural da região está fortemente ligada à formação fundiária, através de grandes extensões de terras pelo regime de sesmaria. Conforme Marcelino (2011, p.74), “uma sesmaria = 108 milhões de campos = 10.800 hectares. Os mais próximos dos governantes receberam até 35 sesmarias”. As terras eram doadas pelos governadores-gerais por afeição aos amigos que servissem aos interesses do Brasil, Colônia de Portugal.

Esses amigos eram os grandes latifundiários que atendiam aos interesses dos poderosos. Naquele contexto, havia a figura do camponês, que trabalhava em suas terras com a força do

trabalho familiar, e as figuras do peão, do capataz, do bruaqueiro, em oposição à figura do fazendeiro senhor das terras e também da política local daquela época (SILVA, 1994).

No final do século XIX, a vida da população da região do planalto catarinense reduzia-se à criação extensiva de gado e à colheita da erva-mate, importante fonte de renda. Houve disputas de terras entre Paraná e Santa Catarina, fato esse que culminou com a Guerra do Contestado (1912-1915). De acordo com Silva (1994, p. 29), “o movimento do contestado afetou toda a região dos Campos de Lages”. A Guerra do Contestado foi e é um dos principais movimentos sociais na luta pelo direito à posse e a sobrevivência, ocorrido no Sul do Brasil nesse período.

Foi neste período de extrema pobreza, miséria e descaso com os sertanejos que surgiu o ideal de um mundo novo, semelhante ao acontecimento ocorrido na Bahia, com a Guerra de Canudos (1893-1897). Os monges que passaram pela região contestada se preocuparam com a saúde física e espiritual dos sertanejos. É Thomé quem nos remete a este passado histórico muito presente ainda na região serrana:

“Desta região, João Maria de Agostinho partiu em época incerta para o Sul. Segundo alguns historiadores, ele teria rumado pela estrada das tropas, atravessando o Sul de Santa Catarina e atingindo a região de Santa Maria, no Rio Grande do Sul”. (THOMÉ, 1999, p. 30).

Com o declínio do tropeirismo e da pecuária, no final do século XIX na Serra Catarinense, um novo modelo econômico começou a surgir: o ciclo da madeira, riqueza esta que, antes dos anos 1930, não tinha valor de mercado e, a partir de então, começou a ser explorada com grande valor comercial.

Até o fim da II Guerra Mundial Lages ficou afastada da economia madeireira. Muitos fazendeiros chegavam a cortar uma roda da casca dos pinheiros para secá-los e preservar os seus pastos dos galhos espinhentos. As árvores eram abatidas apenas para construção de casas e consumo doméstico. Com o fim da guerra, chegou ao município um grande contingente de filhos de imigrantes italianos, vindos do Rio Grande. Foram eles – os gringos, como lá se diz – que iniciaram a exploração da araucária em grande escala (ALVES, 1980, p. 21-22).

Com a chegada dos primeiros imigrantes na cidade, “os alemães (provenientes das da região litorânea de Santa Catarina) e dos italianos originários das colônias do Rio Grande do Sul” (SILVA, 1994, p. 29), começa a exploração da madeira. “Os fazendeiros tradicionais não tiveram envolvimento com essa atividade, vendendo os pinheiros e investindo em terras de outras regiões brasileiras ou em suas propriedades”.

Podemos compreender com base nos escritos de Thomé, sobre este período do ciclo madeireiro, que:

Em toda a região, as madeiras maiores posicionavam-se no interior dos pinhais e, quando esgotados estes, abasteciam-se de toras que vinham de outros pinhais. Entretanto, muitas serrarias menores, pela localização nos pinhais, permaneciam ali o tempo suficiente e necessário à exploração da mata (THOMÉ, 2010, p. 40).

Com as instalações das serrarias e do comércio da madeira em Lages, quadruplicou o número de habitantes na cidade, podendo ser esse um dos principais motivos do êxodo rural. Os antigos peões das fazendas vinham para a cidade e vendiam sua força de trabalho para os empresários das serrarias e madeiras que lhes pagavam o salário com nova moeda, pouco conhecida ainda pelos trabalhadores das fazendas, tornando para eles uma novidade muito atraente.

Para Martendal (1980 p. 42-43), “toda a série de serviços paralelos estruturou-se para o pleno desenvolvimento da nova atividade econômica: meios de transporte, oficinas, pequenas fundições, borracharias, fábricas de carrocerias”. A retirada abusiva da madeira fez com que a atividade de extração entrasse em processo de estagnação, produzindo uma crise econômica para Lages e toda a região.

Quando se refere ao sistema social, político e cultural em vigor na Região Serrana de Santa Catarina, destaca-se o município de Lages como a base territorial e política das famílias de coronéis tradicionais e conservadoras. “O domínio da política na cidade sempre esteve atrelado à família Ramos, uma geração que dominou politicamente todo o estado de Santa Catarina por longo tempo” Silva (1994, p. 31). É importante esclarecer que esse domínio na região foi tão forte que ultrapassou o período da primeira república.

O marco do fim do coronelismo na região foi o ano de 1972, quando o último representante desta família deixou o poder público municipal de Lages, mas ainda a visão de mundo, valores e princípios gerados ao longo deste período histórico, de relações conturbadas pelo autoritarismo, coronelismo e clientelismo, continuou a orientar condutas e a influenciar comportamento de pessoas envolvidas com políticas públicas. Esse período histórico foi conturbado em todo o país, com a pobreza, a falta de habitação, o desemprego e o país saindo do período pós-ditadura militar.

Porém é possível formar cidadãos capazes de fazerem suas transformações, pois compete aos educadores despertar o espírito crítico e acreditar no potencial dos alunos. Por meio da educação as pessoas são capazes de contribuir para romper as barreiras e transformar o meio e a sociedade em que vivem, pois reconhecem seus direitos e a capacidade de refletir sobre suas possibilidades como agentes de transformação. É na escola que esse processo começa a acontecer. Para Freire (1980, p.39), é preciso que a educação esteja – em seu

conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: “permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história” (1980, p.39).

Nessa direção, analisando o papel das novas tecnologias na educação, Gohn contribui ao afirmar que:

A educação para a geração de novas tecnologias é uma demanda que se diferencia das tratadas anteriormente [...] ela não pode ser esquecida porque tem um conteúdo social profundo [...], no interior do próprio sistema produtivo, enquanto geração de novas tecnologias que venham a superar os impasses que as atuais possuem e, conseqüentemente, gerem maior produtividade; [...] a partir de setores e áreas sociais carentes, onde há necessidade de soluções enormes no nível qualitativo, como nas áreas da saúde, da habitação e da educação escolar (GOHN, 2012, p. 77).

Segundo a autora, as tecnologias tiveram importante significado para o desenvolvimento nacional, principalmente naquele período que o país estava saindo da estagnação de desenvolvimento, devido à ditadura militar.

Foi neste período que Lages, sob a iniciativa do prefeito Dirceu Carneiro, mobilizou a equipe administrativa e o povo a participar da busca em sanar os problemas sociais da cidade, começando pela moradia/casa própria.

“Em nome do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) saudou a diretoria da COHAB o Vereador Francisco de Assis Kister, líder do governo na Câmara do Município de Lages. Em seguida o Sr Presidente passou a palavra para ao Dr. Dante Braz Limangi, que entre outras coisas disse o seguinte:” É com muita satisfação que comparecemos à Câmara do Municipal de Lages, afim de prestar informações sobre o conjunto habitacional desta cidade [...] Cumpre agora retornar aos trabalhos, e concluir e ocupar as casas. Transformar o que se constitui em problemas num bairro agradável de se morar, capaz de oferecer abrigo de quantos necessitam de ter sua casa própria. Os trabalhos de conclusão deveram ser iniciados na próxima segunda-feira, inicialmente com recursos da própria COHAB-SC, posteriormente com financiamento do BNH. Cumpre, porém que todos participemos da solução do problema, única forma de se alcançar êxito. Que se unam os esforços” (CORREIO LAGEANO, 15 nov. 1973).

Como demonstra o artigo do jornal Correio Lageano, na década de 1970 os bairros COHABs tiveram início, sem data específica para o financiamento das casas populares pelo Banco Nacional Habitacional (BNH).

Os caboclos que migraram para a cidade se radicaram nas periferias, formando bairros e vilas como o Centenário, Santa Helena, Vila Nova, São Luiz, Curva da Morte, Várzea, Penha, Guarujá, Triângulo, Lomba Seca e Passo Fundo. [...] Nestes bairros e vilas, em terrenos adquiridos pelo sistema de crediário ou doados pela prefeitura, os caboclos construíram suas casinhas e casebres com madeira de 4ª (última categoria de qualidade) ou madeirame velho de casas demolidas (MARTENDAL, 1980, p. 48).

Desde a fundação da cidade de Lages, os bairros foram se formando sem estrutura. Não só naquela época, mas ainda no século XXI é muito comum as pessoas construírem casas em locais considerados áreas de risco, sem condições de moradia, pois em muitos desses lugares não existe saneamento básico, água encanada e nem energia elétrica. Conforme Silva (1994, p. 30), “a cidade de Lages foi se desenvolvendo sem um planejamento e isso pode explicar muitos de seus problemas”.

Alves (1980) descreve no livro “A Força do Povo” duas soluções apresentadas pela administração de Dirceu Carneiro (1977-1982) com relação à habitação em Lages: a primeira, para as famílias que possuíssem renda mensal superior a três salários mínimos, adquirindo casa de COHAB; a segunda, a construção de casas no sistema de Mutirão.

Antes de adentrar a história do Bairro Habitação, realizei um apanhado geral de como Lages se contrava no contexto nacional, para compreender as iniciativas dos governos buscando na participação popular alternativas para diminuir a desigualdade social alarmante não só em Lages, mas em todo o Brasil naquele período histórico.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE LAGES

É relevante apresentar a cidade de Lages para que possa ser identificada sua localização geográfica, no Estado de Santa Catarina, e apresentarem-se também suas principais características. Não há pretensão de detalhar sua história, já que muitos trabalhos acadêmicos e as redes sociais trazem informações sobre a cidade.

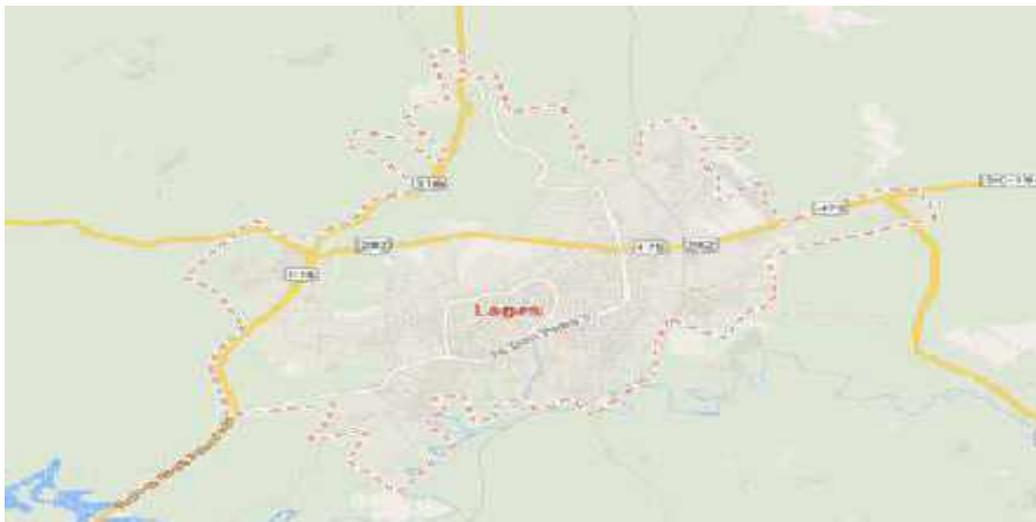
A presente pesquisa está historicamente ligada ao fenômeno de participação popular realizado pela gestão pública e pela sociedade civil do início da década de 1970 até meados de 1990, quando, segundo Peixer (2002, p. 184), “a administração procurou implantar uma gestão participativa e alternativa e que, diferentemente das anteriores não priorizava as relações clientelistas”.

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina



Fonte: eebgustavogonzaga.blogspot.com

Figura 2 - Mapa da cidade de Lages via satélite



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Lages>

Situado no Planalto Central de Santa Catarina, o Município de Lages abrange uma área de 18.089 km, faz parte da Região Serrana, que é formada também pelos seguintes municípios: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, São José do Cerrito, Capão Alto, Correia

Pinto, Ponte Alta, Bocaina do Sul, Otacílio Costa, Bom Retiro, Urubici, Rio Rufino, Painei, Palmeira, Urupema, São Joaquim e Bom Jardim da Serra. Estes municípios foram se emancipando de Lages ao longo dos anos, desde a sua fundação em 1766. Segundo Munarim (2000, p. 145), na Região Serrana “[...] todos derivam de desmembramentos relativamente recentes do mesmo município-mãe”.

Lages completou 247 anos em 2013, se consolida como cidade polo, destacando-se na educação, saúde e comércio. O município faz limites com Bocaina do Sul, Capão Alto, Correia Pinto, Otacílio Costa, Painei, Palmeira, São Joaquim, São José do Cerrito e, também, com os municípios rio-grandenses de Bom Jesus e Vacaria.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade de Lages, totalizava 161.583 habitantes, distribuída em 75 bairros, sendo que a maioria destes foi povoada a partir do início do século XX. Lages é o maior município do Estado de Santa Catarina em extensão territorial, possuindo 2.644.313 km².

Cabe ressaltar que mesmo com o crescimento do turismo rural no estado houve um esvaziamento do campo. Conforme levantamento estatístico do IBGE (2010), o campo abriga 2.586 habitantes, fato que tem chamado a atenção da mídia brasileira.

Lages é uma cidade com potencial turístico, mas ainda pouco explorado. Sabe-se que em cidades turísticas há uma contribuição para o aumento da renda do comércio, movimentando e aumentando as possibilidades do mercado econômico da região. A cidade na zona urbana não dispõe de muitos pontos de atração turística, embora haja alguns em suas zonas urbana e rural.

A altitude é caracterizada por ser bem elevada, variando de 850 a 1500 metros acima do nível do mar. O terreno do perímetro urbano é bastante acidentado, os bairros mais altos estão localizados na região denominada Cidade Alta, o que permite uma vista panorâmica de 360°.

A economia lageana é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura, indústria madeireira (com destaque à produção de papel e celulose). No Turismo Rural, fazendas centenárias da região começam a adaptar-se para receber visitantes e turistas que querem conhecer a vida do campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia etc. O Turismo Rural é conhecido nacionalmente e cada vez mais procurado por turistas de quase todo o país, que vivem na agitação de grandes cidades e se refugiam em Lages para descansar.

Lages também sedia a Festa Nacional do Pinhão, segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina, o qual contribui para que turistas brasileiros de quase todos os estados visitem a cidade em busca de encontrar temperaturas baixas.

A economia do município sofreu forte declínio com a redução sistemática do ciclo da madeira, que teve seu auge até a década de 1950. O município, que foi no passado o maior e mais rico do Estado, teve sua fatia do PIB (Produto Interno Bruto) estadual bastante reduzida. Outros projetos industriais, de desenvolvimento regional sustentável e investimentos em Lages têm contribuído para que a arrecadação deste volte a crescer.

No bairro Cidade Alta concentra-se o maior número de indústrias, que consistem, em grande parte, em empreendimentos ligados à cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábricas de grampos, fábricas de portas, soleiras, batentes e congêneres. O setor metal-mecânico tem papel importante na geração de emprego e renda: estão instaladas na cidade empresas multinacionais, no ramo de peças de tratores e outros veículos terrestres; além de algumas grandes indústrias no ramo têxtil que começaram a se instalar na cidade nesta última década de 2000, com gêneros variados no ramo de confecções, como cortinas, lingerie e uniformes.

Em abril de 2012, foi anunciada a instalação na cidade de uma montadora de caminhões chinesa, Sinotruk, do grupo CNHTC (*China National Heavy Duty Truck Group Corporation*), considerada a segunda maior montadora de caminhões do mundo. O empreendimento, que será o único do gênero no estado, gerará centenas de empregos, além de impactar fortemente a economia da cidade. A Sinotruk fará parte do PISC (Parque da Inovação da Serra Catarinense), um grande parque industrial localizado no distrito de Índios, dentro do qual haverá outras dezenas de empresas que juntas formarão um dos maiores parques industriais e tecnológicos do Estado.

Cabe refletir e discutir sobre o modelo de desenvolvimento que essa iniciativa contempla, uma vez que Lages se caracteriza por uma cidade historicamente de economia rural. Pensar um modelo de desenvolvimento adequado à região seria o mais indicado, uma vez que muito teria a ser investido na economia voltada para as propriedades produtivas, de pequeno e grande porte, como um dos caminhos enriquecedores da cultura vigente. Não teria sentido a escolha de um modelo de desenvolvimento voltado para a indústria pesada sem antes discutir e decidir coletivamente por alternativas que viessem a contemplar o que efetivamente diz respeito ao que a sociedade local necessita, pensa e julga importante ser implementada.

Ficam então questões para se refletir, tais como: o que geria o processo de industrialização capitalista para a classe trabalhadora da região de Lages? O que Lages e região ganhariam e perderiam? Que modelo de desenvolvimento representa frente às características da região estudada, a curto, médio e longo prazo? Por quem está sendo proposto? Com benefícios para quem?

Devido ao número significativo de faculdades e universidades fixadas em Lages, a cidade também se tornou centro regional de educação, recebendo alunos de vários municípios brasileiros, inclusive. Algumas instituições de Ensino Superior oferecem diversidade abrangente de cursos de graduação e pós-graduação, tanto *lato sensu* como *stricto sensu*.

2.3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO HABITAÇÃO

Geograficamente, o Bairro Habitação está situado na parte sudoeste da cidade, fazendo limite ao norte com o Bairro Bom Jesus; ao sul, com o Bairro da Várzea; ao leste, com o Bairro Universitário; e com o Bairro Caça e Tiro a oeste.

Figura 3 – Vista aérea total do Bairro Habitação



Fonte: Correio Lageano.

Por volta dos anos 1970, em Lages, a democracia deixou de ser somente discurso da classe dominante. Políticos tradicionais procuravam apoio para demonstrar os desejos pessoais e da classe a que pertenciam, realizando uma prática hegemônica, mesmo que aparentemente em busca de pertencimento a um modelo democrático em estabelecimento.

Ao tomar posse no cargo de prefeito, Dirceu Carneiro listou as prioridades do seu governo, sendo elas: saúde, educação e lazer. Sua fala evidenciava que seria uma administração voltada ao povo e para as classes menos favorecidas. Ilustrando com seu discurso: “[...] é nossa intenção buscar mobilizar todas as forças vivas, da comunidade, objetivando trabalhos em

regime de mutirão, uma das mais representativas formas da participação popular que pregamos” (JORNAL CORREIO LAGEANO, 1977).

Pelo que se pode perceber o Prefeito estava reforçando para o povo as frentes de trabalho que priorizaria no seu mandato, que teve início em 1977 e estendeu-se até o ano de 1982, ocasião em que se candidatou ao Senado (CORREIO LAGEANO, 1977). No que tange a educação, confirmou-se essa plataforma de governo, sendo exemplos a construção do Bairro Habitação e a da Escola Mutirão.

No correr do tempo, passados 36 anos até 2013, pode-se constatar que, embora muitas fases tenham sido vividas pela comunidade em questão de forma satisfatória aos princípios propostos, ao mesmo tempo em que emblemáticas, devido a mudanças sociais, de governos, de concepções, ficou firmada e confirmada a viabilidade de implantação de ações democráticas. Faz-se importante registrar, pensando na historicidade do projeto implementado e, portanto, experienciado, o quanto é possível trabalhar sob conceitos e valores que levem ao exercício da cidadania, onde não se construa a sociedade a partir de uma política que convenha a uma minoria, mas que possa dar voz à sociedade como um todo.

Por meio dos dados pesquisados no site do IBGE (2010), foram encontrados dados que revelam ter havido aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, da desigualdade social, demonstrando: um grande número de pessoas desempregadas ou subempregadas, bem como um forte êxodo rural, associado à ausência de uma política mais ampla e articulada de planejamento urbano e desenvolvimento social, entre outros fatores que afligiram e afligem principalmente a população das periferias.

Ao realizar uma investigação histórica na formação dos bairros de Lages, pode-se entender as desigualdades sociais e econômicas e a forma que estes se desenvolveram dentro do espaço geográfico da cidade. Observa-se que a partir dos movimentos sociais o povo se organizou em busca de melhores condições de vida.

As causas do crescimento da população favelada são de ordem estrutural: baixos salários; desemprego; crise de oferta de imóveis para a população de baixa renda [...] A favela surge ao longo do processo, cresce aos poucos o número de barracos, aumenta segundo o crescimento da família, de parentes que chegam do interior etc. A rede de solidariedade interna que constrói a favela é diferente da de uma área de invasão coletiva (GOHN, 2012, p. 38-39).

A partir desta reflexão, Gohn ajuda a analisar o contexto e a formação da periferia de Lages. Parte-se da constatação de que a ocupação de terras se fez em áreas verdes. As famílias, excluídas pelo modelo capitalista, fez com que as pessoas continuassem a vir do interior, morar

perto de parentes e amigos, e se apossar de pequenos pedaços de terra, construindo seus casebres e residindo de forma precária. Gohn (2012, p. 56) diz que: “essa organização da comunidade acontece de forma espontânea e natural com ajuda mútua de cada morador, esse processo educativo surge de diferentes fontes do saber”.

Entende-se que a educação não acontece só no espaço da sala de aula, mas sim na troca de conhecimento, nas experiências de cada indivíduo na luta por melhores condições de vida. Assim, “Experiências vivenciadas no passado, [...] são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. A fusão deste passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada” (THOMPSON, 1979 *apud* GOHN 2012, p. 23). Para Thompson, as experiências do passado é que modificam o presente e é por meio das vivências e das trocas que os homens vão construindo suas relações e se auto a firmando como cidadãos capazes de transformar seu presente/realidade.

Os seres humanos constroem suas experiências de aprendizado não só na escola, pois a educação acontece nas vivências diárias, nas trocas de conhecimentos no vai e vem da vida dos sujeitos. E é por meio desses processos educativos que o ser humano faz sua leitura de mundo e se posiciona diante dele, como afirma Freire (1993, p. 78), faz a pronúncia do mundo. É nesse contexto e por meio de experiências de organização social que os homens estruturam um rico espaço de aprendizagem e de formação como sujeitos.

A existência, porque humana, não pode ser muda, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1993, p. 78).

Neste sentido, a presente pesquisa enfoca no primeiro momento a constituição do Bairro Habitação a partir da organização e de reivindicação, construindo-se numa participação política direta e, portanto, num processo educativo. A construção do Bairro Habitação e da EMEB Mutirão constituem-se como um exemplo do que ocorreu no período dos movimentos sociais no Brasil na década de 1980.

Na década de 80, por exemplo, as lutas sociais se caracterizavam mais especificamente no sentido de buscar um canal de participação de grupos organizados entre sociedade civil, como associações de bairros [...]. Nesse período a atuação dos movimentos sociais tinha conotação de classe, de defesa dos segmentos da população marginalizados pelos benefícios das políticas sociais (BONETI, 2007, p. 63).

Foi na década de 1980 que as lutas sociais se destacaram, quando o povo se organizava em grupos no sentido de ser ponte entre governo e sociedade civil, pois esta então tinha característica de classe organizada, principalmente em associações de bairros, saindo em defesa da população oprimida e marginalizada pelas políticas sociais.

Faz-se necessário entender como acontecia essa relação entre sociedade civil e comunidade, em Lages.

A história do Bairro Habitação está destacada em muitos trabalhos acadêmicos e outras produções, por tratar de uma experiência singular na construção de moradias através do sistema de mutirão que resume na realização de um trabalho feito de maneira coletiva, constituindo-se espaços de solidariedade e aprendizagem (COUTO, 2008, p.50).

Sabemos que a história da construção do Bairro Habitação, conforme afirma Couto (2008), já foi escrita e pesquisada por muitos, pela forma singular de construção, diferenciando dos demais bairros da cidade. O trabalho realizado naquela comunidade ocorreu com a participação direta dos moradores que se organizaram e, apoiados na gestão municipal, trocando conhecimentos, construíram suas moradias.

Este método de trabalho, identificado como ações governamentais pautadas no chamamento das pessoas para a participação, fundamentalmente, vai resultar no grande diferencial da prefeitura nesse momento de plena ditadura militar no Brasil. (COUTO, 2008, p. 33).

O governo local se opôs ao modelo da ditadura militar, que não dava liberdade às pessoas de se organizarem. Esta ação do governo de Carneiro resultou no grande diferencial da prefeitura, no momento em que o sistema que regia o Brasil era repressor e impedia qualquer atividade que caminhasse na linha de participação e formação das pessoas para o exercício da cidadania e democracia. De acordo com Alves (1980, p.54), “Em Lages a regra é: quem não está organizado não tem acesso aos serviços da municipalidade”. Não se trata no caso de uma imposição arbitrária, mas sim de uma decorrência dos métodos de trabalho.

Neste governo houve um esforço para melhorar as condições de vida da população lageana, principalmente no que se referia à habitação/moradia.

Em Lages, o problema habitacional tem sido enfrentado em dois planos, por duas entidades diferentes. Para as famílias de mais de três salários mínimos de renda, existe a COHAB. Para as de níveis de renda inferiores, há o Projeto Lageano de Habitação, mais conhecido pelo povo como “O Mutirão”. Escolha de nome significava da rejeição popular às denominações complicadas que os tecnocratas inventaram para que se pense que são gente séria. (ALVES, 1980, p. 49).

Este programa de habitação popular, realizado por meio de mutirões entre pessoas sem condições de financiarem suas casas, foi considerado, à época, um dos principais programas de governo local. Com o início do povoamento do Bairro Habitação os moradores começaram a lutar pela conquista de espaços, tais como campo de futebol, quadra de esportes e sede comunitária.

Na sociedade civil, a participação popular é organizada a partir de interesses solidários. Divergências internas são “costuradas” no próprio bojo de seus organismos de forma a não virem a público, em termos da esfera pública da sociedade como um todo (GOHN, 2010, p. 101).

O Bairro Habitação, após 34 anos de sua constituição, conta com vários serviços que atendem à comunidade como: uma padaria (Pão & Leite), uma farmácia (Farmácia Habitação), seis mercearias, uma loja de esquadrias de ferro (Nossa Senhora Aparecida) e Igreja Católica São Francisco. O bairro teve esta como sua primeira igreja, que se mantém, mas existe também até o presente a prática religiosa sob outras denominações. A escolha do nome da referida igreja católica foi decidida pelos moradores, pois as Irmãs Franciscanas construíram a igreja junto com a comunidade sob a forma de mutirão.

Existem ainda no Bairro uma sorveteria, uma lanchonete, uma *lanhouse*, posto de saúde, capela mortuária e uma pista para treinar condutores de motos. O bairro conta também com uma escola de ensino fundamental que atende alunos do 1º ao 9º ano; e um Centro de Educação Infantil que atende crianças de zero a cinco anos de idade.

No presente momento, novamente o problema de moradia parece ser difícil de solucionar, pois as famílias aumentam e continuam morando no mesmo espaço, invariavelmente em casas muito pequenas. Mesmo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), política de governo implementada pelo governo federal, esta problemática é crescente e se estende na periferia da cidade. Além do mais, quando as famílias desocupam as áreas de risco, outras passam a habitar esses espaços desocupados, não se resolvendo o problema de habitação.

2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUTIRÃO

No registro histórico dos movimentos pela luta de igualdades de classes, os indicadores sociais levam à reflexão sobre o modelo de desenvolvimento social e econômico adotado e a relação que esses têm com as práticas das políticas governamentais.

A questão da desigualdade é centro da reflexão da democracia, seja para os múltiplos movimentos sociais presentes neste período, seja para a sociedade civil mais ampla, seja para a esfera política, em face da realidade de desigualdade e exclusão social (RIBEIRO, 2005, p. 86).

Sabe-se que os movimentos sociais que tiveram início no sul Brasil, no presente caso na cidade de Lages, ocorreram na década de 1970 e continuaram até o final da década de 1980. Neste período as classes menos favorecidas, ou seja, desprovidas de condições dignas de vida, passaram a ter voz reivindicando seus direitos como cidadãos. Assim ocorreu com a área da Educação.

A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade pode cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa transformadora nas várias instâncias da vida social. (LIBÂNEO, 1994, p. 2).

Segundo o autor, a escola é fundamental para a formação do sujeito, devendo cumprir seu papel fomentador para desenvolver o ser humano/aluno e torná-lo capaz de se constituir como um ser crítico, incrementando o senso de participação. Assim ele terá condições de transformar as barreiras que possa vir a encontrar no seu desempenho social. Este se constitui como um importante papel da escola que, portanto, não deve ser negado ao aluno, pois muitos só terão condições de desenvolver este senso crítico e saber que podem e devem intervir no entorno em que estão inseridos quando aprendem fazer leitura de mundo, e entender que podem transformar a realidade que os cerca.

Entende-se que a prática de participação começa quase sempre fora dos bancos escolares, dentro do seio familiar ou no meio que o sujeito está inserido. “Tais influências, também denominadas de educação informal, correspondem a processos de aquisição de conhecimentos, experiências, ideias, valores, práticas, que não estão ligados especificamente a uma instituição” [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 3). Assim, esses serão os meios que farão do sujeito um ser mais crítico, mais participativo e mais democrático. Essa influência que ele desenvolve

pode ainda não estar ligada à escola, mas é ela que irá lapidar e ajudar para o entendimento deste sobre seus direitos de participação na sociedade em que está inserido.

É preciso saber que, para exercer a cidadania, devemos ter definida nossa competência humana e nos fazer sujeitos para construir nossa própria história, organizando-nos coletivamente. Demo (1995) afirma que não é de interesse das organizações políticas que haja educação, comunicação, identidade cultural e política dentro da classe dominada, para que essa não tenha condições de refletir, intervir sobre a realidade que está inserida, podendo servir de massa de manobra a quem está no poder.

Foi na luta para sair do lugar de oprimido, somado ao um novo modelo de administração pública, que na cidade de Lages surgiu na década de 1970 um modelo diferente dos já vivenciados, uma forma de governo democrático.

Figura 4 – Construção das casas do Bairro Habitação



Fonte: Correio Lageano de 1979

Como exposto acima, a democracia é uma forma de governo que envolve a totalidade dos governados e a igualdade de oportunidades, na qual os cidadãos participam direta e plenamente das decisões sociais. Entende-se que neste contexto foi instituída a EMEB Mutirão, *locus* pedagógico onde se desenvolveu a presente pesquisa. Sabendo que a escola e o bairro foram instituídos num processo democrático, recorremos a Ferreira, que afirma:

[...] convivemos com um leque amplo de interpretações e formulações reveladoras de distintas concepções acerca da natureza política e social da gestão democrática e dos processos de racionalização e participação, indo desde posturas de controle social (qualidade total) até perspectivas de participação efetiva, isto é participação cidadã (FERREIRA, 1998, p.79).

No que tange ao presente estudo, cabe refletir sobre a abordagem de Alves a respeito dos municípios brasileiros.

As prefeituras do Brasil estão falidas. A arrecadação da prefeitura do Rio de Janeiro não é suficiente nem para pagar a sua folha de funcionários. A soma dos orçamentos dos quase quatro mil municípios do país foi, em 1980, de cerca de 120 bilhões de cruzeiros. A soma dos recursos do governo federal, incluindo as empresas estatais, beirava os 10 trilhões. Nos últimos anos, a participação das prefeituras na divisão dos impostos arrecadados não diminuiu proporcionalmente ao que era durante os governos Vargas ou Kubitschek – conservou-se uma das mais baixas do mundo. Mas em compensação, os recursos orçamentários da União são apenas uma pequenina parcela do dinheiro de que pode dispor, enquanto as prefeituras não têm outras fontes de recursos. Além do mais, diminuiu extraordinariamente o poder de arrecadação direta (ALVES, 1980, p. 112).

Vários países, estados e cidades apostaram no desenvolvimento e no crescimento econômico no período analisado pelo autor, buscando soluções para sanar ou amenizar os problemas de infraestrutura e sociais. E assim também ocorreu em Lages, no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Figura 5 - Bairro Habitação em 1983



Fonte: Correio Lageano, 1983.

Sabe-se que a gestão do Prefeito de Lages, Dirceu Carneiro (1977-1982), enfrentou sérias dificuldades, à semelhança da maioria das prefeituras brasileiras. Além do contexto histórico do momento, ocorria em Lages o término do ciclo da madeira, que culminou com o fim das obras das rodovias. Este determinou a transferência do IIº Batalhão Rodoviário para

Santarém, Pará (PA), ao mesmo tempo em que as serrarias fecharam ou reduziram substancialmente suas atividades. Esses dois fatos somados contribuíram de forma determinante para o agravamento da situação econômica e social do município de Lages.

Foi nesse momento histórico que se deu a construção do Bairro Habitação, como parte de um movimento social, vinculando famílias que migravam dos municípios que abrigavam as serrarias que então fechavam suas portas, se deslocando para Lages sem trabalho e sem moradia. Assim, a Prefeitura cedeu terrenos e mobilizou a sociedade civil para que doasse o material para a construção das moradias, que foram erguidas pelos próprios moradores.

A estrutura social e as formas sociais pelas quais a sociedade se organiza são uma decorrência do fato de que, desde o início da sua existência, os homens vivem em grupos; sua vida está na dependência da vida de outros membros do grupo social, ou seja, a história humana, a história da sua vida e a história da sociedade se constituem e se desenvolvem na dinâmica das relações sociais (LIBÂNEO, 1994, p. 5).

No contexto ora estudado, a construção do bairro teve como ação paralela a constituição da Escola Mutirão, como espaço físico possibilitador do exercício de práticas pedagógicas, de modo compartilhado, com base em uma participação democrática, formando cidadãos protagonistas das transformações sociais. Compete também à escola despertar o espírito crítico e acreditar no potencial dos alunos, sendo por meio da educação que eles tornam-se capazes de contribuir para romper as barreiras e transformar o meio e a sociedade. A escola constitui-se como um importante meio que contribui para que esse processo comece a acontecer.

É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue – e “permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história” (FREIRE, 1986, p. 46).

A escola, como instituição formadora do sujeito, deve estar presente na vida das pessoas, em coletivo, para que elas possam compreender sua origem, os personagens que fizeram parte da história da instituição, pois não é viável conhecer a história de outros povos e outras instituições de ensino, sem entender e compreender primeiro seu contexto, sua história.

Como pesquisadora não poderia deixar de escrever sobre a importância desse conhecimento, pois a história é que transformará o futuro das gerações. A história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem. Para Gatti (2002, p. 29), “a ênfase dada às análises mais sistêmicas cedeu lugar às análises que

privilegiam uma visão mais aprofundada dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem”.

Compreende-se instituição como um subsistema da sociedade, criada para atender a uma necessidade de caráter permanente, como postula:

Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições (SAVIANI, 2007, p. 4).

Na década de 2000, os estudos sobre as instituições escolares buscavam romper com a perspectiva descritiva, baseados somente nos registros oficiais da escola. Isso implicava utilizar um conteúdo teórico-metodológico, que considerasse a relação entre o particular e o universal, uma das maiores dificuldades para os pesquisadores da História da Educação:

As instituições são lugares de ação social e, como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas. São formas sociais dotadas de organizações jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competições (WERLE, 2004, p. 109).

Para reconstruirmos a identidade histórica de uma instituição educativa, esta deve ser contextualizada no sistema educativo e na comunidade onde está inserida, sem descartá-los da realidade social, política, cultural, econômica e educacional, ou seja, sem perder de vista seu entorno:

Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, 'acomodando-se' dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE, 2007, p. 77).

Entende-se a importância da história das instituições e de cada instituição, trazendo para dentro de seu espaço a história: quais foram seus verdadeiros atores? O que se pretendia no momento em que a instituição foi criada? São exemplos de perguntas e respostas a serem evidenciadas constantemente.

Fica claro, portanto, que educação e história não podem estar separadas, sendo que a história é uma ciência e sem ela seria difícil estudar/pesquisar as outras áreas do conhecimento, pois todas estão alicerçadas na história construída pela humanidade no correr dos tempos.

Por essa razão a presente pesquisa tem a intenção de trazer para o presente a história da construção do Bairro Habitação e da Escola Mutirão, dada a importância que estes tiveram na década de 1980. Nesse momento histórico os movimentos sociais estavam fortemente presentes na vida dos cidadãos lageanos, constituindo-se como exemplos de envolvimento e participação da sociedade. O que se pode perceber na contemporaneidade é que essa prática de envolvimento continua sendo importante e a escola entra nesse contexto para ajudar a formar o cidadão crítico, capaz de transformar seu meio, pautando-se no resgate histórico, buscando nas experiências do passado o significado e a importância do engajamento nos processos sociais.

3 ESCOLA MUTIRÃO

Ao iniciar este capítulo apresento a origem e a criação da EMEB Mutirão, escola que foi concebida para atender as necessidades de saber elaborado, pois o aprendizado das experiências de vida não eram suficientes para a formação dos sujeitos na comunidade do Bairro Habitação. Ao se organizar, o homem compreende que a soma dos saberes é que o formará para que possa se tornar um cidadão completo. Por esta razão pode-se afirmar que o aprendizado que se dá nos bancos escolares é precedido pelo processo de socialização, desde os primeiros contatos do sujeito com o mundo. Assim, os movimentos organizados nas relações sociais que o homem estabelece se constituem como uma das formas de aprendizagem, entre os demais que fazem parte do cotidiano.

Na educação formal sabemos que os educadores são fundamentalmente os professores, embora as ações de todos (as) os (as) profissionais que atuam na escola têm caráter educativo por seu sentido e significado. Na educação não formal, há a figura do educador social mas o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa etc. (GOHN, 2010, p. 16-17).

O ser humano constrói seu processo de conhecimento, e se desenvolve, na troca contínua com seus pares. A escola é um espaço onde ele recebe o conhecimento de maneira brevemente elaborado, porém é nas demais relações sociais que o homem se constitui como sujeito, reconhecendo e transformando a sua realidade.

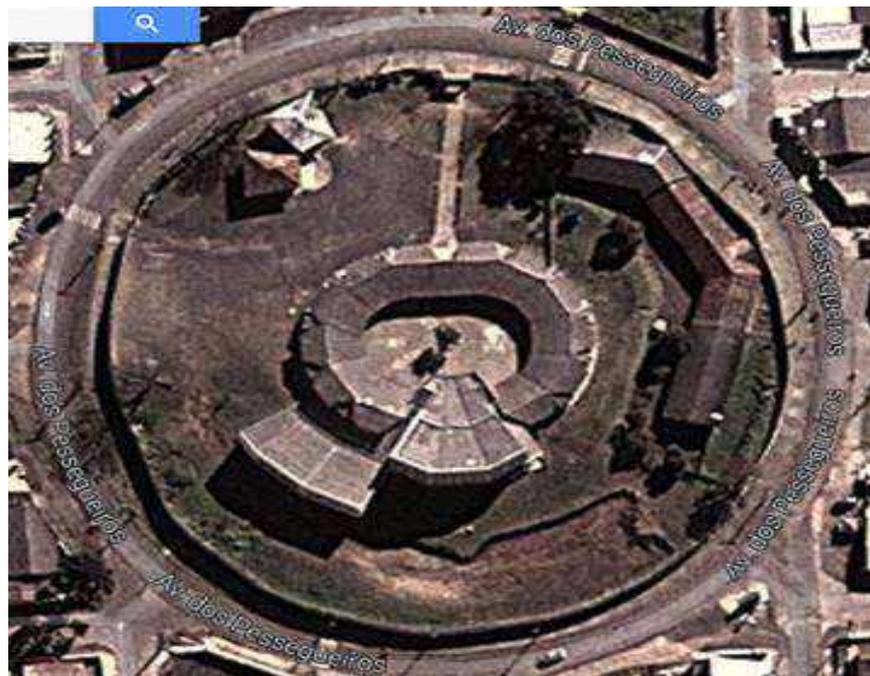
A preocupação com a historicidade permite que o passado seja registrado, pois as políticas mudam, renova-se a população, e são somente os registros históricos que podem nos reportar ao passado para que possamos fazer análises e realizar os processos de mudança quando esses se fazem necessários. É com o olhar nessa velha história que se pode escrever uma nova, (re) significando no presente os problemas e dificuldades encontrados no passado, com vistas a um futuro melhor.

[...] é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições; estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por “relações determinadas” indicamos relações estruturadas em termos de classes, dentro de formações sociais particulares (THOMPSON, 1981, p. 111).

A história está na vivência e nas experiências dos sujeitos envolvidos. Entender os processos históricos é buscar dentro da própria história as evidências, é entender na vida de homens e mulheres de carne e osso é compreender o diálogo existente entre o ser social e consciência social' (Op. cit.).

A história aqui contada, vivida por grande parte dos moradores que ainda residem no Bairro Habitação, tem valor singular. Moram no bairro muitas pessoas que lá nasceram e cresceram e, hoje adultos, fazem-se presentes em quase todos os setores da cidade de Lages e arredores – indústria - comércio etc. Alguns são professores na rede municipal e estadual de ensino, inclusive na EMEB Mutirão e no Centro de Educação Infantil Municipal Mutirão (CEIM), como eu.

Figura 6 - Escola Municipal de Educação Básica Mutirão foto via satélite



Fonte: http://webservice.univates.br/comung/e-book_instituicoes_comunitarias.pdf#page=52

Destaco a importância da construção do prédio da Escola Mutirão, para a formação do sujeito social local. Este que sentiu necessidade de sair do comodismo em que se encontrava, talvez pela simples sobrevivência e/ou por entender que o povo unido tem poder para transformar o meio no qual está inserido.

A construção do Bairro Habitação foi realizada em mutirão pela comunidade local e a mesma prática foi adotada na construção da Escola. Essa ação foi orquestrada pela

administração pública municipal, que chamou o povo para participar e apontar as necessidades e alternativas que poderiam ser implantadas para o desenvolvimento da cidade e do bairro. Segundo Neto (2003) o Grupo Escolar Municipal Mutirão (GEM Mutirão), assim chamada à época, foi construída de forma diferenciada das demais, sendo instituída em 1981, pela administração Dirceu Carneiro, e logo tornando-se referência na rede municipal e no Brasil. Nesta linha de pensamento, a autora afirma, ainda, que na década de 1980, Lages foi palco de uma administração diferente, que contrapunha a ordem estabelecida pela ditadura militar, tendo como filosofia o compartilhamento de sonhos, ideias e projetos, e dando ao povo o direito de opinar e decidir.

O GEM Mutirão foi fundado em 18 de março de 1981, (Anexo 1), sob o código 029.530, na administração do prefeito Dirceu Carneiro. No dia 21 de maio de 1981, o Município criou a pré-escola (Anexo 2) nesta mesma unidade de ensino. O estabelecimento do GEM Mutirão tem na sua história fatos diferenciados de outras escolas, devido à forma como foi construído, no sistema de mutirão, pelos moradores do bairro. É devido a esse sistema de construção que a escola mantém o nome de “Mutirão”.

O motivo de sua construção foi o grande número de crianças existentes na comunidade, sendo que o bairro não dispunha de uma unidade escolar própria para atender às crianças, filhas de famílias de baixa renda. Assim, bairro e escola nasceram juntos e interligados, sendo a história de uma parte da história do outro.

Tanto o bairro como a escola, em sua fase inicial, estavam inseridos em uma política pública de ação comunitária implantada pela administração local da época. As casas dos moradores, assim como a escola, foram construídas com ajuda mútua entre os seus habitantes moradores e a comunidade de Lages.

A ação comunitária ali empreendida criou laços fortes de amizade, respeito e solidariedade entre os primeiros moradores e, posteriormente, junto aos demais que ali iam chegando de diversos locais. Muitos vieram do interior do Município, resultado do êxodo rural, e outros de bairros mais distantes, que então se expandiam na periferia de Lages.

Esses laços fortes constituíram uma marca registrada do bairro, que se tornou conhecida na Serra Catarinense, pois deram ao bairro – e por extensão à escola – uma identidade ímpar, pelo fato de se fundirem nas atividades, necessidades e interesses comunitários. Se por um lado os alunos eram as crianças do bairro, por outro a escola era dirigida e movimentada pelos próprios moradores, que atuavam como seus merendeiros, serventes e fiscais.

Figura 7 – Construção do GEM Mutirão



Fonte: acervo da pesquisadora

A iniciativa do Prefeito de Lages à época, Dirceu Carneiro, teve repercussão nos jornais da cidade e também em congressos de âmbito nacional.

Pelo pioneirismo e reais vantagens que oferece no sentido de minorar o problema de moradias das faixas populacionais mais carentes de Lages, o Projeto Lageano de Habitação, idealizado pela Equipe Dirceu Carneiro, vem atraindo as autoridades e demais interessados no problema habitacional, inclusive em recente Congresso realizado em Salvador; onde recebeu elogios e aplausos dos respectivos participantes pela originalidade e características especiais. (CORREIO LAGEANO, 15/05/1978).

O que chamava atenção era a originalidade do projeto e como foi idealizado para ser desenvolvido pelo próprio povo.

Anos depois, viu-se como o bairro cresceu, acompanhando o desenvolvimento da cidade, ao mesmo tempo em que a escola foi ampliada para atender agora não só ao Bairro como, também, às crianças da redondeza. O processo histórico do Bairro Habitação e da Escola Mutirão, de forma associada, guarda lembranças originais que em parte estão na memória de todos os envolvidos no começo da jornada.

3.1 GÊNESE, HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO

Uma forma de organização dos saberes pode acontecer fora do espaço escolar, prova de que as experiências vividas pelos sujeitos são de grande importância na conquista do espaço social, cultural, econômico e na construção da cidadania. Somos seres em construção e, à

medida que conquistamos e realizamos nossos sonhos, outros começam a surgir. É a necessidade de novas realizações e conquistas que nos torna diferente dos demais animais.

A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser (BRANDÃO, 2001, p. 13).

A motivação da equipe que gerenciava a prefeitura, particularmente na gestão Dirceu Carneiro, era de atuar de modo novo, participativo, antecipando-se em grupo na descoberta de projetos pioneiros e levando a esses projetos [...] “gerando um fenômeno-referência em gestão municipal”. Neto (2013, p. 2) descreve que houve um interesse nacional em conhecer os projetos lageanos por parte de muitos técnicos, políticos e estudiosos de todo o país.

Para Alves (1980) a auto-organização popular é o fundamento dessa prática administrativa, social e política. Ela reverte o centro das decisões: “não são burocratas mordômicos que decidem à revelia do povo o que é melhor para a coletividade, mas é o povo organizado que “toma a palavra” através do trabalho de suas associações” (1980 p.8).

O slogan “A Força do Povo” traduzia a realidade de participação e a abertura administrativa do poder local, o qual possibilitava e legitimava as tomadas de decisões do povo, para o bem do povo. O poder público e a comunidade conseguiam dialogar, planejar e transformar a realidade. Na contramão da política nacional vigente, Lages apresentava um novo modelo administrativo, onde líderes ganhavam força e espaço na comunidade e no poder público.

Tanto o bairro como a escola, objetos do presente estudo, foram criados para atender às necessidades de famílias carentes, oriundas do interior de Lages, formando uma orla denominada de periferia, estendendo-se ao redor do centro da cidade. As lideranças do Bairro Habitação, com o apoio dos moradores atuou em praticamente todas as frentes: moradia, saúde, esporte infraestrutura e lazer.

Essa realidade de envolvimento coletivo no bairro evocou o sentimento de pertencimento da comunidade, que se sentia pertencente à igreja, à escola, à associação de moradores, à escola de samba e ao time de futebol, fruto da participação ativa e responsável dos moradores.

Assim também ocorreu com a educação. A necessidade da construção de uma escola foi decidida por unanimidade. O novo bairro não poderia receber os moradores, sem garantir às crianças um lugar para estudar. Então começou a história peculiar da Escola Mutirão.

3.1.1 O projeto original e as formas geométricas

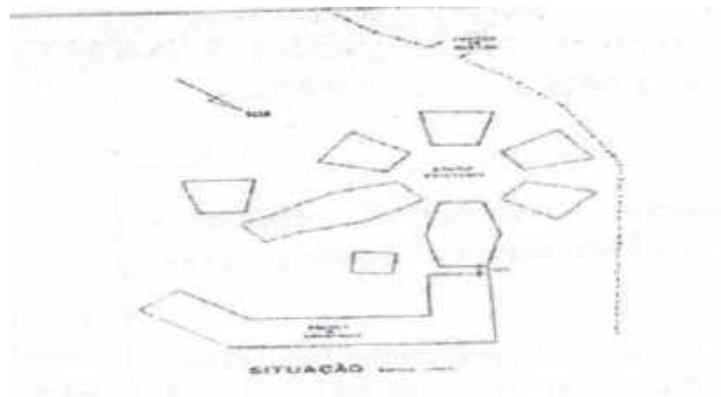
A EMEB Mutirão está localizada no centro do Bairro Habitação, lugar de destaque e de acesso fácil. O projeto arquitetônico contemplava o conjunto de quatro salas, em trapézios e dois hexágonos que formavam os espaços maiores, pois um se unia ao outro. Alves (1980), ao descrever a arquitetura da escola e a forma que ela deveria ter, relata que esta foi construída, no período da administração Dirceu Carneiro, para ser diferenciada.

Foi nas obras do Mutirão que vi pela primeira vez [...] a construção da escola comunitária, que tem um lindo desenho em rosácea e pode ser erguida por módulos de salas com capacidade para 40 alunos cada uma, à medida que as necessidades surgirem (ALVES 1988, p. 57).

O projeto arquitetônico foi concebido pelo arquiteto Gonçalo tendo as salas de aula em forma de trapézios e hexágonos que formavam como que o miolo de uma flor, sendo que o hexágono maior simbolizava o caule. Um espaço que fugia ao tradicional, portanto, ao conceber essa forma de construção rompia-se não só com o espaço físico tradicional, de salas uma do lado da outra em um longo corredor, mas principalmente se criava um espaço para uma nova prática pedagógica. “A tradição pedagógica insiste ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula, à relação professor – aluno, educador – educando, ao diálogo singular ou plural entre duas ou várias pessoas.” (FREIRE, 2005, p.11).

O espaço, concebido conforme descrito acima favorece a interação, possibilitando o encontro de alunos e professores no pátio, ou seja, no miolo da flor. As edificações harmônicas dos ambientes como eram chamada as salas de aula, tornava o pátio extensão das salas, onde muitas vezes aconteciam as rodas de discussão dos temas geradores.

Figura 8 - Primeira planta baixa do Grupo Escola Mutirão



Fonte: Acervo da EMEB Mutirão

O mobiliário foi pensado no sentido de tornar as salas um espaço democrático, ou seja, não tinha carteiras enfileiradas que remetem ao individualismo, e sim, mesas coletivas que reuniam em torno de oito crianças. A disciplina era vista com outro olhar, não havia silêncio absoluto, mas um murmúrio de troca. O professor era provocado a variar as atividades e o ambiente era propício para o trabalho em equipe.

Figura 9: (A, B, C) - Mobiliário diferenciado para facilitar a interação entre professor e aluno



Fonte: acervo da pesquisadora

Queríamos uma escola libertária, desde a planta baixa até suas práticas e relações no seu interior. Extremamente, não havia cerca, nem muros, separando a escola da comunidade, de modo a permitir a maior integração das crianças com suas casas e das famílias de moradores com a escola. [...] A população circulava livremente entre as salas. A escola deveria ser referência da comunidade (NETO¹, 1996, p. 4).

Segundo Neto (1996), a escola não deveria estar separada da comunidade e um muro no seu entorno representaria uma prisão, uma barreira física que isolaria a comunidade da escola e vice-versa. Nesta fala de Neto fica claro que a escola deveria ser aberta, mantendo total integração com a comunidade. O Grupo Escolar Municipal Mutirão, à época de sua construção, apresentava todas essas características e fazia parte, efetivamente, da vida comunitária.

¹ Manuel Nunes da Silva Neto Secretário Municipal de Educação de 1973 a 1982, Lages - SC.

Figura 10 – Escola sem muros



Fonte: acervo da pesquisadora

Quando do loteamento do bairro, ficou estabelecido que o terreno central seria destinado à construção de uma praça de lazer, denominada Praça da Alegria (Anexo 3). Alves (1980) afirma que a comunidade decidiu que ali seria o melhor lugar para construir uma escola, devido à proximidade com as residências. A vontade da comunidade prevaleceu e a escola foi edificada no coração do Bairro Habitação.

Conforme Alves (1980, p. 36), “a obra da escola teve início em 1979, com a mesma dinâmica da construção do bairro, em que os próprios moradores eram estimulados a participar, junto com equipe técnica da Prefeitura do Município de Lages”. A comunidade havia conquistado poder de decisão e ação. As lideranças mobilizaram os moradores, que junto com funcionários da prefeitura deram início às obras em regime de mutirão, utilizando restos de demolições e materiais de construção, fruto de doações da sociedade lageana. O GEM Mutirão foi construído para ser diferente desde sua planta baixa até o saber elaborado.

Neste sentido, a escola estava literalmente integrada à comunidade, sem que isso representasse falta de identidade, pois cumpria seu papel de polo fomentador de ideias e ações comunitárias, mas sem abrir mão do processo de ensino/aprendizagem, sustentado no projeto pedagógico intitulado “escola aberta”. Foi constituída uma prática diferente da escola tradicional. Esta partia da realidade do próprio aluno, já que nela a aprendizagem se dava a partir dos temas geradores até a construção coletiva do saber, agregando, paulatinamente, saberes sistemáticos, sua estrutura física era decisiva para o alcance desses objetivos.

Alves (1980) continua relatando: as paredes foram erguidas com restos de tijolos e barro foi utilizado como argamassa. As paredes das salas/ambientes eram salpicadas, sem reboco, e o piso era de lajota (uma espécie de telha). Participavam do mutirão mulheres, homens e

crianças, toda a comunidade, inclusive os futuros professores, que na oportunidade já haviam sido contratados pela prefeitura.

3.2 LOCUS PEDAGÓGICO

Cada instituição, em cada período, representa um novo olhar, uma nova cultura e uma nova forma de pensamento. E pensar em história é pensar em escola, pois ambas estão diretamente ligadas, interagindo entre si, uma dependendo da outra, quando se enfoca desenvolvimento.

[...] pela história da educação é que em 1939 o curso de pedagogia foi criado para formar técnicos de educação e licenciados em Pedagogia em nível superior, enquanto os professores para o antigo Ensino Primário eram formados em Curso Normal. É nos anos 1960 que surge a aspiração de certos setores do campo da educação de defender a formação dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental no curso de Pedagogia em nível superior (LIBÂNEO, 2007, p. 11).

O autor postula que somente em 1939 foi instituído o curso de Pedagogia, em nível superior. Antes disso outros cursos, como Medicina e Direito, foram criados no Brasil, respectivamente em 1929 e 1927. Para trabalhar com crianças das séries iniciais e ensino fundamental, Libâneo afirma que era exigido o curso normal, em nível técnico, que existe ainda nos dias atuais.

A Lei 125/99 do Município de Lages, referente à carreira dos professores, no seu artigo 4º, diz que:

O exercício do magistério exige como qualificação mínima, a seguinte formação:

I – para a docência na educação infantil e nas quatro séries iniciais ou ciclos correspondentes do ensino fundamental, a obtida em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, admitida como formação mínima a oferecida em nível médio na modalidade Normal (Lei complementar 125 de 22 dez. 1999).

Conforme já descrito, o GEM Mutirão foi inaugurado em 1981 e, segundo documentos, teve o início das atividades pedagógicas com uma equipe dinâmica, porém com pouca experiência na área da educação, por estarem iniciando suas carreiras no magistério. Havia uma unidade entre escola e poder público, pois muitas ações teriam que ser trabalhadas entre essas duas esferas. O suporte da estrutura administrativa por parte da secretaria da educação e a

estrutura didático-pedagógica assumida pelos professores e diretora da escola reforçaram a importância das ações coletivas, “vistas como somatório de competência e atitudes, canalizadas para os objetivos da instituição como um todo” (COUTINHO s.d, p.1).

Entende-se que em se tratando de uma gestão democrática e participativa, todos precisam estar integrados para o bom funcionamento do coletivo da escola. Assim, a formação dos professores faz-se fundamental no momento de construção de um Projeto Político Pedagógico.

[...] pesquisas que permitem vislumbrar novos caminhos, que direcionem para a construção de projetos político-pedagógicos emergentes das necessidades e aspirações dos professores que necessitam de teorias inovadoras e coerentes com a prática pedagógica e social inerentes ao contexto educacional brasileiro (COUTINHO, s.d. p. 4).

O GEM Mutirão, como toda instituição de ensino, no momento em que se iniciaram as atividades pedagógicas precisava formular suas práticas, contemplado a participação da comunidade e dos alunos, tendo em vista a forma como a escola foi criada: no modelo de gestão democrática. Cabe salientar o que se entendeu como gestão democrática, partindo do que Gadotti postula: “um preceito constitucional” (2013, p.1).

[...] em 1991 o documento da Proposta Curricular contém tema específico sobre PPP denominado: “Contribuição para um Plano político- Pedagógico Escolar” o qual refletia o processo de redemocratização política do País. [...] este fato mostrou uma antecipação na importância da elaboração dos PPP nas escolas, mesmo antes da obrigação por força da lei, que viria a ocorrer no ano de 1996 (GADOTTI, 2006 p. 37-39).

Faz-se importante salientar que, antes de se tornar lei, a democracia participativa já estava sendo aplicada na cidade de Lages-SC pela administração pública, nos anos de 1970-1980. Nos dias atuais a luta pela conquista de direitos de participação ainda é pequena e necessita que a escola tenha disposição para continuar defendendo direitos já vivenciados na cidade de Lages. Entende-se que no século XXI a democracia é maquiada, pois o que ocorre por trás dos bastidores ainda é a mesma política elitista que “separa os que sabem dos que não sabem, os que mandam e os que devem obedecer” (GADOTTI, 2013, p. 2), não dando oportunidade para todos os envolvidos no processo democrático de participar.

É necessário lutar para que não ocorra o fim da participação do povo e da gestão democrática na educação.

[...] ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação fortalecimento de conselhos escolares: promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselhos (GADOTTI, 2013, p. 5).

Entende-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96 garante a participação dos alunos, da comunidade, dos professores e todos os integrantes da escola. No entanto, cabe questionar se está sendo efetivamente aplicada; se o diretor da EMEB Mutirão chama a comunidade para ajudar na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP); e se os alunos e os professores sabem da existência desse documento.

O que se pode constatar, ainda, é que muitas escolas reúnem o corpo discente da escola e acabam refazendo o PPP antigo sem a participação do coletivo. Sabe-se também que a classe dos profissionais em educação ainda não tem a clareza da importância do PPP. Não é somente do Estado a responsabilidade pela não participação da comunidade como um todo dentro do espaço escolar. É possível constatar a falta de interesse do cidadão de exercer o direito de defender sua cidadania. Em função disso, Gadotti postula (2000), daí a necessidade de fortalecer as formas de controle do Estado, estimulando organizações civis, organizando a participação direta da população na definição de políticas públicas, incentivando as organizações populares a formular, propor, fiscalizar os atos do governo e, sobretudo, “educar para e pela cidadania”.

Mesmo que, como regra, a escola não forme cidadãos críticos, por várias injunções, é nela que este processo vai ocorrer. Assim, há urgência em formar em todos os níveis da educação, pessoas capazes de entender que podem ser menos representativas e mais participativas, não só no ambiente escolar, mas em todos os seguimentos da sociedade.

Nos anos 80 uma vasta literatura na área social, política e pedagógica traz essa marca. Até os títulos das obras se referem a sujeitos. O que pode significar reconhecer essa presença de sujeito nessa cena social e pública para o repensar pedagógico?” (ARROYO, 2003, p. 33).

As experiências que o sujeito/cidadão adquire na vida cotidiana e social colaboram para ele se transformar. Esta possibilidade de transformação fica muito clara na Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire.

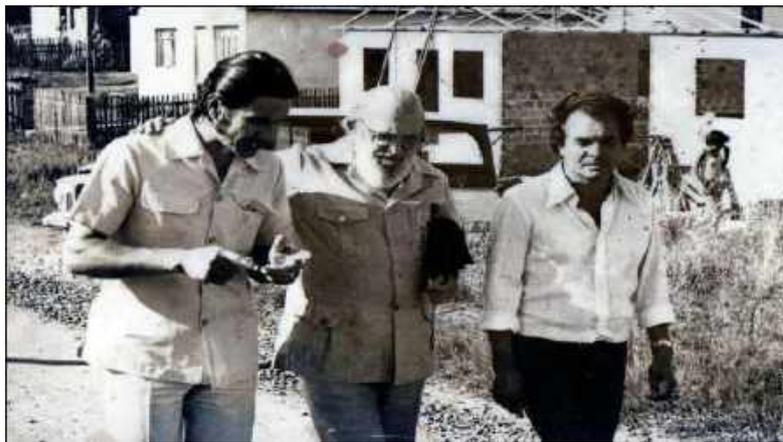
O que Arroyo (2003) conclui é que Freire construiu sua reflexão e prática educativa baseada sempre nos movimentos dos jovens, dos trabalhadores e camponeses dos anos 60-70, e nos movimentos culturais e de libertação dos povos da América Latina.

Trazendo a discussão da Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire para se compreender os movimentos sociais ocorridos em Lages, constata-se que, mesmo que articulados pelas políticas públicas do município foi a classe oprimida, sem trabalho, moradia e educação, que agiu com consciência e passou a buscar seus direitos, pois não basta essa condição ser oferecida uma vez que ela depende da ação da sociedade para fazer o movimento de transformação.

O que ocorreu na cidade de Lages na década de 1980 foi o reflexo da prática de Paulo Freire na América Latina.

Paulo não inventa metodologias para educar adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos ou excluídos, mas nos reeduca na sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos e excluídos como sujeitos da educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizagem, em formação (ARROYO, 2003, p. 34).

Figura 11 - Dirceu Carneiro com Paulo Freire no Bairro Habitação em visita o GEM Mutirão



Fonte: acervo da pesquisadora

O autor entende que é a partir da história de vida do sujeito, inserido na sua cultura, que ele, juntamente com a escola, será capaz de fazer a mudança e as rupturas que ela pressupõe, saindo da ignorância, da alienação, e entender que ele é o transformador do seu meio. Portanto, no caso aqui estudado, ao construírem seus PPPs as escolas, seus professores e a comunidade devem ser orientados para que saibam perceber e bem utilizarem as ferramentas que lhes são concedidas, fazendo o uso adequado das mesmas, quando não buscando espaços não concedidos.

[...] O projeto vai além de um plano de ensino de atividades diversas [...]. O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É político pelo seu compromisso sócio-

político, com interesses reais e coletivos da população [...]. É pedagógico no sentido de definir ações educativas e características necessárias da escola que segundo a autora visa a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido e crítico (VEIGA, 1995, p. 13).

A autora postula que o Projeto Político Pedagógico deve ser construído num processo democrático de decisões, preocupando-se em estabelecer um modelo de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando fazer desaparecer as relações competitivas, corporativas e autoritárias e quebrando com a rotina do mando impessoal. Um modelo de organização do trabalho pedagógico racionalizado, como parte da burocracia que media as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1995).

Na cidade de Lages em meados de 1976, iniciaram-se os movimentos sociais que deram origem ao Bairro Habitação e o GEM Mutirão, juntamente com o governo local. As ações foram se destacando na mídia e servindo de exemplo para demais cidades e estados brasileiros. A primeira experiência ocorreu com o retorno da escolha dos dirigentes da esfera municipal em 1976.

Mesmo sob o regime da ditadura militar foram desenvolvidas três experiências participativas nos municípios de Boa Esperança (ES), Lages (SC) e Piracicaba (SP). A segunda ocorreu em 1982, quando nos estados em que a oposição ganhou as eleições se organizaram e foram implantados programas voltados para a gestão democrática (LEITE, 2006).

Neste período de participação comunitária o Bairro Habitação, recém constituído, não contava com uma unidade de ensino, como já afirmado. Assim, já que as escolas da cidade ficavam distantes, havia a necessidade de atender a demanda das crianças de pré-escola a 4ª série do ensino fundamental daquela comunidade, pois essas eram pequenas e não poderiam se deslocar sozinhas para estudar, dependendo dos cuidados de seus pais. (PPP EMEB Mutirão, 2003).

Em 18 de março de 1981, foi inaugurado no Bairro Habitação o Grupo Escolar Municipal Mutirão – GEM Mutirão –, segundo o Decreto 709 e código de criação 029.530. O espaço físico da escola continha: seis salas de aula, uma cozinha, dois banheiros e sala de professores.

Na data de 21 de maio de 1981, por meio do decreto de número 745, foi instituído a pré-escola. Esta foi criada no sentido de atender à comunidade, em específico às mães que trabalhavam fora do lar. Foi possível, num primeiro momento, constituir uma turma mista de creche, atendendo aproximadamente 30 crianças, na faixa etária de dois a quatro anos de idade.

O funcionamento da referida turma foi em período integral, funcionando das 07h30m às 18h30m.

O horário integral permitiu a entrada das mães dos alunos no mercado de trabalho, pois os filhos seriam atendidos pela creche, o que garantia a segurança de deixá-los aos cuidados de pessoas capacitadas para este trabalho. Além disto, trabalhar lhes proporcionaria a melhoria no orçamento familiar.

Figura 12 – Primeiros alunos da creche do GEM Mutirão



Fonte: Acervo da EMEB Mutirão

A construção da sala para atender os alunos da creche manteve a característica da Escola Mutirão: fez-se com doações das sobras de madeira da demolição da Escola Antônio Joaquim Henriques.

Neto (1996, p. 4) esclarece que “o nome da escola foi escolhido em eleição aberta, por todos os moradores do bairro e todas as pessoas ligadas à escola”. O nome dado à escola foi Mutirão, devido à forma como foi construída. Neto (1996, p. 4) complementa que: “O coração aberto ao amor solidário e sua mente pronta para aprender todo o saber necessário, a fim de manter-se homem e construtor de uma sociedade libertária e justa.” A escola continua com o mesmo nome até os dias atuais.

3.2.1 O Centro de Educação Infantil Municipal Mutirão em 2008

Cumprindo com a Lei 9.394/96, a EMEB Mutirão já estava organizada, a Educação Infantil não fazia mais parte do ensino fundamental, sendo desmembrada da escola desde o ano de 2008.

Foi uma concretização de tendências para a educação infantil que procuram valorizar o saber que as crianças trazem do meio que estão inseridos da sua origem. Para Kramer (2006, p. 800), “Assim, avançou-se no campo teórico e também no campo dos movimentos sociais e das lutas para mudar a situação da educação da criança de zero a seis anos no Brasil”.

Figura 13 (A, B, C) - Creche do GEM Mutirão e CEIM Mutirão em 2008



Fonte: acervo da pesquisadora

As experiências pedagógicas aplicadas na EMEB Mutirão revelavam a preocupação em respeitar a cultura, ou seja, valorizar saberes e vivências que as crianças possuíam, interpretando o meio onde estavam inseridos. Entretanto cabe à escola o papel de oferecer-lhes novos conhecimentos para que ampliem sua cultura.

O bairro continuou crescendo e o número de crianças também. Diante desta realidade, em 1997, mais salas foram construídas com a intenção de aumentar a oferta de vagas, não só da creche como também das demais séries. A creche passou a atender 45 crianças. Neste período não era exigida formação específica para exercer a função de monitora de creche, mas, devido ao concurso público efetuado pela Secretaria Municipal de Educação, e em virtude da

Lei 9.394/96, alterou-se a nomenclatura de monitor para Educador Infantil. Essa mudança se oficializou pela Lei 125/ 99 (artigo 40), assinada pelo prefeito da época, Décio da Fonseca Ribeiro.

As monitoras eram então Educadoras Infantis e continuaram a exercer o mesmo cargo, porém com nova nomenclatura, começando um novo momento na educação infantil de Lages. A maioria das professoras aprovadas para esse cargo já possuíam ensino médio, sendo que muitas tinham magistério, e outras, graduação em Pedagogia. Neste sentido a autora ressalta que:

É necessário estar preparado, associando a experiência com o saber científico. Deste modo, pode-se dimensionar a responsabilidade deste profissional no desenvolvimento emocional e intelectual das crianças. A capacidade de transformar o dia a dia em uma relação de afeto, saber e cuidados. As crianças da educação infantil permanecem longe da família o dia inteiro, por isso a preocupação e a necessidade da formação adequada desse profissional (KRAMER, 2006, p. 808).

Segundo a Lei de Diretrizes de Bases da Educação — LDB, 9.394/96, artigo 29, a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Conforme a LDB, a Educação Infantil atende crianças com idade inferior a seis anos, sendo que a creche abriga as crianças de zero a três anos e a pré-escola, as de quatro a seis anos de idade.

Este processo eletivo e democrático para a escolha dos gestores da Rede Municipal foi previsto pela Lei nº 891/20 de junho de 1985.

3.2.2 Panorama pedagógico

O primeiro projeto pedagógico desta escola foi encaminhado e definido pela Secretaria Municipal de Educação (1973), para que os professores trabalhassem com três eixos: Expressão, Saúde e Formas Cooperativas de Trabalho. O que o diferenciava era como essas práticas eram desenvolvidas. “Apoiada nessas intenções, a equipe da educação elegeu três Eixos Temáticos e Finalidades para compor o seu Plano Pedagógico em consonância com o papel, que o governo municipal se propunha a realizar em Lages” (SILVA, 2010, p. 4).

Conforme o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 10 de novembro de 1987 (p. 24), foi registrado em cartório o primeiro Conselho de Pais e Professores do Grupo Escolar Municipal Mutirão (Anexo 4). Houve a escolha da equipe que iria desenvolver os trabalhos na

escola, como: guarda, merendeira, hortelão e demais funcionários que desempenhariam trabalhos na nova escola. Após foi definida a equipe docente que gerenciariam as funções administrativas e pedagógicas

Foi iniciado levantamento das crianças em idade escolar que estavam fora da escola, sendo matriculadas 496 crianças, distribuídas entre a pré-escola e a 4ª série do ensino fundamental.

Os alunos são a razão da existência da escola, mas cabe aos professores, pais, funcionários, direção e poder constituído, sua permanência para e que esta seja de qualidade. A postura da gestão contribui de forma decisiva na qualidade administrativa e pedagógica. A primeira diretora do GEM Mutirão foi a professora Ângela Maria Dal Molin Netto, indicada pelo Poder Executivo e eleita pelo povo após a indicação.

A Lei que regulamenta a escolha da diretora das EMEBs e CEIMs do Sistema Municipal de Ensino de Lages, pela participação democrática dos pais, entrou em vigor em 1984, com número 891/20, datada do mês de junho de 1985. Esta facilita o bom funcionamento destas instituições, pois existe um compromisso mútuo: dos pais em apoiar seu diretor escolhido e este de corresponder às expectativas da comunidade. Diferentemente do que ocorre quando o gestor – diretor, em linguagem atual – é indicado por nomeação política, pois neste caso o ele poderá corresponder às vontades de seu superior em primeira mão e, posteriormente, às necessidades da comunidade.

O Grupo Escolar Municipal Mutirão foi palco de experiências pedagógicas que tiveram repercussão na época, por parecerem estar à frente dos tempos que vivia. Isto porque tais experiências foram realizadas/desenvolvidas antes mesmo de se tornarem leis, pois ocorreram anteriormente da promulgação da LDB 9.394/96.

3.2.3 Projeto Escola Aberta (1981-1982)

A construção foi concluída e, mesmo sem mobiliário, as aulas iniciaram, dentro de uma perspectiva diferente, a denominada Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. Esta nova prática exigiu a criatividade dos professores, ministrando aulas em espaços alternativos. A falta de mobiliário não foi empecilho para o início das atividades escolares, muito pelo contrário: veio ao encontro do novo projeto pedagógico, que propunha transformar o cotidiano escolar em aulas criativas e prazerosas. Ocupar as crianças foi um desafio que resultou em práticas não convencionais, diferentemente dos modelos vigentes na época.

Neste período, as crianças puderam preparar/decorar sua sala de aula, não com papel, fitas e adereços, até porque não havia recursos financeiros, mas com criatividade e resto de tintas: fizeram um grande painel que, além de embelezar o ambiente, transformou cada sala de aula num espaço singular. Com base em Brandão valida-se o que é entendido sobre Educação e Escola:

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as contáveis práticas dos mistérios do aprender, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como a vida (BRANDÃO, 2001, p. 10).

Para este autor, a educação, é uma das práticas mais antigas exercidas pelo homem, mesmo sem livros ou salas de aula – os mais velhos transmitiam seus conhecimentos e experiências para os mais jovens, mantendo assim as características culturais, sociais e históricas. Esta posição serve de aporte teórico para a realidade da presente pesquisa, que faz uma conexão entre as leituras e a prática desenvolvida na comunidade do Bairro Habitação, que primeiro se constituiu como escola de vivências e experiências, para depois em escola formal, que também se faz necessária.

É importante destacar que um sentimento de solidariedade envolveu a população lageana. A vontade de participar contagiou as pessoas e Lages viveu um momento de transformação das relações entre comunidade e lideranças, resultado da grande mobilização/participação da comunidade. Os moradores participavam das decisões da vida escolar, sem que fosse necessário convocá-los, em um processo natural de assunção de responsabilidade, porque a escola estava presente na vida da comunidade. [...] “Fato de que, desde o início da sua existência, os homens vivem em grupos [...] a história da sua vida e a história da sociedade se constituem e se desenvolvem na dinâmica das relações sociais” (LIBÂNEO, 1994, p. 5)

3.2.4 Projeto PIPA – Programa Infantil Popular de Assistência (1986-1993) (Anexo 7)

Em 1985, foi implantado um novo projeto pela Secretaria de Educação, denominado de Programa Infantil Popular de Assistência (PIPA). A Escola Dom Daniel foi a primeira a ser contemplada com programa, por estar localizada numa comunidade carente e desestruturada. No ano seguinte, o Projeto PIPA foi implantado na escola por apresentar realidade semelhante,

trazendo mudança significativa na rotina escolar. Nesta época o nome da escola era Grupo Escolar Mutirão, pois a nomenclatura foi sendo alterada conforme o aumento de alunos na escola.

O GEM Mutirão entre os projetos desenvolvidos à época, desenvolveu o projeto Escola Cidadã, esse visava propiciar os alunos condições de desenvolverem a cidadania, na construção de uma sociedade mais justa e humanizada. Nota-se que este projeto foi embasado na pedagogia problematizadora de Paulo Freire. (Anexo 11).

O programa oferecia para as crianças consideradas mais carentes educação, assistência integral com – três refeições – atividades extraclasse – fundamentos de saúde e higiene e assistência médica. “A iniciativa pretende criar uma integração entre escola e família, afim de que os ensinamentos ministrados possam chegar até as famílias das crianças, e isso vem sendo possível através da participação comunitária” (CORREIO LAGEANO, 02 de ago. de 1985).

O GEM Mutirão, conforme já citado, em 1986 funcionou em dois períodos, atendendo os alunos em período integral. A ideologia do projeto era de ajudar a atenuar os problemas sociais que a comunidade vivia, “pois era esperado que a sociedade aprendesse a se organizar, porém se julgava que ela ainda não havia conseguido, sendo necessária a intervenção do poder público para assistir as crianças carentes” – e a escola era considerada o local ideal para fazer essa intervenção. (CORREIO LAGEANO, 02 de ago. de 1985).

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2011), o projeto PIPA oferecia às crianças três refeições por dia, sendo “café da manhã, almoço e jantar”. Neste período, frequentavam a escola 950 crianças, que iniciava as atividades às 8h00, após o café da manhã, seguido de atividades pedagógicas, que eram intercaladas por atividades extraclasse, denominadas de oficinas. Nelas, a ênfase era explorar e desenvolver habilidades e potencial dos alunos, como: arte, teatro, tricô, crochê, bordado, trabalho com madeira, educação física etc. Todavia algumas oficinas eram destinadas somente para as meninas, enquanto os meninos participavam fazendo atividades diferenciadas. Assim, a escola funcionava o dia todo, oferecendo as refeições, atividades complementares e atividades pedagógicas.

Figura 14 (A, B) - Projeto PIPA alunos nas oficinas



Fonte: Acervo da EMEB Mutirão

A realidade de escola integral exige muito dos profissionais, bem como se faz necessário investimento por parte da administração pública na estrutura física, em material didático e nos recursos humanos, o que não aconteceu. No caso do Mutirão, a falta de espaço físico e de material para manter as oficinas em funcionamento tornou-se um problema, prejudicando a permanência dos alunos o dia todo na escola.

O programa foi extinto, pois não estava atingindo o objetivo proposto no início da implantação. No final de 1993 o projeto teve seu término, dando abertura para desenvolver um novo projeto na escola.

3.2.5 Novo Projeto de 06 horas (1994-1996) (Anexo 8)

“A escola não era mais atrativa e a indisciplina era uma constante. O regime de período integral estava sendo cansativo e pouco produtivo” (Projeto de 06 horas de 27 nov. 1993) e, em decorrência disso, foi constatado um aumento significativo no índice de evasão escolar. Portanto houve o entendimento de que o projeto não atendia mais as necessidades da comunidade. “O projeto PIPA vinha acarretando problemas devido à falta de assistência financeira para manter todos os seguimentos funcionando a contento” (Idem).

Conforme relatório de avaliação do programa PIPA, de 08 de setembro de 1993, os professores, a direção e a comunidade pediram à Secretaria de Educação a reformulação do projeto, apresentando uma alternativa chamada de Escola 06 Horas, que foi construída pelo coletivo escolar, atenuando as falhas do programa anterior. A Secretaria da Educação, após confirmar os problemas existentes no programa, concordou com o novo projeto.

De acordo com o Projeto Pedagógico da EMEB Mutirão, datado de 2011, na página 08, “o Projeto 06 Horas passou funcionar em 1994, como uma adequação do Projeto PIPA”. Com

a implantação do novo projeto, os professores trabalhavam seis horas ininterruptas, sendo que três dias da semana as crianças tinham cinco horas de aula onde era oferecido reforço escolar, sala de leitura e educação física, nos outros dois dias tinham seis horas aula corridas. O projeto de seis horas buscou definir ações pedagógicas mais eficientes para diminuir a defasagem de conteúdo dos alunos, resultado da falta de estruturada escola nos anos anteriores.

O Projeto 06 Horas durou apenas dois anos, sendo encerrado em 1996. No início de 1997, a escola voltou a funcionar como seriada, onde o aluno frequentava somente 4 horas de aula por dia. Mas, mesmo findando o Projeto 06 Horas, a escola não perdeu sua característica de ser inovadora. Consta no PPP (2011) que a construção do Projeto Político Pedagógico Escolar Coletivo (PPPEC), (Anexo 9) em 1996, visava preencher a lacuna que ficou pela inexistência de um projeto institucional, mas que proporcionou a criação de projetos próprios. A necessidade de repensar e construir um projeto pedagógico ocorreu devido à implantação da LDB, que entraria em vigor em 1997. Dentro dessa perspectiva, segundo Freire (1997, p.17) “É nesse panorama de volatilidade que a ação docente se materializa”.

3.2.6 Práticas pedagógicas extracurriculares

Ao estudar o relatório datado de 19/08/1996, constatei alguns projetos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, que funcionavam na Escola Mutirão: Classe de Apoio Pedagógico; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Assistência Odontológica; Programa Flúor na Escola. Estes programas foram encontrados no Projeto Político Pedagógico Inclusivo EMEB Mutirão (2008, p. 17).

Na análise desse documento, vi também os projetos internos que a escola desenvolvia: retiro das mães, retiro dos pais, festa no asilo, gincana cultural, guarda mirim, regimento escolar interno. Tudo isso ilustra a singularidade da Escola Mutirão, que também proporcionava uma pluralidade de atividades extraclasse, que envolviam tanto alunos quanto a comunidade.

Figura 15 (A, B) - Práticas pedagógicas alternativas; festival de talentos e concurso de poesia



Fonte: acervo da EMEB Mutirão

Assim, a escola se conectava com a comunidade, que usufruía de seu espaço no período noturno e nos finais de semana para reuniões dos A As (Alcoólicos Anônimos), aulas de catequese, curso de dança, ensaio da escola de samba e distribuição de sopão para famílias carentes. Muitos projetos aconteceram, mas isso só foi possível porque à frente dos trabalhos desenvolvidos na escola estava uma diretora eleita, que participou como professora do processo de construção do espaço físico e pedagógico da Escola Mutirão. (PPPEC, 1996). Cabe registrar que também houve períodos de estagnação, quando pessoas alheias à história e ao processo assumiram a direção da escola.

O espírito solidário fazia-se presente naquela instituição de ensino, sendo esta uma característica marcante, pois todos trabalhavam de maneira integrada e unida. Cabe registrar que esse ânimo foi fundamental para o entendimento da escola por ciclos. E, quando esse sistema foi implantado, um novo tempo entraria na história daquela instituição, palco de muitas experiências pedagógicas. Com os ciclos, fixou-se como objetivo permitir a inserção dos alunos fora da idade série, conforme autorização da LDB:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Lei de Diretrizes e Base da Educação — LDB 9.394/96, Art. 23).

A intenção foi de aperfeiçoar a aprendizagem em todos os seus níveis e também ressignificar os processos de ensino/aprendizagem.

.Figura 16 – Desfile da EMEB Mutirão – Escola Ciclada



Fonte: acervo da pesquisadora

Segundo o artigo 23 da LDB 9.394/96, a escola tem autonomia para organizar o ensino conforme suas necessidades. O ensino por ciclos é organizado em ritmos diferenciados, respeitando o desenvolvimento do aprendizado, as adversidades e faixas etárias. A proposta pedagógica da escola Ciclada foi elaborada pelo coletivo, visando à transformação do cotidiano e despertando uma consciência política/crítica na construção da cidadania. Freire (1986, p.38) afirma: “nesta proposta deve sempre ser levado em conta o interesse das crianças e dos adolescentes”.

A escola Ciclada teve seu término no ano de 2000 na EMEB Mutirão, quando ocorreu a mudança de diretora, em virtude do pedido de exoneração do cargo da eleita. A nova diretora nomeada veio de outro educandário, não conhecia a realidade daquele espaço e acabou não respeitando a parceria que existia entre escola e comunidade. Nova gestão, nova proposta e, em reunião articulada pela nova diretora com os técnicos da Secretaria Municipal de Educação, professores e orientadores constataram a ineficiência dos ciclos no rendimento escolar. A partir de então, voltou a funcionar como escola seriada, com base no mesmo artigo da LDB, que deixa claro no artigo 23 que “a escola tem liberdade para organizar-se da forma que melhor lhe convir”.

Na escola seriada, os alunos iniciavam a primeira série e concluíam o ensino fundamental na oitava série. Já com essa nova organização do ensino fundamental em nove anos o pré de seis anos, que antes fazia parte da educação infantil, passou a fazer parte do ensino de nove anos, com isso aumentando em mais um ano esta etapa, que agregou o nono ano a sua organização.

Nas escolas da Rede Municipal de Ensino não ocorreram grandes mudanças, pois a transição ocorreu de forma natural: simplesmente os alunos de seis anos, que faziam parte da Educação Infantil, passaram para o primeiro ano, pertencendo ao Ensino Fundamental de nove anos, pois na pré-escola os alunos já estão socializados e inseridos no contexto escolar.

A educação, uma prática social, inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana. Para Kramer (2006, p. 810), “Embora educação infantil e ensino fundamental sejam frequentemente separados, do ponto de vista da criança não há fragmentação”. Esta fragmentação só ocorre na burocracia que faz parte da rotina das Unidades Escolares, não fazendo parte do mundo da criança.

Portanto sabe-se que esta divisão é política entre as esferas de Estado e Município, pois como afirma a autora, as crianças não percebem esta mudança, contanto que sejam respeitadas como tais.

Figura 17 – Formatura do 9º Ano da EMEB Mutirão



Fonte: acervo da pesquisadora

A partir da década de 2000 percebemos um recrudescimento quanto ao afastamento dos pais da vida escolar dos filhos. As razões são múltiplas, ligadas a vários fatores que dominam a vida em sociedade. Paralelamente, temos hoje uma escola cercada por grades, muros e portões eletrônicos, ficando cada vez mais restrita a interação dos pais com o dia a dia escolar.

Assim, propicia-se a necessidade de discussão sobre esta realidade, que pode começar por indagações, tais como: será que são os pais que estão abrindo mão dos direitos de participar da vida escolar dos filhos? Ou será que é a escola com todas as tecnologias que está afastando os pais? O que compete verdadeiramente ao processo educativo? Onde estão os deveres da família? A família hoje acredita na competência das instituições educacionais como responsáveis quase que únicos pela educação, além da responsabilidade de passar os conhecimentos? A família usa desta prerrogativa para se isentar de responsabilidades com seus filhos?

Estes questionamentos ficam em aberto para que possam ser respondidos num outro momento, ou por outros pesquisadores que desejem buscar respostas para tais questões.

4 ANALISANDO OS DADOS DE PESQUISA

No presente capítulo me disponho a analisar dados coletados para a elaboração da pesquisa em questão, destacando que a escolha da metodologia implicou em apreender e trazer para a discussão a técnica da análise documental, “pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Considero que o uso de documentos em pesquisa deve ser valorizado, pois a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. Isto permite ampliar o entendimento sobre objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Diante disso, cada item abaixo enumerado corresponde a um objetivo específico em torno do qual guiou a pesquisa e a discussão.

4.1 ORIGENS E DETERMINANTES PARA A IMPLANTAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FUNDANTES DA EMEB MUTIRÃO

Para compreender a origem e os determinantes das práticas pedagógicas na EMEB Mutirão foi preciso que retirássemos dos documentos: relatos, datas, contextos. Para tanto quadros de análise foram previamente elaborados a fim de que os dados fossem selecionados de acordo com os objetivos, conforme mencionamos acima.

As atas indicam que o auxílio financeiro vinha de diferentes promoções organizadas pela escola. Comunidade, políticos e outros se uniam em torno do projeto aqui discutido. Abaixo constam alguns achados.

Pude entender que desde o início da caminhada que os moradores do Bairro Habitação aprenderam a não adotar uma postura passiva e desenvolveram o senso de participação (luta intelectual) pelo interesse em melhorias para a comunidade. Assim, foram adotadas práticas de convocar os representantes do povo para atuarem juntos e reivindicarem o que não estava a seu alcance. Neste sentido, ilustra Gadotti: “Numa democracia, fundada nos princípios de autonomia e participação, a educação é ao mesmo tempo fator de produto da sociedade” (1995, p. 94).

No dia 12 de fevereiro de 1990, conforme ata de 20 do mesmo mês e ano foi colocada a pedra fundamental do GEM Mutirão, simbolizando o marco do início das obras da nova

escola, uma vez que a existente até o presente momento não estava atendendo mais à demanda de alunos do Bairro Habitação e das comunidades do entorno do mesmo.

Diomedes Jesus do Amaral pronunciou-se, enaltecendo a solução do executivo municipal e da secretária da educação no início das obras e a importância das mesmas aos alunos e professores do referido colégio. [...] o prefeito João Raimundo Colombo expressar-se em favor de tão importante evento, acrescentando que a educação e a saúde, seriam pontos prioritários em seu governo. (ATA de 20 de fev. de 1990).

Neste período, mesmo sendo a comunidade democrática e participativa, podemos perceber a “centralização excessiva do poder do Estado. O cidadão lhe transfere todo o poder de governar” (GADOTTI, 1995, p. 42). No presente caso fica evidente a presença do prefeito para confirmar o que era uma emergência – a construção da nova escola – no atendimento à demanda de alunos do bairro e do entorno.

O ensino na Rede Municipal, nesse ano de 1994, adotou como concepção metodológica de educação a sócio-interacionista. Além de constituir-se como um método diferenciado de aprendizagem, contando com a bagagem sócio-histórica do aluno, mensalmente os alunos recebiam novas apostilas e o professor participava de cursos de formação para colocar em ação essa nova forma de ensino.

A diretora passou alguns itens da reunião [...] que esteve na secretaria de educação e o sistema de gerenciamento direcionado módulos ou livros de pré a 4ª séries, linha sócio-interacionista cada aluno terá um livro, poderá escrever e recortar. Cada dois meses será trocado os livros [...] terá treinamento para os professores com o pessoal de Curitiba. [...] A secretaria Municipal de Educação e Cultura vai resgatar a história dos bairros e a escola será incluída neste trabalho, gincana da memória (ATA de 07 de fev. de 1994).

Pode-se perceber no registro a diretora da escola repassando informações que recebera em reunião na Secretaria da Educação para os professores e para o Conselho de Pais e professores (CPP) da escola.

[...] o Projeto Educação que consiste num amplo sistema de gerenciamento pedagógico, envolvendo informação e descentralização da gestão do ensino público; com assessoramento permanente dos docentes, trocas de experiências e aquisição de livros didáticos para o professor, possibilitando o aprofundamento teórico-prático dos mesmos, embasados na concepção sociointeracionista e distribuição bimestral de apostilas, gratuitas e consumíveis, para os alunos do Pré à 4ª séries (EDUCAÇÃO EM REVISTA, 1994, p. 8-9).

Confirmando o que a diretora passou para as professoras e comunidade em reunião, esse período foi de muitas trocas de experiências. Efetivamente foram chamadas professoras e

diretores para fazerem a avaliação do projeto em módulo/apostila, mas, segundo a Administração Pública, foi se tornado muito dispendiosa compra desse material. Assim, decidiu-se que somente fosse adotada a concepção sócio-interacionista sem os módulos/livros, tendo o professor que fazer as adequações necessárias para ministrar suas aulas.

A mudança de percepção da realidade, não pode dar-se a nível intelectualista, mas na reflexão em momentos históricos especiais, além de ser a única possibilidade de ser tentada, torna-se como 'associado eficiente' instrução para ação da mudança (FREIRE, 1983, p. 58).

No início desse mesmo ano a EMEB Mutirão implantou na escola o novo Projeto de 06 Horas. Esta constituiu-se numa conquista dos professores e de toda da comunidade, em busca de um projeto que viesse sanar as necessidades de aprendizagem dos alunos.

A escola terá um caderno de acompanhamento, e também um regimento interno [...] A diretora salientou que o sucesso do projeto de 06 horas esta na responsabilidade de todos. [...] foi reforçado que o horário do dia 17-02 e 18-02 será quatro horas para os alunos e seis para o professor e no dia 21/02 início com 6 horas para os alunos. (ATA de 07 de fev. de 1994).

O uso desse caderno foi uma exigência da Secretaria da Educação devido ao início do projeto piloto sobre a teoria sócio-interacionista. O GEM Mutirão foi escolhido para testar a teoria na prática, inclusive recebendo capacitação de uma equipe especializada no método, vinda de Curitiba para Lages todas as segundas-feiras, durante um semestre. Nesse caderno, a avaliação do aluno era diária, com anotações que deveriam ser feitas no momento das aulas, e eu vivenciei este período como professora. Cabe ilustrar com o que pontua Silva (2005, p. 1): “Quando abordamos a necessidade de união entre teoria e prática enquanto metodologia: e, ainda a democracia enquanto gestão, nós nos damos conta da pedagogia problematizadora”.

Nesse período o governo municipal implantou a gestão democrática dentro das escolas municipais, sendo que até então o poder estava centrado na figura dos gestores das mesmas. Com o passar do tempo, a diretora do GEM Mutirão foi propiciando autonomia para os professores resolverem os problemas de comportamento manifestos no cotidiano dos alunos, diretamente com os pais. “O professor deve sempre ouvir os alunos e os pais, isto evita as reclamações no gabinete, as vezes o fato do professores dar atenção já resolve o problema” (ATA de 19 de set. de 1996). Continuando, registra a ata: “Quando o professor observar algum problema mesmo que o aluno não seja seu, tomar providências que o caso requer” (ATA de 11 de dez. de 1996).

Todos os professores e funcionários do GEM Mutirão eram responsáveis pelos alunos da escola como um todo, intervindo junto aos mesmos independentemente de a qual turma pertencessem, sempre que necessário. Isto ajudava no bom funcionamento da escola na sua integralidade, descentralizando as tomadas de decisões em relação aos problemas que ocorriam dentro da escola e nas salas de aula.

A operacionalização desta problemática pressupõe uma nova política na forma de gestão, que hoje centra-se no papel do diretor da unidade compartilhando esta função com o Conselho Deliberativo Partidário formado por pais, alunos, professores e funcionários” (EDUCAÇÃO EM REVISTA, 1994, p. 14).

De acordo com a iniciativa do poder público municipal e o relato da revista Educação de 1994, pode-se constatar que o processo de democracia e participação efetivou-se no município de Lages. À época, a diretora do GEM Mutirão, juntamente com o CPP, mobilizava a comunidade escolar quando convidavam políticos e cidadãos responsáveis pela administração da cidade para, diante da comunidade, tornar mais propícia a comunicação quanto ao seu comprometimento. Segundo Gadotti (2013, p. 01), “A melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsecamente ligada à criação de espaços de deliberação coletivas”.

A diretora solicitou ajuda ao deputado Décio para a construção do muro em redor do recinto, pois existem 700 alunos e a escola está praticamente aberta. [...] Dr. Décio prometeu que iria ajudar com a compra de cimento, que provavelmente gastará 220 sacas. O deputado frizou que doará R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), em três parcelas de R\$ 400,00 (ATA de 20 de set. 1996).

Pode-se observar que as mudanças se efetivavam num processo de continuidade. A construção do muro, que desconfigurou a concepção de escola aberta, se justificou por haver a preocupação com a segurança dos alunos. Pensava-se que, com a escola cercada por um muro, os alunos estariam mais seguros, devido ao grande número de matrículas na escola e o conseqüente aumento do número de alunos, em função do crescimento da comunidade.

[...] a diretora falou sobre a construção do muro ao redor do colégio, o qual foi orçado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e o coruja afirmou que não tem verba disponível para a construção do muro em questão (ATA do CPP de 11 de set. de 1996).

Figura 18 - Foto construção do muro acervo da EMEB Mutirão



Fonte: EMEB Mutirão

Nesta análise das atas pode-se perceber a união e o comprometimento que a escola e a comunidade tinham para com os alunos, pois na luta pela construção do muro não mediram esforços, solicitando ajuda a quem imaginaram que poderia contribuir. Percebe-se que a diretora, juntamente com a comunidade, fazia todo o movimento necessário para levantar a verba que precisavam, buscando parcerias com outros membros da sociedade para garantir o bom andamento da escola e a segurança necessária para os alunos.

[...] o compartilhamento da gestão não significa (e nem implica) a substituição do gestor e de suas responsabilidades. A participação da população não deve ser para substituir o Estado, mas para fiscalizá-lo e fazer com que ele cumpra seus compromissos constitucionais. (GOHN, 2007, p. 44).

Neste momento histórico que Lages vivia a administração do prefeito Carlos Fernando Agostini (Coruja) buscava, juntamente com sua equipe técnica administrativa, um efetivo envolvimento com a comunidade, marcando presença nas escolas, trocando ideias com os professores e funcionários, e até mesmo se envolvendo com as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. “Na posse do CPP do GEM “Mutirão” estiveram presentes várias autoridades, inclusive o prefeito do município de Lages Dr. Carlos Fernando Agostini (o coruja)” (Ata de 15 de abr. de 1996). Segundo a referida ata pode se perceber que o prefeito desse período participava junto com a comunidade escolar dos eventos que ocorriam na escola.

4.1.1 A Implantação do ensino fundamental

É no intuito de completar as lacunas deixadas na história da EMEB Mutirão e do Bairro Habitação que venho me empenhando em buscar dados que integram a sua história. Tenho encontrado grande dificuldade nesta busca, vista a falta de registros e os documentos que foram extraviados. Possivelmente isto não tenha ocorrido por responsabilidade das pessoas que trabalharam na escola, mas por sua implantação ter sido considerada pouco importante, não justificando o cuidado com a preservação de documentos que à época deveriam ter sido arquivados. A par disto, tenho me deparado com registros controversos. Um exemplo é o registro no Diário Oficial – SC – Nº 13.327, sobre a criação do Conselho de Pais e Professores do Grupo Escolar Municipal Mutirão (CPP) datada de 10 de novembro 1987, sendo que, na mesma publicação, tem-se como data de sua fundação 15 de maio de 1983. E realmente está comprovada a data de 20 de novembro de 1987 no registro do documento em cartório.

Nos documentos, atas e decretos, busquei o registro de como ocorreu o processo de implantação do ensino fundamental na escola Mutirão e, por meio destes, fez-se possível entender seu processo. Sabe-se que no início de sua implantação a escola oferecia o ensino da pré-escola à 4ª série. Com o aumento da demanda de alunos houve a necessidade de ampliação da escola. Dando início a esta ampliação, foi realizada uma reunião, assim registrada: “[...] o presidente deu abertura [...] dando a palavra para a senhora Elza Moretto, Secretária da educação, solicitou ao prefeito Raimundo Colombo, que estava presente, atenção nas prioridades do Colégio” (ATA de 23 de ago. de 1989).

O que se pode constatar é que no ano de 1989 já existia a necessidade de ampliar a escola pelo aumento da demanda de alunos acima citada. Nesta reunião ficou claro que a comunidade estava cobrando da secretária da Educação e do prefeito Raimundo Colombo uma posição quanto ao início das obras das novas salas de aula, pois neste período a escola Mutirão funcionava ainda com a configuração inicial, a mesma construção da época do prefeito Dirceu Carneiro.

[...] dona Elza Moretto secretária da educação afirmou que as obras das novas salas de aulas estava programado para após, a inauguração do colégio “Nicanor”. [...] Dona Elza quer que as salas fiquem prontas até o final do mês de dezembro [...] e equipadas até o final de fevereiro do ano vindouro (ATA de 11 de Nov. de 1989).

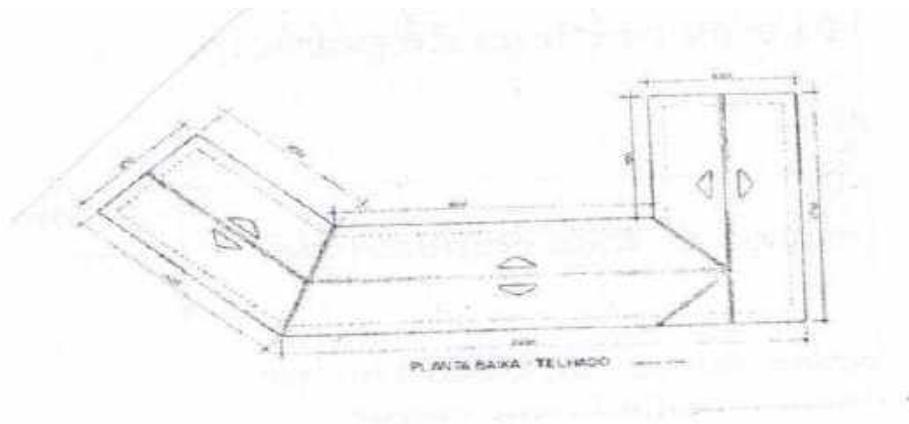
Fazendo uma análise mais profunda percebe-se que os habitantes do Bairro Habitação não haviam perdido a prática de convocar seus governantes para participar da roda de decisões e cobravam uma posição em relação às dificuldades que a comunidade encontrava. No período

entre 1989-1990, na administração do prefeito João Raimundo Colombo, foram construídas somente três salas, sendo duas salas de aula e uma sala para os professores. Conforme registro em ata:

Elza Moretto [...] frisou que seriam construídas mais (03) três salas de aula [...] para o projeto pipa e que o valor das mesmas estava estipulado no em NCZ\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzados novos) e que uma sala deveria ser reservada para salas dos professores (ATA de 17 de fev. de 1990).

Essas salas foram construídas na parte de baixo do terreno da escola, ficando isoladas das demais, conforme planta baixa da área construída.

Figura 19 - Planta baixa das três salas construídas pelo prefeito Raimundo Colombo



Fonte: Planta acervo da EMEB Mutirão

O tempo passou, as crianças cresceram e precisavam sair do bairro para frequentar o ginásio (5ª a 8ª série). “Sentiu-se a necessidade de implantar o ensino fundamental completo”, conforme registro no Projeto Político Pedagógico Escolar Coletivo (de 08/1996, p.2). Esta se constituiu numa tarefa difícil, pois a escola tinha que atender a todas as exigências do Conselho Estadual de Educação para obter a autorização de funcionamento das séries finais.

Com a conclusão das obras da nova escola, que foi também arquitetada para ser diferente das demais, construída na administração do prefeito Décio Ribeiro², como se pode ver na planta baixa, as salas são unidas umas às outras formando um grande círculo. A escola tem formato de círculo e, em consequência, tanto o pátio interno como o que a cerca também, assim como o anfiteatro, seguindo o projeto da escola na sua totalidade.

²Décio da Fonseca Ribeiro, prefeito eleito para a gestão 1997-2000 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Lages- SC.

Já o muro, construído posteriormente, foi posicionado igualmente em círculo, conforme a disposição do terreno, uma vez que devido ao aumento da população do bairro e de alunos na escola foi se tornando inviável a manutenção de um espaço aberto. Isto ocorreu em função da população que construiu o bairro e a escola ter sido acrescida por famílias advindas de outros locais, com outras formas de vida, diferenciando-se em comportamentos, que nem sempre eram compatíveis com os contratos e normas estabelecidos em coletivo desde a concepção da escola.

Logo no final das obras da escola, a comunidade, junto com os professores e direção, começou a montar o processo de autorização, para regulamentação do ginásio (5ª a 8ª) que ainda estava vinculado à Escola Lupércio de Oliveira Köech, sendo que agora o GEM Mutirão tinha demanda de alunos, estrutura física e disponibilidade do corpo docente, além de provar que abertura de turmas de 5º a 8º séries no GEM Mutirão não iria esvaziar as turmas das escolas vizinhas.

Outras pessoas se engajaram na luta, como a então vereadora Elza Moretto³, que enviou ao Executivo Municipal a indicação nº 281/1993, sugerindo estudos no sentido de elaborar um projeto para transformar o Grupo Escolar Municipal Mutirão, que atendia somente alunos de pré-escola a 4º série, em Escola Básica, oferecendo as séries finais. A justificativa que sustentava tal pedido era que existia uma grande demanda local de alunos e a implantação não iria atrapalhar as escolas das comunidades próximas, garantindo o número de matrículas em todas as unidades de ensino.

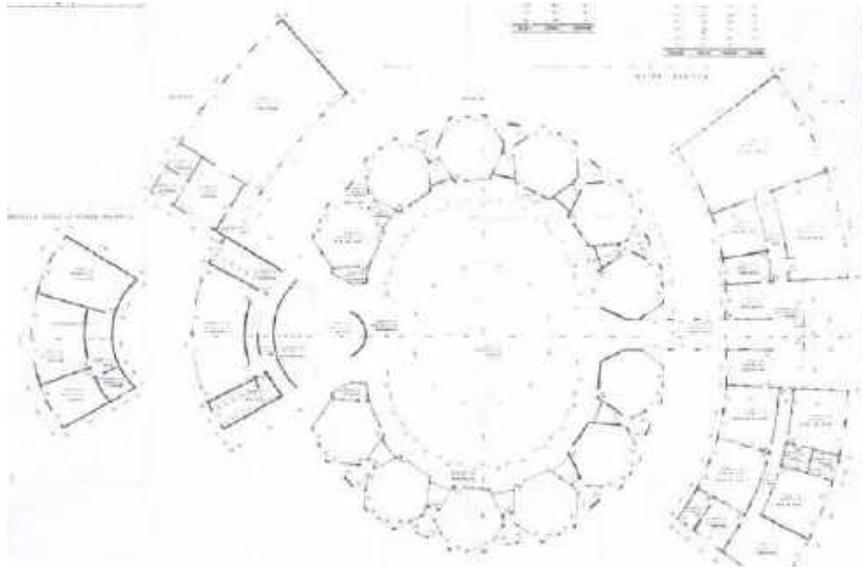
Figura 20 (A, B) - Fotos construção da EMEB Mutirão



Fonte acervo da EMEB Mutirão

³ Elza Marina Moretto, vereadora eleita em 1997-2000 pelo Partido da Frente Liberal (PFL) Lages - SC. Cabe ressaltar que esta vereadora foi eleita por três mandatos consecutivos.

Figura 21 - Planta baixa da EMEB Mutirão



Fonte: acervo da EMEB Mutirão

Segundo documento da Câmara de Vereadores do Município de Lages nº 281/1993, a referida vereadora complementou indicação de criação do ensino fundamental II justificando que o pedido representava a vontade dos alunos, pais e de toda a comunidade do Bairro Habitação, e apresentando também uma proposta de horários para o seu funcionamento.

Foi registrado em ata o pedido feito à secretária da Educação em reunião no GEM Mutirão.

[...] chegou a reunião, a secretária municipal de educação Elenice Borba, a qual afirmou aos presentes, que já teria tratado sobre a questão da 5ª quinta a 8ª série no colégio Mutirão, com a relatora Maria Angelina da secretaria estadual de educação, e a mesma afirmou que está difícil, porque o colégio não teria estrutura com laboratório e biblioteca (ATA CPP 11 set.1996).

Na mesma indicação da vereadora, consta que as primeiras turmas de 5ª e 6ª séries seriam (como, de fato, posteriormente foram) extensão da Escola Básica Lupércio de Oliveira Koeche. No ano seguinte, a extensão ofereceu o ensino fundamental II completo (5ª a 8ª série). O vínculo de extensão entre as escolas permaneceu de 1993 a 1995. Mas somente em 1997 o pedido da comunidade escolar foi oficializado.

O funcionamento foi aprovado pelo Decreto nº 5304, de 14 de julho de 1998, quando o Grupo Escolar Municipal Mutirão passou a ser Escola Básica Municipal Mutirão, sendo publicado no jornal Correio Lageano de 13 de agosto de 1998. Conforme processo – 07SE 6447/953, Parecer nº 106/97, o Conselho Estadual de Educação deliberou por unanimidade a

aprovação para o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental no Grupo Escolar Municipal Mutirão, integrante e mantido pelo Município de Lages/SC. Atendida a solicitação, a unidade escolar passou a denominar-se Escola Básica Municipal Mutirão. Este processo foi aprovado em 29/04/1997.

Segundo o parecer nº 092/2002, aprovado em 09/04/2002, o ensino fundamental passou de oito para nove anos. Logo crianças de cinco anos que completavam seis no mesmo ano deixaram de fazer parte da Educação Infantil para se integrarem ao Ensino Fundamental I. A escola passou a ser organizada de primeiro a nono ano, adicionando mais um ano no ensino fundamental I.

Visando à melhoria da Educação, as Políticas Públicas mudam as formas de organizações dos Sistemas Educacionais de Ensino, porém não interferem na prática do professor dentro das escolas.

Os achados do presente estudo mostram que a escola veio redimensionando a si mesma, reformulando suas ações por meio da colaboração dada pela comunidade, de acordo com seus anseios, interesses e preocupações. A gestão democrática mantém tanto como princípio pedagógico quanto como preceito constitucional, e não se restringe apenas à escola, mas a todos os níveis da sociedade. Assim, convém lembrar que “a gestão democrática do sistema, em todas as esferas de organização, é um princípio basilar a partir do qual se fortalecem espaços de participação e de pactuação já instituídos e por instituir” (MARQUES *et al.*, 2013, p.03). Desta forma, pode-se compreender a participação dos políticos aqui referenciados no processo de manutenção da escola Mutirão.

4.2 PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA ADOTADAS PELOS MORADORES DO BAIRRO HABITAÇÃO JUNTO À EMEB MUTIRÃO – ENTRE 1981 E 1996

Nas décadas de 1980 e 1990 os funcionários da escola Mutirão e a comunidade do Bairro Habitação se uniram num esforço para não perder o espaço conquistado a partir dos movimentos sociais por eles deflagrados.

Nos anos que decorreram desde a criação do GEM Mutirão até 2010, época em que, por estar naquele momento inserida na escola e na comunidade, afirmo que ainda eram desenvolvidas práticas pedagógicas na escola, embora com menos intensidade à medida que o tempo passava.

Especialmente no ano de 1987 os líderes da comunidade tinham conhecimento das necessidades da escola, buscando supri-las, principalmente nos reparos e consertos. Observa-se que neste período era a comunidade que buscava parceria com a escola. O senhor Joaquim fez uma explanação dos serviços feitos pela diretoria da época: “[...] conserto de escadas, conserto numa sala de aula, troca de fechadura e foram repostos 53 vidros [...] nas várias salas de aula” (ATA de ago. de 1987).

Esses serviços eram desempenhados pelos moradores do Bairro Habitação sem que a diretora precisasse solicitar, demonstrando assim o comprometimento da comunidade e a prevalência do senso de participação comunitária.

Como um espaço que a comunidade usufruía não só visando ao saber elaborado, mas também para outros tipos de saberes e cultura, quase que todos os eventos planejados pela comunidade eram realizados na escola.

[...] Ao término do mesmo o seu Diomedes pediu a palavra e pedindo que constasse em ata a reivindicação que iria fazer ao presidente seu Joaquim, perguntando se poderiam usar a sala de aula que sempre usaram para as reuniões do grupo A.A alcoólatras anônimos (ATA de 20 de junho de 1987). (Anexo 10)

O que se evidencia é que a comunidade, por desfrutar do espaço físico da escola para a realização de eventos, estava efetivamente comprometida com a escola. Havia uma interação entre a participação da comunidade e escola, o que se valida segundo registro em ata:

Dona Ângela (diretora) perguntou como estaria os trabalhos, quanto a saída de comida para fora do pátio da escola, Dona Olga (diretora substituta) falou de uma exceção de uma senhora (mãe de aluno) que estava em necessidade e foi liberado alguns pratos, mas todo o grupo, achou que foi uma necessidade, tendo em vista trata-se de pessoas que ajudam na escola (ATA de 05 de dez. de 1987, Grifos da autora).

Neste relato fica clara a participação dos pais na escola, sendo que, no presente caso, a mãe ajudava em trabalhos na mesma. Isto justificou que, no caso de necessidade, compartilhasse da alimentação destinada aos alunos, sendo este um procedimento comum, dentre outros adotados quando um membro da comunidade se encontrasse em carência de alimento. A diretora e a comunidade decidiam o que era necessário fazer, sem precisar usar de toda a burocracia que existe no sistema que gerencia as escolas nos dias de hoje.

A qualidade dessa escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola - incluindo pais e comunidades - tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura (FREIRE, 2005 p. 15-16).

A cultura dos alunos dessa comunidade, principalmente os que vivenciaram esse período, observando seus pais e professores tratarem com zelo o patrimônio físico, constituiu-se desta forma, com base na liberdade de entrar e sair do espaço livremente e com outros objetivos que não somente o da aprendizagem formal no recinto da escola.

Ao fazer a primeira análise dos documentos, foi encontrado um específico que não era do conhecimento nem de diretores nem de professores da escola. Trata-se de um informe de que a prefeitura de Lages doara uma casa ao patrimônio da escola, a qual encontrava-se aos cuidados do CPP do GEM Mutirão. A citação abaixo consta em ata à reunião dos membros do CPP, na qual estava sendo considerada a utilização desse espaço para atividades do AA, que então se desenvolviam no prédio da escola:

O presidente [...] sugeriu que se transferisse para a casa onde funciona atualmente a feira e que se fizesse maior proveito da mesma, como feira do peixe etc. [...] chegou-se à conclusão que deveríamos falar com o senhor que ocupa com a feira as quintas e aos domingos (ATA 08 de ago. 1987).

Sabe-se que não houve entendimento entre os membros do CPP sobre o assunto. Em Anexo o documento que doa a casa como patrimônio da escola Mutirão, aos cuidados do CPP.

A estrutura social e as formas sociais pelas quais a sociedade se organiza são uma decorrência do fato que, desde o início da sua existência, os homens vivem em grupos; sua vida está na dependência da vida de outros membros do grupo social, ou seja, a história humana, a história da sua vida e a história da sociedade se constituem e se desenvolvem na dinâmica das relações sociais (LIBÂNEO, 1994, p. 5).

As práticas desenvolvidas e articuladas à época entre o GEM Mutirão e a comunidade do Bairro Habitação demonstram as formas de relações sociais assumidas pela ação prática e concreta dos homens. Os atos concretos e as formas como os homens se organizam também estão explícitos em uma ata: [...] “Também foi adiantado o salário do guarda, pois demoraria uma semana para concretizar o convenio com a prefeitura, mas que seria repostado oportunamente” (ATA de 19 de set. de 1987). A escola e a comunidade se articulavam para que juntos se envolvessem no esforço de cobrar a participação nas reuniões das autoridades. Observa-se que estas últimas estavam sempre presentes quando a direção ou o CPP precisava de alguma resposta para as melhorias da escola.

[...] Dona Ângela falou sobre a construção de 2 salas de que seria 1 banheiro e uma sala de lazer, o senhor Joaquim solicitou a ajuda de todos para a construção das mesmas que seria através de “Mutirão” (ATA de 13 de maio de 1988).

Fica evidenciado que nesse período havia a participação da comunidade ajudando a escola ainda em sistema de “Mutirão”, prática que os moradores desenvolveram desde o início de criação do Bairro Habitação e da Escola Mutirão: [...] “A mão de obra do muro será feita com sistema de mutirão” (ATA 20 set. 1996).

É Paro (1988), com seu pensamento, que contribui trazendo o que é para ele compromisso do projeto educacional:

[...] deve ter como meta a constituição, na escola de um novo trabalhador coletivo que, sem os constrangimentos da gerência capitalista e da parcelarização desumana do trabalho, seja uma decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, guiados por uma ‘vontade coletiva’, em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais da escola (PARO, 1988, p. 160).

O que se pode concluir é que, neste modelo de participação da comunidade na escola, já aconteciam essas práticas da comunidade se organizar e participar por livre vontade, sem nenhum tipo de remuneração.

Ao final da década de 1980 o CPP da escola não só ajudava como também tomava as decisões, não passando pela aprovação da diretora, pois à época os líderes da comunidade tinham facilidade em acesso junto ao poder público, como relata a ata abaixo.

A diretora Nazarét Matos Mortari, colocou aos presentes a situação dos contratados pelo CPP. Três merendeiras, um hortelão e o vigia noturno. Como o contrato dos mesmos venceu agora dia 15 de fevereiro [...] juntos veremos outra solução. O presidente do CPP falou que se já há pessoas colocadas e estão satisfazendo as necessidades da escola não há necessidade de contratar novas pessoas (ATA de 21 de fev. de 1989).

Devido ao fácil acesso aos líderes políticos na época, o CPP tinha liberdade de tomar decisões sem passar por burocracia no sistema educacional, principalmente no que diz respeito à contratação ou demissão de funcionários.

[...] o presidente afirmou que teria mandado confeccionar 04 (quatro) beliches, para umas crianças que estariam dormindo no chão. [...] queria frequência assídua do hortelão qual estaria omitindo-se demaés, nas suas obrigações prejudicando com isso, o bom andamento na produção de verduras para merendas do colégio (ATA de 01 de jun. 1989).

Constata-se aqui, mais uma vez, que a comunidade do Bairro Habitação estava atenta no processo de administração da Escola Mutirão.

O diretor e os professores, a seu turno, convidavam a comunidade para participar das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola Mutirão, a exemplo do retiro das mães que acontecia todos os anos: [...] a diretora manifestou vontade de realizar o “retiro das mães” dos

alunos e para realização do evento, teria que ser feito uma promoção para angariar fundos (ATA 26 de mar. 1997). A ata demonstra a troca de informações com o CPP da escola, pois seria necessária a colaboração de ambos para que o evento acontecesse. Este evento ocorria durante o mês de maio, sem dia específico. No mês de agosto, sem dia determinado, acontecia também o retiro dos pais: [...] a diretora falou sobre o já realizado retiro dos pais e disse que foi um sucesso. Com a presença de 119 (cento e dezenove deles) (ATA de 11 set. 1996).

O que se avalia é que, mesmo dentro do espaço da educação formal, a educação não formal estava presente, colaborando para que a educação primeira acontecesse da melhor forma.

[...] há metodologias [...] que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade, segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não formal (GOHN, 2010, p. 47).

Em todos os momentos a diretora podia contar com a comunidade, sendo os mais próximos os membros do CPP, porém esses mobilizavam o restante da comunidade para participar.

A senhora Ana vice-presidente do CPP colocou o problema da festa dos professores, e a diretora sugeriu solicitar aos Pais de alunos a quantia de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) ou R\$ 1,00 (um real) espontaneamente, para a compra de presentes aos professores. (ATA de 29 de set 1996).

Em sendo aberto à comunidade e à participação dos pais, cabe salientar o que consta em ata de reunião onde a diretora chama a atenção à ação do guarda da escola: “Deixar os pais entrarem para ver as crianças a qualquer horário” (ATA de 28 de mar. de 1991).

Neste processo de construção em que a escola, juntamente com a comunidade, buscava fazer o melhor para construir as práticas de participação da comunidade, Garrido e Almeida (2011, p. 81) complementam que: “A competência docente é processo que vai sendo construído individualmente, por tentativas e erros, tendo como base nos modelos já observados por ele ao longo da própria formação”.

Compreende-se que a elaboração de novas práticas ocorre entre erros e acertos, pois é assim que o indivíduo aprende a elaborar novas formas de saber. Neste sentido, “[...] há uma sabedoria popular, um saber que gera na prática social de que o povo participa, mas às vezes, o que está faltando é uma compreensão mais solidária dos temas que compreendem o conjunto do saber” (FREIRE, 1986, p. 14).

Não é suficiente somente o diretor ter acesso a informações. Há, sim, a necessidade de que todos os integrantes do corpo docente da escola, junto com a comunidade, tenham a compreensão de que o processo da prática social ocorre na ação solidária de cada indivíduo.

Pode-se salientar aqui a importância da formação dos professores que atuam nas escolas. Estes profissionais necessitam de formação para ajudarem os alunos a entender que precisam em primeiro lugar se transformar para depois transformar a realidade em que está inserida. Para Rios (2005 p. 6), “Freire nos ensina que só aprendemos a participar na medida que participamos. Promover a participação dos envolvidos é antes um exercício de democracia que contribui para a construção da cidadania”.

4.3 REFERENCIAIS TEÓRICOS FUNDANTES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INSTITUÍDAS NA EMEB MUTIRÃO - ENTRE 1981 E 1996

O GEM Mutirão foi instituído para ser diferente, conforme já descrito no início de sua história, sendo que a primeira referencial teórico que lhe deu suporte pedagógico foi a “Escola Aberta”, norteada pela pedagogia libertadora de Paulo Freire. Esta prática pedagógica teve início no ano de 1981 e permaneceu até o final de 1982, em estado puro, como demonstram os documentos aqui analisados. No entanto, tanto o GEM como o EMEB Mutirão – nomenclaturas adotadas em diferentes momentos históricos da instituição – deram continuidade à proposta, embora com diferentes configurações.

Configurada como escola aberta – sem grades, portões ou muros – as práticas pedagógicas eram desenvolvidas pelos professores mantendo liberdade para trabalhar com os alunos em contato constante com a comunidade, valendo-se do que nela existia para explorar o conhecimento já acumulado pelos mesmos.

Essa prática foi instituída desde o início da inauguração do GEM Mutirão pela equipe administrativa do prefeito Dirceu Carneiro, que trouxe o professor Paulo Freire para conhecer as obras do Bairro Habitação e da Escola Mutirão.

Freire (2001) ressalta a importância dos conteúdos na formação crítica dos alunos. Para o autor, a articulação entre os conteúdos escolares e a realidade dos educandos propicia que os alunos se percebam como sujeitos capazes de agir e transformar a realidade.

[...] numa prática educativa conservadora competente se busca, ao ensinar os conteúdos, ocultar a razão de ser de um sem-número de problemas sociais, numa prática educativa progressista, competente também, se procura, ao ensinar os conteúdos, desocultar a razão de ser daqueles problemas. A primeira procura acomodar, adaptar os educandos ao mundo dado; a segunda, inquietar os educandos,

desafiando-os para que percebam que o mundo dado é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformando, reinventando [...] (FREIRE, 2001, p. 29-30).

Segundo Freire (2001), a formação que se pretende não pode estar separada dos conteúdos escolares, sendo que deve-se acrescentar aos currículos aulas sobre democracia, valores e cidadania. A formação dos educandos não pode estar pautada em práticas tradicionais, mas deve ser objeto de reflexão e de práticas pedagógicas planejadas com a intenção da construção de valores democráticos, com o intuito de despertar uma disposição interna à participação ativa na sociedade

O GEM Mutirão se destacou das demais escolas da Rede Municipal de Ensino de Lages, por ter compreendido, desde a sua criação, que era possível fazer diferente com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Os professores desenvolveram estas práticas dentro do espaço da escola, um ajudando o outro no que dizia respeito à aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Jacomini (2010) reforça o caráter de mediação e articulação do todo, que cabe ao presente estudo:

[...] Embora o diretor seja o responsável pela condução da escola, não pode sozinho romper com as amarras características do funcionamento burocrático dos órgãos do sistema educacional. Daí a importância de ele ser capaz de articular os diversos segmentos que compõem a escola para atuarem em conjunto na reivindicação das condições materiais e organizacionais a serviço do projeto pedagógico (JACOMINI, 2010, p. 198).

Sabe-se que a gestão escolar exerce papel importante de mediação tanto interna como externa. Assim, faz-se necessário que haja especial atenção à complexidade e diversidade das relações pedagógicas e humanas, primando por consensos coletivos e valorizando e respeitando o tempo e iniciativas individuais de cada integrante da escola e da comunidade.

A qualidade desta escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola — incluindo pais e comunidades — tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura (FREIRE, 2005 p. 15-16).

Para que as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas é necessário disposição de todos os envolvidos no processo de participação. O PPP é construído com a colaboração de todos, traçando metas e objetivos para ao longo do ano, e portanto é preciso interação e comprometimento dos participantes tanto da escola como da comunidade.

Segundo Elenice Borba da Silva⁴, em sua fala em evento citado na Revista Educação (1994, p. 10): “O compromisso social e político do professor com a escola pública se manifesta no momento em que a efetiva participação é oportunizada, não por benesse de alguém, mas por conquista coletiva de uma categoria que tem, acima de tudo esperança”.

Na busca por dados que remetessem ao período de construção do primeiro PPP do GEM Mutirão, foi encontrado o seguinte registro:

O professor deverá ler o relatório das perguntas e o Projeto Educação aproveitar para isto o reforço e a hora atividade, será importante esta leitura para dar subsídios na elaboração do Projeto Político Pedagógico (ATA de 22 de set. 1995).

Como se pode constatar, pela análise documental, foi no ano de 1995 que começou a ser elaborado o PPP no GEM Mutirão. Firma-se neste período a ressignificação das práticas pedagógicas do sistema municipal de ensino, que também apresenta a síntese dos trabalhos de cada unidade, trazendo nesta revista a da Escola Básica Mutirão (EBM Mutirão).

Cabe salientar que, mesmo antes desta data, na análise documental, foram encontrados registros de PPPs e até com o nome de PPPEC no ano de 1993.

O trabalho pedagógico desenvolvido parte sempre do princípio de que a criança ao chegar na escola traz seus valores, sua linguagem; cabendo ao educador respeitar a individualidade de cada um e proporcionar condições para a construção do conhecimento (EDUCAÇÃO EM REVISTA, 1994, p. 12).

Neste período já estava implantado na Escola Básica Municipal Mutirão (EBM), o método pedagógico sócio-interacionista, tendo como base a valorização do conhecimento e da cultura adquiridos pelo aluno fora da escola⁵.

Na gestão do Prefeito Décio Ribeiro, buscava-se exercer uma forma autônoma e desburocratizada de gestão da escola. No entanto, começaram a surgir algumas limitações relativas a recursos financeiros vindos de fora. Como exemplo, o referente à verba federal, sendo que não foram encontrados registros de quais órgãos, especificamente, foram responsáveis por impasses. A diretora Neuza⁶ explanou em reunião que a verba que viria de Brasília somente pode ser usada em material de consumo, e não para a compra de material de construção (ATA 20 set. 1996).

⁴Elenice Borba da Silva foi Secretária da Educação da cidade de Lages-SC, de 1994-2000.

⁵Nomenclatura adotada possivelmente da década de 1990 até o ano de 2000, sendo que não há registro das datas precisas de sua inclusão e exclusão. Sabe-se, por meio de documentos, que após esta nomenclatura, a escola passou a denominar-se EMEB Mutirão.

⁶Neuza Maria Zangelini diretora da EMEB Mutirão, eleita por três mandatos de três anos cada, 1991-1998.

Conforme este achado, percebe-se que a diretora, juntamente com o CPP da EMEB Mutirão, não estava acostumada a prestar contas à administração pública, mas sim à comunidade. Com base nesses dados, o que se pode constatar é que, a partir da administração do Prefeito Décio Ribeiro da Fonseca, os diretores deveriam prestar contas à Secretaria da Educação, não podendo priorizar o que talvez fosse mais urgente, tendo que distribuir a verba em materiais de consumo e materiais permanentes.

Este novo processo implicou nas decisões que a comunidade tomava, sendo que desde o início da implantação do GEM Mutirão até a gestão desta administração, os membros da EMEB Mutirão tinham total autonomia para decidir quais seriam as prioridades e, assim, utilizavam o dinheiro conforme as necessidades da escola.

No momento em que foi instituída essa nova forma de prestação de contas e definido como as escolas do Sistema da Rede Municipal de Ensino executariam dito procedimento, foi ocorrendo a perda de autonomia de decisão quanto à discussão das prioridades de gastos a serem concretizados com a verba Federal. Esta transformação determinou a perda de autonomia que a comunidade e a EMEB Mutirão haviam conquistado, tendo como agravante de ser implementada em nome de uma “gestão democrática”.

Uma política educacional fixada sem o debate com a sociedade e sem consulta aos profissionais da área e suas organizações gera o dogmatismo, o centralismo e o burocratismo. Ao contrário, uma política democrática de educação, de um lado, procura incentivar a participação de todos aqueles que estão envolvidos com os problemas educacionais e, de outro, procura estimular o papel crítico dos órgãos responsáveis pela educação, que deve ser lugar privilegiado da discussão desses problemas (GADOTTI, 1995, p. 94).

Para o autor, a exemplo das leis maiores, como a LBD 9394/96, nelas está determinado como as escolas farão a prestação de contas: sem consultar os diretores, professores e todos os funcionários e CCPs, estes que representam toda a comunidade escolar. Sendo eles que conhecem as prioridades da escola, não havendo a sua participação nas decisões quanto à aplicação dos recursos financeiros, aumenta cada vez mais a burocracia dentro das instituições. Penso que a prestação de contas deve ser feita, sim, porém com a participação na tomada de decisões da comunidade escolar e não em instância maior.

A título de finalização desta análise, e atendendo ao problema da presente pesquisa bem como aos seus objetivos, pode-se observar que a constituição da EMEB Mutirão, em suas práticas pedagógicas, e associada diretamente à formação do Bairro Habitação, com suas necessidades e preceitos, caracterizou-se efetivamente como uma ação democrática.

Na investigação sobre suas origens, fica clara a relação direta da concepção de educação implantada na EMEB Mutirão, com a efetivação de suas práticas pedagógicas voltadas para a constituição de sujeito autônomo, criativo, autor de seus atos.

A aproximação entre estas práticas pedagógicas e a proposta, e as ações efetivadas no exercício da construção do Bairro Habitação por seus moradores, fica evidenciada na análise documental, no período aqui considerado, 1981 a 1996, sendo que apresentaram-se novas propostas e tentativas metodológicas que ampararam a concepção inicial e que nem sempre corresponderam a ela.

Ao tratar da concepção de escola, evidencia-se o amparo em teorias da Educação, específicas ao modelo idealizado pelo conjunto da população do Bairro Mutirão, de especialistas na área educacional e do poder público municipal da época de sua fundação. Estas se alicerçam em autores consagrados como estudiosos da História da Educação brasileira, tendo como base a teoria problematizadora de Paulo Freire, que sustenta o presente estudo desde a concepção de Educação até as práticas adotadas.

No apêndice a seguir constam os quadros de análise documental, organizados segundo os objetivos específicos da presente pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a análise documental do presente estudo encontrei dificuldades, visto que muitos documentos foram extraviados e, ainda, alguns registros sobre a construção do GEM Mutirão, bem como do Bairro Habitação, mostraram-se controversos. Além disso, o material documental mostrou contradições em relação aos relatos orais, que não foram considerados para a presente pesquisa, mas ocorreram informalmente uma vez que trabalhei como professora da escola durante 28 anos. Confirma-se, assim, o valor da pesquisa com base em documentos, que legitimam os fatos realmente ocorridos como elementos da historicidade de eventos.

Neste sentido cabe salientar a importância do resgate histórico por meio de pesquisa científica, uma vez que este traz à luz os fatos do passado ao mesmo tempo em que se podem organizar os projetos para o futuro. O conhecimento cientificamente amparado tem suma importância não somente como registro, mas, também, como base para transformações necessárias, presentes e futuras, por causada fidedignidade dos achados que propicia.

Os registros encontrados mostram que a escola veio se redimensionando ao longo do tempo, reformulando suas ações, contando com a participação da comunidade, de acordo com seus anseios e interesses pelos projetos de construção e melhorias, elaborados em conjunto. A investigação apurou que a gestão democrática esteve presente tanto nos princípios pedagógicos quanto nos preceitos da instituição educacional, não se restringindo apenas à escola, mas procurando atingir todos os níveis da comunidade e, indiretamente, do município de Lages.

Convém lembrar que gestão democrática escolar, em todas as instâncias, tem como princípio fundamental a organização dos processos, fortalecendo seus espaços de participação, tanto os já instituídos como os que estão por se instituir. Desta forma pode-se compreender o envolvimento dos moradores no processo de constituição e manutenção tanto do Bairro Habitação como da EMEB Mutirão.

Visto que a escola estudada sempre foi campo de experimentos, a começar pelo *layout* do prédio, e principalmente pelas práticas pedagógicas desenvolvidas desde sua concepção, temos a considerar uma questão fundamental: na pesquisa documental, principalmente por meio das atas, ficou evidente que o auxílio financeiro provinha de diversas promoções organizadas pelos moradores do Bairro Habitação, juntamente com os funcionários do GEM Mutirão, sendo que a comunidade e políticos locais se uniram em torno da realização de projetos estabelecidos pela escola e comunidade. Caracteriza-se aí um processo comunitário nitidamente democrático, participativo.

Desde o início de sua caminhada coletiva, os moradores do Bairro Habitação aprenderam a não esperar passivamente pelo que almejavam, desenvolvendo o senso de participação comunitária quanto às melhorias de interesse do coletivo.

Baseadas nas experiências desenvolvidas pela comunidade e escola, que foram concebidas com base na Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire, as práticas pedagógicas se fundamentaram na pedagogia libertadora, tendo como princípio que os alunos interagissem diretamente com a comunidade e os professores ministrassem suas aulas com os recursos oferecidos pelo meio.

Como os contextos determinam as ações, que invariavelmente partem de situações emergentes e de necessidades imprevistas, no caso da EMEB Mutirão, visto o aumento da demanda de alunos como parte do crescimento populacional do bairro e do seu entorno, no correr do tempo houve a necessidade da construção de um muro – que desconfigurou a concepção de “escola aberta”.

No entanto, foi possível concluir após esta pesquisa que por um longo tempo os princípios fundantes da pedagogia libertadora permaneceram intocados. Dentro desta concepção, fica claro na documentação estudada a adoção da Prática Educativa Libertadora, de Paulo Freire, traduzida em ações a seguir descritas.

Todos os funcionários do GEM Mutirão eram responsáveis pelos alunos, visando o bom andamento da escola, intervindo independentemente de qual turma o aluno pertencesse.

No ano de 1994 a Rede Municipal de Ensino de Lages adotou como concepção metodológica de educação a sócio-interacionista, sendo escolhido o GEM Mutirão para testar a aplicação da teoria, ocasião em que seus professores receberam formação de uma equipe de especialistas no método, vinda de Curitiba para Lages semanalmente, durante um semestre.

Neste mesmo período a diretora do GEM Mutirão passou a dar mais autonomia para os professores resolverem os problemas cotidianos dos alunos, atuando diretamente com os pais, caracterizando uma gestão ainda mais democrática. A diretora não geria mais a escola sozinha, mas contava com o apoio e participação do Conselho Deliberativo Partidário formado por pais, alunos, professores e funcionários.

Com o aumento do número de alunos na EMEB Mutirão, a direção, pais e professores, juntamente com líderes políticos – tanto da instância municipal como da estadual – articularam a implantação do Ensino fundamental completo na escola. Este fato denota que a concepção democrática adotada naquele contexto permitiu uma evolução no processo educativo, constituindo-se a EMEB Mutirão, à época, como um modelo que gerou a implantação do

método sócio-interacionista em outras escolas municipais da cidade de Lages, sendo que assim permanece até os dias atuais.

Cabe salientar, nestas considerações finais, que as práticas desenvolvidas e articuladas entre o GEM Mutirão e a comunidade do Bairro Habitação demonstram as relações sociais assumidas pela ação dos homens. Mais especificamente, ficou confirmado que no ano de 1987 os líderes da comunidade e a população do Bairro Habitação proviam o suprimento das necessidades da escola, principalmente nos reparos e consertos. Os moradores desempenhavam esses serviços sem que precisassem ser solicitados, demonstrando o comprometimento da comunidade que foi se processando e se desenvolvendo num senso de participação comunitária.

Nesta mesma direção, constata-se que o diretor e os professores participavam dos eventos realizados em períodos extraclasses, inclusive em finais de semana à noite, para que a comunidade pudesse participar das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, a exemplo do retiro das mães, que acontecia todos os anos, assim como o retiro dos pais, entre tantas outras práticas. Os dados encontrados deixam muito claro que, além da educação formal, a informal estava presente. Assim, pode-se concluir que a escola era vista como um espaço comum a todos, sendo aberta para outros tipos de saberes, concebida e utilizada como um patrimônio comum a todos.

Quanto à tomada de decisões, fica claro na presente pesquisa que havia, à época, fácil acesso aos políticos responsáveis pelo município, sendo que a comunidade, representada pelo CPP, exercia a liberdade de tomar decisões independentemente da burocracia existente no sistema educacional, o que se transformou após a Carta Constitucional Brasileira de 1988 e se estende até os dias atuais.

Foi possível observar claramente nos documentos pesquisados a importância dada à formação dos professores da EMEB Mutirão, contribuindo para que se tornassem mais conscientes da importância do seu papel como formadores de cidadãos. Como parte desta preocupação, esses eram orientados para desenvolverem práticas de ajuda mútua, não somente no que dizia respeito à aprendizagem dos alunos como, segundo registro acima, no seu desenvolvimento como cidadãos.

Finalizando, pode-se afirmar que o objetivo geral, bem como os específicos, do presente estudo foram cumpridos, visto a riqueza que os documentos pesquisados e analisados trouxeram, não obstante tenha havido dificuldades em reavê-los em sua completude, como foi dito inicialmente. Igualmente foi efetiva e muito rica a abertura de caminhos que foram possíveis a partir do planejamento investigativo desta pesquisadora.

Os documentos, em seu todo, provaram o quanto a pesquisa da história de um processo, no caso o da criação da EMEB Mutirão, é necessária, porque sedimenta os fatos e, além de servir à memória de uma comunidade ou de uma sociedade, mostra caminhos mais certos para a construção do seu futuro.

Este futuro é claro, não pertence necessariamente às previsões que o ser humano projeta, dependendo também de variáveis imprevistas. Quando se estuda a sociedade, em qualquer de suas dimensões, fica evidente que as mudanças se dão a partir de muitos fatos que dependem desde as tendências sócio históricas mais amplas até os interesses de pequenos grupos. O período histórico de 1981 a 1996, aqui estudado, foram emblemáticos em nosso país, tendo sido marcado por uma transição de governos ditatoriais para uma sociedade democrática.

Com este pano de fundo, a prática educativa libertadora de Paulo Freire tomou um lugar importante em Lages, com características de luta, uma vez que propunha uma transformação apropriada e radical no combate aos princípios autoritários adotados pelos governos militares que então assumiam o poder. Democracia traz em seu bojo a participação coletiva nas decisões, exatamente o que ocorreu com a construção do bairro Habitação e da EMEB Mutirão.

Tal processo democrático se constitui num movimento permanente de afirmação dos princípios de participação que, como todo o processo, carece de aprendizado. Não está posto, se constrói. Assim tem sido na realidade brasileira, assim foi na EMEB Mutirão.

No caso da presente pesquisa houve a delimitação de datas para a análise proposta, de 1981 a 1996, período histórico caracterizado como momento de abertura política no Brasil, contando com a reforma da Carta Magna brasileira de 1988 e, também, da LDB 9.394/96.

O que a presente pesquisa mostrou não obstante trazendo algumas controvérsias, vem ao encontro do que está na voz das pessoas que participaram deste movimento. Ainda presente no cotidiano da escola, do Bairro Habitação, na cidade de Lages, a voz do povo se manifesta apoiando, criticando, debatendo e recordando o que se passou na escola naquele momento histórico aqui estudado.

Esta dissertação representa, no momento em que se conclui um documento que registra e organiza a historicidade deste contexto. Assim, de posse de dados concretos e comprobatórios, a história da EMEB Mutirão e, por conseguinte, do Bairro Habitação, tem agora um registro amplo, ao mesmo tempo em que recortado.

Conclui-se aqui o presente estudo, ao mesmo tempo em que nasce uma oportunidade da construção de um futuro, forjado no presente, com base num passado cuidadosa e cientificamente recordado. Meu desejo é que ele possa servir para a continuidade do processo de existência da EMEB Mutirão, alicerçando novos projetos que, mesmo diferentes, porque circunstanciados em outros momentos históricos, possam se ancorar em sua historicidade, valorizando uma identidade construída, tendo como base o sentido da humanização da sociedade

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. **A força do povo: Democracia participativa em Lages**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ARROYO, G. Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n.1, pp. 28-49, jan/jun 2003. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org> Acesso em 05/03/2012.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola o que é como se faz**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

BARBIER, René. O conceito de “implicação” na pesquisa-ação em ciências humanas. In: **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARDIN, Laurence, **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. França: Presses Universitaires de France, 1977.

BAEZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. **A implantação oficial da Pedagogia Histórico Crítica na rede pública do Estado do Paraná (1983-1994): legitimação, resistências e contradições**. [Dissertação], 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 2001. **Bras. Educ.** [online]. 2006, vol.11, n. 32, pp. 328-339. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000200011>> Acesso em 20/02/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de out. 1988.

_____. Instituto Brasileiro geográfico de Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 15/10/2013.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

COUTINHO, Regina Teles. **A prática pedagógica do professor-formador: desafios e perspectivas de mudança**. Artigo s. d (UESPI).

COUTO, José Batista Correa. **Educação e participação popular: A trajetória da associação de moradores do bairro Habitação (1978-1983)**, Lages/SC, 2008. [Dissertação de Mestrado].

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993

CORREIO LAGEANO, 2 ago. Implanta o Programa Infantil de Assistência Popular no bairro Dom Daniel. 1985.

_____. Prioridades do Governo Dirceu Carneiro, 1977.

_____. 15 de maio. A originalidade do projeto de moradia, 1978.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas S.A., 1987.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** São Paulo: Autores Associados, 1995.

DINIZ, Nilzângela Aparecida Arantes. **A política municipal de habitação em Uberlândia - MG no período de 1983 a 1988 e a experiência de desfavelamento no bairro Esperança...** [Resumo de Dissertação]. 1997. Universidade de Brasília – Arquitetura e Turismo. Brasília (DF), 1997. Disponível em: <Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB>. Acesso em: 10/10/2013.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96, Especial, p. 797-818, out. 2006 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 27/06/2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um encontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação como prática para a liberdade.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e Educação: ensaios.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Conscientização:** teoria da prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **A gestão da educação na sociedade mundializada:** por uma nova cidadania. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Gestão democrática da educação:** Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade.** São Paulo, 2002.

GARRIDO, Selma e ALMEIDA, Maria Isabel de. **Pedagogia universitária:** caminhos para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011.

GADOTTI, Moacir, 2000. “Educar para e pela Cidadania”. In: RATTNER, Henrique (org.). 2000. **Brasil no limiar do século XXI:** alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: EDUSP.

_____. **Escola vivida, escola projetadas.** 2 ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Educação e compromisso.** 5 ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional.** Disponível em:
<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf.> Acesso em: 29/12/2013.

GATTI, Jr. D. Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. In: **Revista Cadernos de História da Educação.** Universidade Federal de Uberlândia. Vol. 01, nº1., Jan./Dez. 2002. Uberlândia: UFU, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisar qualitativa em Ciências Sociais. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, Rosângela Cristina. E. E Dr. **Tomás Alves:** histórias e memórias. [Resumo de Dissertação]. 2011. Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação. Campinas (SP), 20011.

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO. Ata 10 de 20 de fev. de 1990. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 18-19.

_____. Ata 01 de 07 de fev. de 1994. Livro: Reunião Pedagógica, p. 43-45.

_____. Ata 04 de 19 de set. de 1996. Livro: Reunião Pedagógica, p. 61-62.

_____. Ata 05 de 11 de dez. de 1996. Livro: Reunião Pedagógica, p. 63-64.

_____. Ata 06 de 11 de set. de 1996. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 1-2.

_____. Ata 02 de 15 de abr. de 1996. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 010-011.

_____. Ata 03 de 23 de ago. de 1989. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 6-7.

_____. Ata 07 de 11 de nov. de 1989. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 13.

_____. Ata 09 de 17 de fev. de 1990. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 16-17.

_____. Ata 01 de 20 de junho de 1987. Livro: Reunião Pedagógica, p. 3.

_____. Ata 05 de 05 de dez. de 1987. Livro: Reunião Pedagógica, p. 8-9.

_____. Ata 02 de 08 de ago. 1987. Livro: Reunião Pedagógica, p. 4-5.

_____. Ata 03 de 19 de set. de 1987. Livro: Reunião Pedagógica, p. 6.

_____. Ata 07 de 13 de maio de 1988. Livro: Reunião Pedagógica, p. 11.

_____. Ata 07 de 20 set. 1996. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 3-4.

_____. Ata 01 de 21 de fev. de 1989. Livro: Reunião Pedagógica, p. 15-16.

_____. Ata 02 de 01 de jun. 1989. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 04-05.

_____. Ata 02 de 26 de mar. 1997. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 67-68.

_____. Ata 06 de 11 set. 1996. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 015-016.

_____. Ata 07 de 20 de set. 1996. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 3-4.

_____. Ata 02 de 28 de mar. de 1991. Livro: Reunião Pedagógica, p. 23-24.

_____. Ata 04 de 22 de set. 1995. Livro: Reunião Pedagógica, p. 52-53.

JACOMONI, Marcia Aparecida. **Educar sem reprovar**: São Paulo: Cortez, 2010.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil**: educação infantil é fundamental.

LAGES. **Decreto N° 281/1993**. 04/06/1993. Pedido de autorização para abertura do Ginásio no GEM Mutirão, 1993.

_____. **Decreto N° 5304**. 14/07/1998. Consentimento do pedido de autorização da abertura do ginásio do GEM Mutirão.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer N° 106/1997**. 29/04/1997. (Autoriza a mudança de nomenclatura do GEM Mutirão para Escola Básica Municipal Mutirão.

_____. Sistema Municipal de Educação. **Parecer N° 092/2002**. 09/04/2002. (Autoriza a organização das escolas de série para ano.

_____. **Lei de Diretrizes de Bases n. 9.394/96** 20/03/1996. Artigo 21 permite a organização de série para ano.

_____. **Lei de Diretrizes de Bases n. 9.394/96** 20/03/1996. Artigo 29 determina a organização da educação infantil de 0 a 3 anos creche e 4 a 5 anos pré escola.

_____. **Lei Complementar N° 125/99** 22/12/1999. Artigo 40 determina a mudança da nomenclatura do cargo de Educador Infantil para Professor.

_____. **Lei Complementar Nº 891** 20/06/1985 cria na Rede Municipal de Ensino o processo de eleição democrática nas escolas municipais.

_____. **Lei de Diretrizes de Bases n. 9.394/96** 20/03/1996. Artigo 23 dá autonomia para a escola se organizar conforme as necessidades (ciclos).

_____. Prefeitura do Município de Lages; Sistema Municipal de Educação Secretaria da Educação; EMEB Mutirão. Desmembramento do Centro de Educação Municipal Mutirão *In: Projeto Político Pedagógico*. 2009, p.3.

_____. Prefeitura do Município de Lages; Sistema Municipal de Educação Secretaria da Educação; GEM Mutirão. Passou de escola seriada para escola de período integral. *In: Projeto Político Pedagógico*. 2011, p.8

_____. Prefeitura do Município de Lages; Sistema Municipal de Educação Secretaria da Educação; GEM Mutirão. Passou de escola de período integral para escola de seis horas. *In: Projeto Político Pedagógico*. 2011, p.8.

_____. Prefeitura do Município de Lages; Sistema Municipal de Educação Secretaria da Educação; GEM Mutirão. Passou de escola de seis horas para escola por ciclos. *In: Projeto Político Pedagógico*. 2008, p.17.

_____. Prefeitura do Município de Lages; Sistema Municipal de Educação Secretaria da Educação; GEM Mutirão. Passou de escola de ciclada para escola seriada. *In: Projeto Político Pedagógico*. 2008, p.17.

_____. Memórias do legislativo lageano. Ed. 2008 Disponível em: <www.camaralages.sc.gov.br> Acesso em: 06/03/2012.

_____. Mutirão. Disponível em: <http://webserver.univates.br/comung/ebook_instituicoes_comunitarias.pdf#page=52> Acesso em: 25/10/2013.

_____. Prefeitura do Município de Lages. Projeto Educação: uma inovação no ensino de Lages. **Educação em Revista**, n. 02, pp. 8-9, 1994.

_____. Prefeitura do Município de Lages. Projeto Educação: uma inovação no ensino de Lages. **Educação em Revista**, n. 03, p. 14, 1994.

_____. Prefeitura do Município de Lages. Projeto Educação: uma inovação no ensino de Lages. **Educação em Revista**, n. 05, p. 10, 1994.

LEITE, Luzia Madalena. **O projeto político pedagógico da escola e a infância ignorada**. [Dissertação de Mestrado], Florianópolis/SC, 2006.

LIBÂNEO, J. C. A. Pedagogia em questão: entrevista com José Carlos Libâneo. In: **Olhar de Professor**. v. 10, n.1. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOCKS, Geraldo A. Et al. **Caminhos das tropas**: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: Uniplac, 2006.

LOMBARDI, Jose Claudinei. **Marxismo e história da educação**: Algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente. [Dissertação de Mestrado], 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa e educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCELINO, Mara de Fátima. **Conselho municipal de educação & ensino escolar**: limites, perspectivas e possibilidades. [Dissertação de Mestrado], 2011.

MARQUES. B. et al. **O sistema nacional de educação**: em busca de consensos. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/marques_nogueira_grossi.Pdf>. Acesso em: 20/04/2013.

MARTENDAL, J. A. C. **Processos produtivos e trabalhos-educação**: A incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira. Rio de Janeiro: 1980, p. 33 (mimeografado)

MUNARIM, Antônio. **Educação e esfera pública da serra catarinense**: experiência política do Planalto Regional de Educação (1990-1996). [Tese. NUP. 4]. Florianópolis (SC), 2000.

NEVES, Xavier Rogério. **As possibilidades educacionais dos centros de documentação e memória**. Campinas. [Dissertação de Mestrado], 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

PAULON, Maianieri Simone. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, p. 18-25, set-dez, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822005000300003&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 20.01.2014.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Uniplac, 2002.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RIOS, Mônica Piccione Gomes, A avaliação formativa como procedimento de qualificação docente. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 1, n. 1. Dez – Jul. 2005 – 2006. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>, Acesso em 15/12/2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulina; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas “estado da arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6 núm. 19, septiembre-diciembre, 2006, pp. 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba (PR), Brasil, 2006.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SANTA CATARINA. **Diário Oficial** n. 13.327. 10/11/1987.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no sul do Brasil**: A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Lunardeli, 1973.

SAVIANI, Dermeval. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Educação** vol. 12, n. 34, jan./apr. 2007.

SILVA, Eva Cristina Leite da. **Os registros da escola normal, Brasil e Portugal**: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX. [Tese], 2010.

SILVA, Sônia Firette Nunes da. **Abordagem Pedagógica na Experiência Lageana de Administração Municipal**. Palestra proferida no Encontro com Professores promovida pelo SIMPROEL. Dia 26 de mai de 2010.

SILVA NETO, Manoel Nunes da. **Memórias para a história da Escola Mutirão: Bairro Habitação – Município de Lages**. Estado de Santa Catarina. Curitiba, abril, 1996.

SILVA, Arlete Vieira. Uma educação para prática educativa em Paulo Freire. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 45, ano IV, fev. 2005.

THIOLLENT, Michel J. M. **Metodologia da pesquisa-ação na instituição educativa**. São Paulo: Cortez, 1986

THOMÉ, Nilson. **O ciclo da madeira no contestado**: retrato do século. Curitiba: MT é Gestão em Comunicação, 2010.

_____. **Os Iluminados**: personagens e manifestações místicas e messiânicas do contestado. Florianópolis: Insular, 1999.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *In* Maria da Glória Gohn. **Movimentos sociais em educação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VEIGA, Passos Ilma (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1995.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia; UFU, n. 3 p. 109-119, jan./dez. 2000.

APÊNDICE

QUADRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

1 Determinantes para a implantação das Práticas Pedagógicas na Escola Mutirão

Citações atas	<p>Pedra fundamental para a construção de três novas salas.</p> <p>Diomedes Jesus do Amaral pronunciou-se, enaltecendo a solução do executivo municipal e da secretária da educação no início das obras e a importância das mesmas aos alunos e professores do referido colégio. [...] o prefeito João Raimundo Colombo expressar-se em favor de tão importante evento, acrescentando que a educação e a saúde, seriam pontos prioritários em seu governo. (Ata de 20 de fev. de 1990).</p>	<p>Método sócio-interacionista (1994).</p> <p>A diretora passou alguns itens da reunião [...] que esteve na secretaria de educação e o sistema de gerenciamento direcionado módulos ou livros de pré a 4ª séries, linha sócio-interacionista cada aluno terá um livro, poderá escrever e recortar. Cada dois meses será trocado os livros [...] terá treinamento para os professores com o pessoal de Curitiba. [...] A secretaria Municipal de Educação e Cultura vai resgatar a história dos bairros e a escola será incluída neste trabalho, gincana da</p>	<p>A vereadora se justificando junto à comunidade.</p> <p>[...] dona Elza Moretto secretária da educação afirmou que as obras das novas salas de aulas estava programado para após, a inauguração do colégio “Nicanor”. [...] Dona Elza quer que as salas fiquem prontas até o final do mês de dezembro [...] e equipadas até o final de fevereiro do ano vindouro. (Ata de 11 de Nov. de 1989).</p>
---------------	---	--	--

		memória. (Ata de 07 de fev. de 1994).	
Citações de atas	<p>A secretária da educação firmando compromisso com os moradores do bairro habitação.</p> <p>[...] chegou a reunião, a secretária municipal de educação Elenice Borba, a qual afirmou aos presentes, que já teria tratado sobre a questão da 5ª quinta a 8ª série no colégio Mutirão, com a relatora Maria Angelina da secretaria estadual de educação, e a mesma afirmou que esta difícil, porque o colégio não teria estrutura com laboratório e biblioteca (Ata CPP 11 set.1996).</p>	<p>Autonomia</p> <p>“Quando o professor observar algum problema mesmo que o aluno não seja seu, tomar providências que o caso requer (Ata de 11 de dez. de 1996).</p>	<p>Projeto de 06 Horas</p> <p>A escola terá um caderno de acompanhamento, e também um regimento interno [...] A diretora salientou que o sucesso do projeto de 06 horas esta na responsabilidade de todos. [...] foi reforçado que o horário do dia 17-02 e 18-02 será quatro horas para os alunos e seis para o professor e no dia 21/02 início com 6 horas para os alunos (Ata de 27 de fev. de 1994).</p>

Citações de atas	<p>Gestão Democrática</p> <p>O professor deve sempre ouvir os alunos e os pais, isto evita as reclamações no gabinete, às vezes o fato do professores dar atenção já resolve o problema (Ata de 19 de set. de 1996).</p>	<p>União e comprometimento</p> <p>[...] a diretora falou sobre a construção do muro ao redor do colégio, o qual foi orçado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e o coruja afirmou que não tem verba disponível para a construção do muro em questão. (Ata do CPP de 11 de set. de 1996).</p>	<p>A participação de políticos junto com a comunidade.</p> <p>“Na posse do CPP do GEM “Mutirão” estiveram presentes várias autoridades, inclusive o prefeito do município de Lages Dr. Carlos Fernando Agostini (o coruja)”. (Ata de 15 de abr. de 1996).</p>
Citações de atas	<p>Vereadora e prefeito na reunião do CPP.</p> <p>“[...] o presidente deu abertura [...] dando a palavra para a senhora Elza Moretto, Secretária da educação, solicitou ao prefeito Raimundo Colombo, que estava presente, atenção nas prioridades do Colégio” (Ata de 23 de ago. de 1989).</p>	<p>Reafirmando o compromisso com o CPP.</p> <p>Elza Moretto [...] frizou que seriam construídas mais (03) três salas de aula [...] para o projeto pipa e que o valor das mesmas estava estipulado no em NCZ\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzados novos) e que uma sala deveria ser reservada para salas dos professores (Ata de 17 de fev. de 1990).</p>	

Reportagens de revistas	Educação em revista [...] o Projeto EducAção que consiste num amplo sistema de gerenciamento pedagógico, envolvendo informação e descentralização da gestão do ensino público; com assessoramento permanente dos docentes, trocas de experiências e aquisição de livros didáticos para o professor, possibilitando o aprofundamento teórico-prático dos mesmos, embasados na concepção sócio-interacionista e distribuição bimestral de apostilas, gratuitas e consumíveis, para os alunos do Pré à 4ª séries.	Educação em revista 1994 A operacionalização desta problemática pressupõe uma nova política na forma de gestão, que hoje centra-se no papel do diretor da unidade compartilhando esta função com o Conselho Deliberativo Partidário formado por pais, alunos, professores e funcionários.	Criação do CPP. Diário Oficial – SC – Nº 13.327, sobre a criação do Conselho de Pais e Professores do Grupo Escolar Municipal Mutirão (CPP) data 10 de novembro 1987
-------------------------	--	--	---

<p>Pareceres de Implantação do ensino fundamental</p>	<p>Parecer de aprovação O funcionamento foi aprovado pelo Decreto nº 5304, de 14 de julho de 1998, quando o Grupo Escolar Municipal Mutirão, passou a ser Escola Básica Municipal Mutirão, sendo publicado no jornal Correio Lageano de 13 de agosto de 1998. Conforme processo – 07SE 6447/953, Parecer nº 106/97, o Conselho Estadual de Educação deliberou por unanimidade a aprovação para o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental no Grupo Escolar Municipal Mutirão, integrante e mantido pelo Município de Lages/SC</p>	<p>Parecer do ensino fundamental de 9 anos. Segundo o parecer nº 092/2002, aprovado em 09/04/2002, o ensino fundamental passou de oito para nove anos. Logo crianças de cinco anos que completavam seis no mesmo ano, deixaram de fazer parte da Educação Infantil, para integrarem o ensino Fundamental I. A escola passou a ser organizada de primeiro a nono ano, adicionando mais um ano no ensino fundamental I.</p>	<p>O primeiro pedido da comunidade. Lages nº 281/1993, a referida vereadora complementa a indicação de criação do ensino fundamental II, justificando que o pedido representava a vontade dos alunos, pais e de toda a comunidade do Bairro Habitação</p>
<p>Fotos</p>			

2 Relação entre práticas pedagógicas adotadas pela EMEB Mutirão e as práticas de participação comunitária de moradores do Bairro Habitação, no período entre 1981 – 1996.

Citações de atas	<p>Os moradores tinham acesso direto dentro da escola colaborando no que fosse necessário</p> <p>O senhor Joaquim fez uma explanação dos serviços feitos pela diretoria atual [...] conserto de escadas, conserto numa sala de aula, troca de fechadura e foram repostos 53 vidros [...] nas várias salas de aula. (Ata de ago. de 1987)</p>	<p>Escala espaço de toda comunidade.</p> <p>[...] Ao término do mesmo o seu Diomedes pediu a palavra e pedindo que constasse em ata a reivindicação que iria fazer ao presidente seu Joaquim, perguntando se poderiam usar a sala de aula que sempre usaram para as reuniões do grupo A.A alcolatras anônimos (Ata de 20 de junho de 1987).</p>	<p>A comunidade prestando serviços sem ônus</p> <p>Dona Angela (<u>diretora</u>) perguntou como estaria os trabalhos, quanto a saída de comida para fora do pátio da escola, Dona Olga (<u>diretora substituta</u>) falou de uma exceção de uma senhora (<u>mãe de aluno</u>) que estava em necessidade e foi liberado alguns pratos, mas todo o grupo, achou que foi uma necessidade, tendo em vista trata-se de pessoas que ajudam na escola (Ata de 05 de dez. de 1987). Grifos da autora.</p>
------------------	--	---	---

Citações de atas	<p>Estavam se referindo a uma casa patrimônio da escola</p> <p>O presidente [...] sugeriu que se transferisse para a casa onde funciona atualmente a feira e que se fizesse maior proveito da mesma, como feira do peixe etc. [...] chego-se a conclusão que deveríamos falar com o senhor que ocupa com a feira as quintas e aos domingos (Ata 08 de ago. 1987).</p>	<p>O CPP tinha poder decisão</p> <p>A diretora Nazarét Matos Mortari, colocou aos presentes a situação dos contratados pelo CPP. Três merendeiras, um hortelão e o vigia noturno. Como o contrato dos mesmos venceu agora dia 15 de fevereiro [...] juntos veremos outra solução.</p> <p>O presidente do CPP falou que se já há pessoas colocadas e estão satisfazendo as necessidades da escola não há necessidade de contratar novas pessoas (Ata de 21 de fev. de 1989).</p>	<p>A escola não havia perdido as origens.</p> <p>[...] Dona Angela falou sobre a construção de 2 salas de que seria 1 banheiro e uma sala de lazer, o senhor Joaquim solicitou a ajuda de todos para a construção das mesmas que seria através de “ Mutirão” (Ata de 13 de maio de 1988).</p>
	<p>A comunidade conhecia as necessidades da escola.</p> <p>[...] o presidente afirmou que teria mandado confeccionar 04 (quatro) beliches, para umas crianças que</p>		

	<p>estariam dormindo no chão. [...] queria freqüência assídua do hortelão qual estaria omitindo-se demaes, nas suas obrigações prejudicando com isso, o bom andamento na produção de verduras para merendas do colégio (Ata de 10 de jun. 1989).</p> <p>Fotos</p>		
--	---	--	--

3 Mapeamento dos referencias teóricos que serviram como base para práticas pedagógicas

Citação de atas	A dificuldade em não poder gastar a verba no que se precisava de fato. , “que a verba que vem de Brasília somente pode ser usada, em material de consumo, e não para a compra de material de construção” (Ata 20 set. 1996)	Nova prática pedagógica devido a LDB de 9.394/96 O professor deverá ler o relatório das perguntas e o Projeto Educação aproveitar para isto o reforço e a hora atividade, será importante esta leitura para dar subsídios na elaboração do Projeto Político Pedagógico (Ata de 22 de set. 1995)
Reportagens de revistas	Educação em revista (1994) O compromisso social e político do professor com a escola pública se manifesta no momento em que a efetiva participação é oportunizada, não por benesse de alguém, mas por conquista coletiva de uma categoria que tem, acima de tudo esperança.	Educação em revista (1994) O trabalho pedagógico desenvolvido parte sempre do princípio de que a criança ao chegar na escola traz seus valores, sua linguagem; cabendo ao educador respeitar a individualidade de cada um e proporcionar condições para a construção do conhecimento.
Fotos		

ANEXOS

Anexo 1 – Decreto n. 709

101

DECRETO Nº 709
de 18 de março de 1961

Dircou Carneiro, Prefeito do Município de Legos, no
uso de suas atribuições legais,

DECRETA :

Art. 1º - Fica criada, no Projeto Legal do Habi -
tado, a Escola Municipal NUFIRÃO - 1ª Grau, para funcio
nária a partir desta data,

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Legos,
em 18 de março de 1961

Dircou Carneiro
Prefeito

Anexo 2 – Decreto n. 745

13

DECRETO Nº 745
de 21 de maio de 1.981

Dirceu Carneiro, Prefeito do Município de Lagea, no uso
de suas atribuições legais,

DECRETA :

Art. 1º - Fica criada a Pré-Escola Municipal MUTIRÃO, com
sede na Rua Municipal Mutirão, Bairro da Habitação, nesta ci-
dade.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Lagea, em
21 de maio de 1.981



Dirceu Carneiro
Prefeito

Anexo 3 – Projeto de Lei n. 079/81



CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO DE LEI Nº 079/81

EMENTA : DENOMINA PRAÇA DA ALEGRIA

TEREZINHA FERNANI GONNEIRO, Vereadora do Bloco do PMOB,
 submete à apreciação do digno Plenário, o seguinte

PROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica denominada PRAÇA DA ALEGRIA, a praça
 central do Bairro Habitação,

Art. 2º - A placa indicativa conterá os seguintes di-
 zeres :

PRAÇA DA ALEGRIA

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua pu-
 blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

Terezinha Fernani Gonneiro
 TEREZINHA FERNANI GONNEIRO
 VEREADORA PMOB

Anexo 4 – Registro em Cartório do 1º CPP do GEM Mutirão

Beatriz Kocher Pontin

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL , E REGISTRO DE TÍTULOS , DOCUMENTOS E OUTROS PAPÉIS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

COMARCA DE LAGES - ESTADO DE SANTA CATARINA

A OFICIAL

BEATRIZ KOCHER PONTIN

A OFICIAL MAIOR

RITA MARIA ROSA RAMOS

A ESCRIVENTA JURAMENTADA

ROSEMARY POLETTO HORSCHL

REGISTRO : dos estatutos DO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES (CPP) DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO - Bairro Habitação
 REQUERENTE : Joaquim Clenio Borges

A U T U A Ç Ã O

AOS "/ DE NOVENO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SETE , NESTA CIDADE DE LAGES , ESTADO DE SANTA CATARINA , À RUA BENJAMIN CONSTANT, 118, NO CARTÓRIO , AUTUO OS DOCUMENTOS QUE ADIANTE SEGUE , E FIZ ESTE TERMO . EU *Beatriz Kocher Pontin* OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E OUTROS PAPÉIS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS , O DATILO GRAFEI , SUBSCREVI e ASSINO .

1º SUPLENTE: Sival Marques- Brasileiro Casado- Aposentado.

31-2-87

RECONHECO *SI* *Sival Marques* CPF Nº 346 369 899-74

2º SUPLENTE: Antonio Tadeu Alves da Silva- Brasileiro Casado- Motorista.

Antonio Tadeu Alves da Silva CPF Nº 848 106 028-34

Artigo 27º- O presente Estatuto será registrado em Cartório de Registro da Pessoa Jurídica do Comercio de Lages e publicado seu extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

2ª TABELA E OFICIAL DE PROTESTOS EM GERAL DEL. A MAR A DA SILVA CASTRO - C.A. SALGA E PERATA DA COMARCA DE LAGES - SANTA CATARINA	Reconheço verdadeiro(s) etc. <i>SI</i> Letra(s)
	e assinatura(s) <i>SIVAL MARQUES E ANTONIO TADEU ALVES</i>
	<i>SIVAL MARQUES E ANTONIO TADEU ALVES</i>
	em <i>Silva</i> <i>02/11/87</i>
	Lugar <i>20 NOV 1987</i> 19

Anexo 5 – 1º Estatuto do CPP do GEM em 1987

- 3, em 1987*
- d) Realizar atividades culturais como: seminária, grupos de estudo, campanhas, exposições, reuniões, palestras, projeções de filmes e "slides".
 - e) Auxiliar na solução de problemas inerentes à vida escolar, dentro de um completo entrosamento entre pais, responsáveis legais, professores e alunos.
 - f) Ajudar na conservação do prédio, e equipamento da escola.
 - g) Administrar de acordo com as normas legais que reagem a atuação do CPP, os recursos provenientes de arrecadações da entidade.

Artigo 3º- O CPP será composto dos seguinte órgãos:

- a- Assembléia Geral
- b- Diretoria
- c- Conselho Fiscal

Capítulo II

Artigo 4º- A Assembléia Geral é o órgão de decisão superior do CPP e dela participarão todos os sócios em pleno gozo de suas prerrogativas.

Artigo 5º- A Assembléia geral será ordinária ou extraordinária:

- a- A Assembléia Geral ordinária será realizada para eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b- A Assembléia Geral Extraordinária que se realizará sempre que for necessária, será convocada pela presidencia do CPP, ou mediante requerimento expressando o desejo de no mínimo (50%) cinquenta por cento dos sócios em pleno gozo de suas prerrogativas para apreciar inclusive em grau de recursos os assuntos de interesse geral.

PARÁGRAFO ÚNICO- As Assembléias gerais serão presididas pelo presidente da CPP, ou seu substituto legal.

Capítulo III

Da Diretoria

Artigo 6º- A Diretoria do CPP será composta por: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, e um Representante do corpo docente, todos com mandato de dois anos, não podendo ser reeleitos para o mesmo cargo.

§ 1º- Na falta de pessoas em número suficiente para a composição da (chapa) Diretoria, podem ser suprimidos os cargos de Vice-Presidente, 2º Secretário e 2º Tesoureiro.

§ 2º- A diretoria no todo ou em parte, poderá ser destituída do cargo, por decisão da Assembléia Geral, quando constatado ineficácia de suas funções.

§ 3º- Em caso de surgimento de vaga qualquer cargo para o qual não haja substituto legal, caberá a Assembléia geral eleger o substituto.

Artigo 7º- Compete à Diretoria:

a- Promover a formação de comissões para realização de tarefas específicas e transitórias, orientando o trabalho das mesmas.

b- Elaborar, apresentar e executar um plano de trabalho anual, que deverá ser aprovada pela Assembléia Geral. Secretaria Municipal de Educação e CPP.

c- Realizar despesas e autorizar pagamentos de acordo com as necessidades apresentadas pela escola, aprovado pelo CPP.

d- Apresentar mensalmente o CPP e trimestralmente a SMEC, o balanço financeiro, no qual se evidencia o cumprimento do que foi programado e os compromissos financeiros do CPP.

e- Registrar em ata, as reuniões e o movimento patrimonial e financeiro nos livros próprios.

f- Exercer as demais atividades necessárias ao alcance dos objetivos CPP respeitadas as normas estatutárias e ou regimentais.

g- O CPP terá ao seu dispor, as salas de aulas, para realização de promoções em benefícios da escola, desde que seguindo os trâmites legais da promoção.

h- Ao constatar anormalidades, no desempenho do professor, o CPP deverá comunicar a direção da escola, imediatamente e esta tomará as providências cabíveis.

Artigo 8º- A competência dos membros da Diretoria do CPP será fixada no Regimento Interno.

Artigo 9º- Os fundos e demais valores do CPP, serão movimentados pelo Presidente, juntamente com o 1º Tesoureiro e Diretora da Escola.

35 min. de

Artigo 10º- Cabe à diretoria do CPP organizar comissões, que deverão atuar na comunidade, de acordo com as necessidades apresentadas, tais como:

- a- Comissão de matrícula e distribuição de vagas;
- b- Comissão de integração escola-comunidade;
- c- Comissão de Conservação e Limpeza do prédios;
- d- Comissão de relações públicas e sociais;
- e- Comissão de material escolar e Vestuário;
- f- Comissão de alimentação escolar;
- g- Comissão de educação de base;
- h- Comissão de higiene e saúde;
- i- Outras, de acordo com as necessidades da escola e da comunidade.

§ 1º- As comissões não terão poder de decisão, devendo elaborar um plano de trabalho que, para ser executado deverá receber a orientação e aprovação do CPP.

Capítulo IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 11º- O Conselho Fiscal é o órgão de acompanhamento e análise do CPP.

§1º- O Conselho Fiscal será composto por quatro (4) membros efetivos e dois suplentes:

- a- uma representante da diretoria do estabelecimento de ensino que o presidirá.
- b- um representante do corpo docente.
- c- dois representantes dos pais ou responsáveis legais pelo aluno.
- d- dois suplentes escolhidos entre o corpo associativo.

Artigo 12º- Compete ao Conselho Fiscal:

- a- analisar e acompanhar o plano de trabalho, bem como as alterações necessárias propostas pelo CPP.
- b- solicitar a diretoria sempre que julgar necessário esclarecimento e/ou documentos comprovatórios de despesas ou receitas.

Capítulo V

Dos Sócios

31 de fev 66

Artigo 13º- O CPP será composto por professores e diretores do estabelecimento, por pais ou responsáveis legais, por alunos regularmente matriculados e por pessoas da comunidade até 40% desde que aprovada pela diretoria.

Artigo 14º- Constituem direitos dos sócios do CPP:

- a- participar de todas as atividades sociais, assistenciais e culturais da escola.
- b- votar e ser votado.

Artigo 15º- Constituem deveres dos sócios CPP.

- a- Comparecer às reuniões, encontros, sempre que convocados;
- b- Colaborar com as iniciativas e promoções da escola e CPP;
- c- Desempenhar os encargos que lhe foram atribuídos;
- d- Contribuir por todos os meios ao seu alcance para que o processo educativo seja eficiente e produtivo.

Capítulo VI

Das Reuniões

Artigo 16º- Haverá duas espécies de reuniões:

- a- reuniões administrativas que contarão com a presença da Diretoria e do Conselho Fiscal do CPP sempre convocada pelo Presidente da Diretoria, sendo o máximo de faltas permitidas sem justificativas é 03 (três).
- b- reuniões de que participarão, apenas os pais ou responsáveis por alunos e professores de determinada série ou classe escolar, convocadas pelo presidente do CPP.

PARÁGRAFO ÚNICO- Os assuntos apresentados nas reuniões só serão aprovadas quando contarem com o voto da maioria dos sócios presentes, cabendo ao Presidente da Diretoria o voto de desempate.

Capítulo VII

Das Eleições

Artigo 17º- As eleições para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal do CPP, dar-se-ão no dia da função e a posse deverá ocorrer nos trinta (30) dias subsequentes.

§1º- As eleições subsequentes serão realizados no mês que terminar o

3ra. vez

mandato da diretoria anterior.

§2º- Poderão votar e ser votado todos os integrantes do corpo associativo do CPP, em pleno gozo das suas prerrogativas.

Capítulo VIII

Do Patrimônio e Sua Aplicação

Artigo 18º- O patrimônio do CPP- será constituído:

- a- das contribuições espontâneas dos sócios;
- b- das subvenções consignadas pelo poder público;
- c- das doações e legados;
- d- de qualquer outra espécie de renda, resultante de atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores;
- e- de todos os bens móveis que pertençam ou venham pertencer ao CPP.

PARÁGRAFO ÚNICO- O produto da arrecadação ou quaisquer outros fundos secundários, serão depositados em estabelecimento bancários, escolhido pela Diretoria.

Artigo 19º- A aplicação dos recursos do CPP far-se-á em benefício da criança que efetivamente for inserida no contingente escolar.

Capítulo IX

Da Dissolução

Artigo 20º- O CPP só poderá ser dissolvido no caso de extinção do estabelecimento de ensino que a sedia, por ato da Assembléia Geral, ou por decisão do Secretário de Educação do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO- Em caso de dissolução do CPP, o seu patrimônio, respeitadas as compromissos existentes, será recolhido pela Secretaria de Educação, que lhe dará adequada destinação, no prazo de 60 dias.

Capítulo X

Das Disposições Gerais

Artigo 21º- O CPP será representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pelo seu Presidente.

Artigo 22º- O presente estatuto só poderá ser reformado por ato do ^{36 de 8} poder executivo, mediante proposta do Secretário da Educação, anteriormente solicitado pela assembleia geral.

Artigo 23º- Os sócios não respondem pelas obrigações do CPP.

Artigo 24º- A orientação das atividades do CPP no nível de município estará a cargo da Secretaria de Educação.

Artigo 25º- São sócios fundadores do CPP do GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MULTIRAC, as pessoas que participaram da reunião da fundação cujos nomes constam na respectiva ata.

Artigo 26º- A diretoria e o Conselho Fiscal do CPP ficam assim Constituídas:

PRESIDENTE: Joaquim Clelio Borges- Brasileiro- Casado- Enfermeiro.

Joaquim Clelio Borges CPF Nº 533 437 279 - 20

VICE-PRESIDENTE: Inácio Marques da Rosa- Brasileiro- Casado- Motorista.

Inácio Marques da Rosa CPF Nº 195 064 909 - 10

1º SECRETÁRIO: Eni Aze Neto- Brasileira- Solteira- Enfermeira.

Eni Aze Neto CPF Nº 707 732 899 - 68

2º TESOUREIRO: Hélio Alves Ferrari- Brasileiro- Casado- Dentista

Hélio Alves Ferrari CPF Nº 386.569.499 - 34

3º TESOUREIRO: Alyndir Maria Ramos- Brasileiro- Casado- Pedreiro.

Alyndir Maria Ramos CPF Nº 346.559.059 - 72

REPRESENTANTE DO CORPO DOCENTE: Olga Inês da Rosa Alves- Brasileira-casada- Professora.

Olga Inês da Rosa Alves CPF Nº 490 359 409 - 20

CONSELHO FISCAL: Angela Maria Dalmolin Netto- Brasileira- Casada- Professora.

Angela Maria Dalmolin Netto CPF Nº 444 555 349 - 20

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES: Vera Márcia Lima Branco- Brasileira- Solteira- Professora.

Vera Márcia Lima Branco CPF Nº 564 710 179 - 87

1º REPRESENTANTE DOS PAIS: Martin Joel Cardoso- Brasileiro- Casado- Escritor.

Martin Joel Cardoso CPF Nº 345 547 429 - 20

2º REPRESENTANTE DOS PAIS: Newton Almeida Machado- Brasileiro- Casado- Operador.

Newton Almeida Machado CPF Nº 422 102 169 - 15

31 de Fe

1º SUPLENTE: Sinval Marques- Brasileiro Casado- Aposentado.

RECONHECO *Sinval Marques* CPF Nº 346 389 899-34

2º SUPLENTE: Antonio Tadeu Alves da Silva- Brasileiro Casado- Motorista.

Antonio Tadeu Alves da Silva CPF Nº 848 106 028-34

Artigo 27º- O presente Estatuto será registrado em Cartório de Registro da Pessoa Jurídica da Comarca de Lages e publicado seu extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

2ª TABELA E OFICIAL DE PROTESTOS EM GERAL DEL.ª MARIA DA SILVA CASTRO CTALICA E PRIVATIVA DA COMARCA DE LAGES - SANTA CATARINA	Reconheço verdadeira(s) e(s) <u>02</u> Letra(s)
	o assina(s) <u>SINVAL</u>
	<u>SINVAL MARQUES E</u>
	<u>ANTONIO TADEU ALVES</u>
	<u>DA SILVA</u>
Legis. <u>20 NOV 1987</u> 19	
Em test. <u>[Signature]</u> de Valdeci	

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

RESUMO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PORNE CIENTE Nº 061/87, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 028/87 E PROCESSO Nº 258/87.

CONTRATANTES: a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Sup. Adj. de Adm. Jairo Wagner Constante; b) Indil Ind e Mat. Prod. Rvivos Ltda., representada por Adreia Kadeira; c) OBJETO: Altera valor da cláusula 2ª do contrato, majorando preços do charque de 1ª qualidade de R\$109,00 para R\$ 134,45, para R\$155,15, para R\$ 189,86 o qual a partir de 01.08.87. DOTAÇÃO: R\$1.120,04, as demais disposições permaneceram inalteradas. PORD: Florianópolis, 04.11.87.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

RESUMO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PORNE CIENTE Nº 071/87, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 028/87 E PROCESSO Nº 258/87.

CONTRATANTES: a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Sup. Adj. de Adm. Jairo Wagner Constante; b) Sucata Agro Industrial Ltda, representada por Jercílio Borba; c) OBJETO: Altera valor de sua cláusula 2ª, contrato majorado preço do arroz em 1ª e 2ª qualidade, marca Cruzeiro tipo 2, em R\$ 578,00, passando de R\$15,65, para R\$17,00, a partir de 19.08.87. DOTAÇÃO: R\$1.120,04, as demais disposições permaneceram inalteradas. PORD: Florianópolis 04.11.87.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

RESUMO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PORNE CIENTE Nº 087/87, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 028/87 E PROCESSO Nº 258/87.

CONTRATANTES: a) FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE STA. CATARINA, REPRESENTADA POR SEU SUP. ADJ. DE ADM. JAIRO WAGNER CONSTANTE; b) ARNALDO MINISTRÃO LUIZ WAGNER CONSTANTE; c) OBJETO: Altera valor de sua cláusula 2ª, contrato majorado preço do arroz em 1ª e 2ª qualidade, marca Cruzeiro tipo 2, em R\$ 578,00, passando de R\$15,65, para R\$17,00, a partir de 19.08.87. DOTAÇÃO: R\$1.120,04, as demais disposições permaneceram inalteradas. PORD: Florianópolis 04.11.87.

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO
DAS CIDADES DE PEQUENO PORTE DE SANTA CATARINA - PROURB - EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/87, O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL/SC, comunica aos interessados que se acha aberta, até às 10 (dez) horas do dia 30 (trinta) de novembro de 1987, na sede da Prefeitura Municipal, à Rua Carmello Zoccolli, nº 155, Tomada de Preço para aquisição de: 80 (oitenta) toneladas de concreto de 0,80x1,00x1,60m de areia, 320m³ de brita nº 1, 1/4, 4003 de brita 3/4, 100 sacos de cimento, 300 kg de ferro tipo com 10x10, 300 kg de ferro tipo CA-25 e 700 m² de cimento. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações, diretamente das 08:00 às 17:00 horas na Divisão de Administração da Prefeitura, no endereço acima mencionado. Capinzal, 27 de outubro de 1987. CELESO FARINA - Prefeito Municipal 46111/0

PUBLICAÇÕES DIVERSAS



Companhia Aberta - CCMF nº 84.683.371/0001-49
AVISO AOS AÇÃOISTAS
PAGAMENTO DE DIVIDENDO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/10/87, realizada com base no Edital de convocação em 30 de junho de 1987, a fim de aprovar o balanço e a distribuição de dividendos, resultou na aprovação do balanço e na distribuição de dividendos de R\$ 2.017,00 por ação, totalizando R\$ 19.000,00. Para o pagamento dos dividendos, os senhores acionistas deverão comparecer ao escritório da Tupy S.A. em Florianópolis, no endereço acima mencionado, até o dia 16/11/87, pagando os impostos nos registros de Arrecadação de Impostos de Renda de Pessoa Física. O valor dos dividendos a receber será de R\$ 495.000,00. O valor dos dividendos a receber será de R\$ 495.000,00. O valor dos dividendos a receber será de R\$ 495.000,00. O valor dos dividendos a receber será de R\$ 495.000,00.

XXX

CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES (CPP) DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO
EXTRATO DO ESTATUTO DO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES (CPP) DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO. SEDE: Av. dos Passosaltos, Lagos-SC. OBJETIVOS: Proporcionar condições para o desenvolvimento de um processo cooperativo entre a escola, pais e responsáveis por alunos, com vistas a uma integração Escola-Comunidade. FUNÇÃO: O CPP se compõe dos pais e responsáveis por alunos, professores deste estabelecimento de ensino e outras pessoas da comunidade quando tiverem sua admissoão aprovada pela Diretoria. ADMINISTRAÇÃO: será administrada por uma diretoria. REPRESENTAÇÃO: será feita por representantes ativos e passivamente, os quais serão eleitos, por seu Presidente. SOCIOLOGIA: não será considerada pelo Conselho. REFORMA DO ESTATUTO: o estatuto só poderá ser reformado por ato do chefe do poder executivo municipal. A proposta do Conselho de Educação do município anteriormente solicitada pela Assembleia Geral. DISSOLUÇÃO: o CPP só poderá ser dissolvido no caso de extinção do estabelecimento de ensino que sedia. Por ato da Assembleia Geral, ou por decisão do Secretário de Educação do Município. O seu patrimônio, respeitadas as obrigações existentes, será recolhido pelo Secretário de Educação, que lhe dará o destino adequado, no prazo de 60 dias. DIRETORIA: Presidente: Joaquim Cláudio Borges, Vice-Presidente: Inácio Marques da Rosa, Secretário: Leonel do Amaral, 2º Secretário: Eli Assis Neto, Tesoureiro: Helio Alves Ferrari, 2º Tesoureiro: Alvanir Maria Ramos, Conselho Fiscal: Martin Joel Cardoso e Newton Almeida Machado.

XXX

CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL SANTA HELENA.
EXTRATO DO ESTATUTO DO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES (CPP) DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL SANTA HELENA, BAIRRO SANTA HELENA, MUNICÍPIO DE LAGOS - SANTA CATARINA. OBJETIVOS: Proporcionar condições para o desenvolvimento de um processo cooperativo entre escola, pais e responsáveis por alunos, com vistas a uma integração Escola-Comunidade. FUNÇÃO: O CPP se compõe dos pais e professores deste estabelecimento de ensino e outras pessoas da comunidade quando tiverem sua admissoão aprovada pela diretoria. ADMINISTRAÇÃO: O CPP será administrado por uma diretoria. Representação:

Anexo 6 – Programa Infantil Popular de Assistência – PIPA



ESTADO DE SANTA CATARINA

TERCEIRO PROJETO: PROGRAMA INFANTIL POPULAR DE ASSISTÊNCIA - PIPA

A ideologia desta Proposta foi gerada acima de um problema crônico, a fome porque passam nossas crianças, essas vítimas silenciosas de um sistema social que ainda não aprendeu a se organizar e a rever estruturas brutais ostracista e anacrônica.

Este Projeto coloca a Escola em regime de tempo integral onde a criança tem acesso à higiene, assistência médico-odontológica, alimentação e por fim assistência pedagógica que se pauta por um modo novo de fazer escola, corrigindo as anomalias que decorrem da prática pedagógica comprometida com as instituições e sistemas do qual faz parte e emana suas diretrizes.

Neste Projeto as 950 crianças iniciam suas atividades diárias com o café da manhã. Depois disso passam para as atividades de ordem didático-pedagógica, intercaladas por uma programação de oficinas, recantos didáticos onde a ênfase é explorar atividades de lazer, artes, teatro e todo o tipo de enriquecimento, trabalho, estudo, Educação Física e desportos para salvaguardar o fator da psicomotricidade, ponto fundamental no desenvolvimento infantil.

Essas mesmas crianças almoçam e jantam no Projeto. Além disso se propicia o seu desenvolvimento, dando ênfase aos hábitos de higiene, oferecendo a escola, instalações adequadas para a realização desta prática.

Neste Projeto a escola ganha nova dimensão pedagógica quando se coloca como polo irradiador da comunidade, interferindo e modificando a estrutura do meio.

O Projeto PIPA está inserido em duas comunidades periféricas e sua implantação foi consequência da diagnose estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação quando se propôs a desencadear propostas alternativas na Rede Municipal de Ensino, principalmente naquelas comunidades onde os problemas sociais são mais intensos.

LAGES SC 08 DE SETEMBRO DE 1993
GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO

A CRECHE

A creche foi implantada no ano de 1986, no bairro habitação nas dependências do G.E.M. Mutirão, cito a avenida dos pessegueiros sem número.

A creche conta com quatro Monitoras:

Adriana de Fátima Ribeiro

Andréia Pimenta Rodrigues

Márcia Aparecida de Oliveira

Sandra Dóris P. Burigo

Atendemos atualmente cerca de 30 crianças, em período integral no horário das 7.00 às 18.30 horas.

A creche iniciou pela necessidade das mães deixarem seus seus filhos pequeninos para poderem sair trabalhar e aumentar a renda familiar.

Por que os alunos maiores do Ensino Regular, permanecem na escola em período integral e não podem ficar em casa, cuidando dos irmãos menores.

Anexo 8 – Projeto Novo Mutirão 06 Horas

PROJETO "NOVO MUTIRÃO 06 HORAS"

APRESENTAÇÃO

A Escola pública se destina a todos que a frequentam em especial aos filhos da classe trabalhadora, sendo urgente o fortalecimento e instrumentalização da população como condição primordial, porém não única, para o conhecimento e transformação da realidade e do sistema social.

Diante disto o presente Projeto visa definir a ação que o G.E.M. Mutirão pretende atuar no período de 94 á 96 em regime de 06.00 horas. Sendo que esta mudança surgiu devido a necessidade de uma melhor qualidade no atendimento ás crianças.

Um dos pioneiros da extensão da carga horária na história educacional brasileira foi Anísio Teixeira (1900 - 1971) que afirmava que a escola mais importante era a escola fundamental. Considerava, entretanto que a carga horária da mesma era muito reduzida, e que impossibilitava uma educação de forma integral. No início da década de 80. Várias propostas de reformulações curriculares, assim como de extensão da carga horária foram tomando forma, destacando-se entre elas os CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICAS (C I E P S) no RIO DE JANEIRO, PROJETO DE FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA (P R O F I C) em SÃO PAULO e as ESCOLAS de TEMPO INTEGRAL (E T I) no PARANÁ.

Devido a estas iniciativas o corpo docente e administrativo do G.E.M. Mutirão propõem o projeto de seis horas, que virá atender as necessidades da comunidade e da escola.

JUSTIFICATIVA

Optamos pelo regime de 06 horas porque o projeto anterior vinha acarretando problemas devido a falta de assistência financeira para manter todos os seguimentos funcionando a contento .

Com o intuito de aprimorar a prática pedagógica, a Secretaria Municipal de Educação escolheu o G.E.M. Mutirão para desenvolver um projeto piloto, onde com a orientação do Professor Fernando Mendonça, estamos estudando a concepção Sócio Interacionista que visa uma escola contextualizada, comprometida com os problemas sociais, com a realidade dos alunos.

A partir desse estudo vimos que não poderia acontecer uma mudança na prática pedagógica se não houvesse uma mudança qualitativa na estrutura do projeto anterior.

Visto que a concepção do projeto PIPA era de período integral (das 08.00 hs. às 12.00 hs. das 13.00 às 17.00 hs.) Com este período de funcionamento houve uma evasão acentuada dos alunos, por esse motivo foi implantado o horário optativo em que a criança tem sala de aula em um período retornando duas vezes por semana em período inverso, para as aulas de Educação Física.

Sendo que este horário abrange atualmente 80% das crianças que frequentam a escola, por esta razão não se justifica o projeto de 06 horas para os alunos, pois já não está atendendo as necessidades da comunidade.

Por esta razão a escola está enviando o projeto de 06 horas, que apresenta as seguintes vantagens em relação ao projeto anterior

- Aumento de horário em sala de aula para as crianças (04.00 hs diárias e três vezes por semana 05.00 hs.)
- Haverá oficina pedagógica orientada pela professora e artífice atendendo as dificuldades individuais, proporcionando um trabalho mais criativo e diversificado (Uma hora, três vezes por se -

METODOLOGIA

A escola deixa de trabalhar 08 horas para trabalhar em regime de 06 horas diárias ininterruptas sem acarretar em danos salariais e diminuição de carga horária do professor.

O projeto de 06.00 horas terá a seguinte distribuição por séries:

MANTUINO

4ª Série A e B

3ª Série A e B

2ª Série B e C

VESPERTINO

2ª Série A

1ª Série A B C D

O regime funcionará da seguinte forma.

MANTUINO

08 horas

10.15 horas com lanche

12.00 almoço

13.00 horas

A aula de Educação Física será dada 3 vezes por semana com 45min. de duração, intercalada.

O reforço será ministrado 2 vezes por semana para o período matutino.

VESPERTINO

12.00 horas almoço

13.00 aula

15.00 recreio com lanche

17.00 reforço

A Educação Física funcionará 3 vezes por semana, também com duração de 45 minutos e intercalada.

O reforço será ministrado pelo professor regente 3 vezes por semana no horário das 17.00 hs. às 18.00 hs.

RECURSOS

É de suma importância que a construção do Grupo Escolar Municipal Mutirão, aconteça no ano de 1994, prevendo esta construção, um ambiente que favoreça a efetivação total do projeto de 06.00 horas.

Além da construção que é de suma importância, necessitamos:

- Material didático pedagógico.
- Material escolar.
- Capacitação Permanente.
- Mobiliário adequado para salas de aula, refeitório, cozinha e creche.
- Recursos para a implantação de uma biblioteca e laboratório na escola.
- Contratação de um hortelão para dar continuidade a horta escolar.

CRONOLOGIA

O presente projeto de 06 horas do Grupo Escolar Municipal Mutirão, terá início no ano letivo de 1994 e se estenderá até o ano de 1996, sofrendo as alterações necessárias.

BIBLIOGRAFIA

- Proposta Pedagógica - C E I
- Coordenadoria Especial de Implantação dos Centros de Educação Integral.

Anexo 9 – Avaliação do Projeto Político Pedagógico Escolar Coletivo

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO
DIRETORA - NEUSA MARIA ZANGELINI

AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR COLETIVO

LAGES - SC, AGOSTO DE 1996.

AValiação DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR COLETIVO.

A Direção Professores e Funcionários do G.E.M.Mutirão, reuniu-se no dia 19-07-96 para avaliar e refletir sobre o P.P.P.C.E da Unidade Escolar com vistas a verificar os avanços e as dificuldades na execução do mesmo.

Abaixo relacionamos estes aspectos:

- Verificamos através da reflexão coletiva que há um maior comprometimento dos pais quanto a participação em reuniões, e acompanhamento na aprendizagem de seus filhos e maior envolvimento nas questões pertinentes a escola engajando-se na construção do Regimento do GEM.Mutirão.
- A proposta implantada pela SMEC, teve receptividade e confiabilidade da comunidade do Bairro Habitação, por consequência disso houve um acentuado decréscimo no Índice de abandono e uma demanda maior de matrículas pelo trabalho sério dos Professores, que confirmam esta proposta.
- Outro avanço verificado foi a mudança no comportamento do aluno tanto na participação em sala de aula como em relação ao comportamento, percebemos que o aluno está mais interessado em saber e ser cidadão.
- Em função do P.P.P.E.C. da proposta de Educação da SMEC, houve necessidade na Unidade Escolar de se rever a ação pedagógica, pensando nisso foi redimensionado o espaço das reuniões pedagógicas descentralizando a coordenação, transformando em um espaço de reflexão e estudo buscando efetivar o P.P.P.E.C.
- Outra ação para a visibilização do P.P.P.E.C. foi a mudança de concepção da homenagem Cívica, murais informativos e culturais que se tornaram um espaço reflexivo para o aluno.

O P.P.P.E.C. criou necessidade de uma maior participação da Comunidade Escolar e para tanto foi chamado a mesma para participar na construção do Regimento Escolar tendo em vista esclarecer cada seguimento de seus direitos e deveres culminando num maior comprometimento num comportamento da comunidade escolar nas questões referentes a escola.

- Dentro das dificuldades elencadas no P.P.P.E.C. já conseguimos solucionar a questão do espaço físico com a construção da nova escola, bem como um espaço de estudo na Unidade Escolar proporcionado pela SMEC, pela implantação da semana de permanência.

- Respeitando a nossa prática pedagógica em vista a oferecer atendimento de maior qualidade, foi reformulado as aulas de reforço fazendo rodízio de todos os alunos, em grupos menores, proporcionando dessa forma atendimento individual, visando diminuir o índice de reprovação.

Dificuldades :

- Uma das dificuldades que enfrentamos é em relação a construção do P.P.P.E.C. porque nos falta embasamento teórico a respeito dos Marcos Referencial, Situacional, Doutrinal, Operativo.

(está sendo articulado para dia 30-08-96 juntamente com a equipe de Estágio de Pedagogia, o estudo desses elementos, os quais vão dar subsídios para uma revisão e complementação do P.P.P.C.E.)

- Devido a escassez de tempo não foi realizado a revisão do plano de ação da Unidade Escolar, pretendemos fazê-la neste semestre.

- Percebemos que a indefinição em relação a oficialização de 5ª à 8ª série, está restringindo a ação da escola no envolvimento dos alunos que compõem estas turmas, no que diz respeito a implantação

- Há necessidade de se discutir constantemente o P.P.P.E.C. com a comunidade escolar para haver um envolvimento e uma avaliação constante, sentimos a necessidade que seja previsto no calendário Escolar de 1997 um espaço que proporcionem esses encontros.
- Devido a importância do P.P.P.E.C. constatamos a necessidade de existir na U.E., um corpo técnico que pudesse viabilizar a aplicabilidade e avaliação constante do projeto, devido a sobre carga de trabalhos que a Direção realiza fica inviável à mesma articular o projeto como um todo.
- A Unidade Escolar repassou o P.P.P.E.C. no ano de 1995 à SMEC , para que a mesma analisasse e desse seu parecer quanto a viabilidade do projeto e apontasse falhas dentro do mesmo, estamos aguardando a avaliação para que possamos avançar na sua aplicabilidade, por isso é de suma importância que a SMEC envie seu parecer.
- Os desencontros nas informações à respeito da construção do P.P.P.E.C. por parte da representante do Módulo e da consultoria da UNIPLAC dificultam o entendimento na estruturação do Projeto.

Glória das Melegre
 Ana Paula Soares Batista
 Rosani do Nito Bango
 Michèle Silva Lima
 Nely Catarina Costa Chaves
 Anastela Santos Machado.

Rita Vieira Faria
 Luciana Pass Walthart
 LARISA BENE

Andriana P. Rodrigues
 Sebastiana P. Alves

: Neusa Faria Soares
 : Maria Teresa Costa Costa

Rita Helena P. Maciel.

Rita B. Pereira de Aguiar
 Inês Maria Ramos Araújo

Amilton Rodrigues
 Magalhães Araújo da Mota
 Rutilene Soares Escalante

José Carlos S. Rodrigues

Maria Regina O. Fortunato

Maura D. S. Bilagetti

Rodrigo B. Neto

Sera Maria J. da Silva

Maria Espalhosa Santos

Suena Marinho

Helia Maria da Rosa

Maria Luiza de Souza

Silvia da Silva Rodrigues

Elza Siqueira Rosa Alves

marilza Barba dos Santos

Anexo 10 – Documento que comprova um lote que pertence a EMEB Mutirão

Pg 94 02

Prefeitura do Município de Lages

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo 10

DA: Secretaria da Agricultura e Abastecimento

PARA: CPP do Grupo Escolar Municipal Mutirão

Informamos a quem interessar possa, que a Casa e o Patrimônio da Feira Livre situada no Bairro Habitação, Quadra D Lote 33, é patrimônio da Escola, a ser cuidada e zelada pelo C.P.P. da mesma.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Lages/SC, 12 de Dezembro de 1988.

Plínio Ramos
Secretário

Anexo 11 – Filosofia da Escola

FILOSOFIA DA ESCOLA

Partindo da concepção de que o homem é um ser histórico, que se constrói a partir das suas relações com o meio natural ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades não de forma meramente instintiva, mas criativa e também se transforma e se constrói através de intercâmbio com outros homens.

Assim sendo, os pressupostos filosóficos que norteiam a ação pedagógica da E.B.M. Mutirão contemplam o aluno historicamente onde o espaço de educação se torna mediador entre o saber desarticulado para o saber sistematizado, unindo dialeticamente teoria e prática, proporcionando o acesso a cultura e novos conhecimentos visando assim a formação de cidadãos críticos e participativos .

Baseados nos pressupostos filosóficos da unidade escolar a concepção psicológica visa formar o indivíduo na sua totalidade possibilitando-lhe a apreensão dos conhecimentos produzidos ao longo do tempo pela humanidade.

Anexo 12

ESCOLA CIDADÃ

Objetivo: Propiciar aos alunos condições para que possam exercer sua cidadania de fato e de direito para que, assim consigam contribuir na construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e feliz.



Anexo 13 – A presença dos políticos na Escola





Anexo 14 - Desfile cívico da EMEB Mutirão



**Anexo 15 Desfile cívico apresentando algumas das práticas pedagógicas desenvolvidas
no GEM / EMEB Mutirão**

